

MARILENE DA SILVA RIBEIRO

**UMA ILHA NA HISTÓRIA DE UM POVO CANOEIRO:
O PROCESSO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRORIZAÇÃO DOS
GUATÓ NA REGIÃO DO PANTANAL (SÉCULO XX)**

DOURADOS

2005

MARILENE DA SILVA RIBEIRO.

**UMA ILHA NA HISTÓRIA DE UM POVO CANOEIRO:
O PROCESSO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRORIZAÇÃO DOS
GUATÓ NA REGIÃO DO PANTANAL (SÉCULO XX)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História, Região e Identidades, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus de Dourados, para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira

DOURADOS (MS), AGOSTO DE 2005.

MARILENE DA SILVA RIBEIRO

UMA ILHA NA HISTÓRIA DE UM POVO CANOEIRO:
O PROCESSO DE DESTERRITORIZAÇÃO E RETERRITORIZAÇÃO DOS
GUATÓ NA REGIÃO DO PANTANAL (SÉCULO XX)

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e orientador: Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira.

2º Examinador: _____.

3º Examinador: _____.

DOURADOS (MS), ____ DE _____ DE 2005.

FICHA CATALOGRÁFICA

980.417

R 484 i **Ribeiro, Marilene da Silva**

Uma ilha na história de um povo canoeiro: o processo de desterritorialização e reterritorialização dos Guató na região do Pantanal (século XX) / Marilene da Silva Ribeiro. – Dourados, MS: UFMS, Campus de Dourados, 2005.

148p.

1. Desterritorialização – Guató – Índios – Pantanal - Ressurgimento Étnico. I. Título.

DADOS CURRICULARES

MARILENE DA SILVA RIBEIRO

NASCIMENTO: 13/03/1980 – Ponta Porã-MS

FILIAÇÃO: Célio Dias Ribeiro

Cléia da Silva Ribeiro

1998-2001: Curso de Licenciatura Plena em História

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Dourados

2003-2005: Curso de Pós-Graduação em História, Nível de Mestrado em História, na
Área de Concentração em História, Região e Identidades

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Dourados

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo maior analisar a história dos Guató no século XX, de maneira específica o processo de desterritorialização e reterritorialização do grupo. Esse processo teve início a partir da primeira metade do século XVIII e, sobretudo, a partir da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do XX, quando se tornaram mais intensos os contatos mantidos com a sociedade envolvente. Uma das últimas parcelas espoliadas do antigo território guató foi a Ilha Ínsua ou Bela Vista do Norte, localizada no extremo noroeste do município de Corumbá, região do Pantanal, Estado de Mato Grosso do Sul, cujo processo de esbulho foi concluído na primeira metade do século XX. Na década de 1950 os Guató foram considerados extintos pelo órgão indigenista do governo brasileiro e, dessa forma, eles foram excluídos de quaisquer políticas oficiais de assistência e desenvolvimento. No entanto, muitas famílias indígenas ainda estavam vivendo de acordo com seus usos, costumes e tradições na região, porém estavam dispersas em várias localidades, incluindo a periferia de cidades como Corumbá. A partir da década de 1970, apoiados por setores da sociedade civil organizada e pela própria imprensa regional, um grupo guató passou a reivindicar, da parte das autoridades legais, o reconhecimento de seu povo como uma etnia nativa viva, não extinta, e, conseqüentemente, o direito à parte de seu território de ocupação tradicional indígena, a Ilha Ínsua. Esse fenômeno do ressurgimento étnico de grupos antes tidos como extintos ocorreu e segue ocorrendo em Mato Grosso do Sul, e tem sido mais freqüente e conhecido no Nordeste do país. Na década de 1990 os Guató conseguiram com que parte da Ilha Ínsua fosse declarada terra indígena. Este foi um grande passo em direção à demarcação daquela área como reserva indígena.

Palavras-chave: Desterritorialização, Guató, Índios, Pantanal, Ressurgimento Étnico.

ABSTRACT

This Master Degree Dissertation has for larger objective to analyze the history of Guató Indian in the century XX, in a specific way the deterritorialization process and new territorialization of the ethnic group. That process had beginning starting from the first half of the century XVIII and, above all, starting from the second half of the century XIX and first decades of the XX, when they became more intense the contacts maintained with the national society. One of the last spoiled portions of the old territory guató was the Ínsua Island or Bela Vista do Norte Island, located in the end Northwest of the Corumbá City, area of the Pantanal, State of Mato Grosso do Sul, whose expulsion process was concluded in the first half of the century XX. In the decade of 1950 Guató were considered extinguished by the Brazilian government's indigenist institute, in that way, they were excluded of any politics officials of attendance and development. However, many indigenous families were still living in agreement with your uses, habits and traditions in the area, however they were dispersed in several places, including the periphery of cities as Corumbá. Starting from the decade of 1970, leaning for sections of the organized civil society and for the own regional press, a group guató started to demand, of the part of the legal authorities, the recognition of your people as a native ethnical lives, not extinguished, and, consequently, the right to the part of your territory of indigenous traditional occupation, the Ínsua Island. That phenomenon of the ethnic resurgence of groups before had as having extinguished it happened and it reaps happening in Mato Grosso do Sul State, and it has been more frequent and known in the Northeast of the country. In the decade of 1990 Guató got with that leaves of the Ínsua Island indigenous earth it was declared. This was a great step in direction to the demarcation of that area as indigenous reservation.

Keywords: Deterritorialization, Guató, Indians, Pantanal, Ethnic Emergence.

À comunidade Guató da Ilha Ínsua, pela história
de lutas e conquistas.

À minha família, pelo apoio e a meu pai Célio (in
memorian) pelo exemplo de vida.

Ao meu orientador, Jorge Eremites de Oliveira,
pela confiança em mim depositada.

AGRADECIMENTOS

Agradecer não é uma tarefa fácil, pois temo que as palavras não sejam suficientes ou não traduzam meus sentimentos. Há um outro risco ainda: esquecer de citar pessoas ou instituições que me ajudaram ao longo do desenvolvimento de minhas pesquisas. No entanto, desde já registro aqui minhas desculpas por algum esquecimento. Saibam que este fato não atenua a importância que muitas pessoas e instituições tiveram no desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço à minha família, ao tio Alfeu, tia Ilda e Maria Helena, pelo carinho dispensado nesses anos. Em especial à minha mãe, Cléia, amiga, companheira, e a meu pai, Célio (*in memoriam*), por seus ensinamentos que norteiam a minha vida, e a meu irmão Cláudio, companheiro para todas as horas.

Aos amigos que tive a sorte e a felicidade de contar: Ahmad, Alex, Andréia, Carlos, Inês, Joice, Jefferson, José Rubens, Mávila e Rosana, por acima de tudo, *saberem ouvir*.

Aos professores do mestrado, Osvaldo Zorzato, Paulo Cimó, Jérri, Cláudio Vasconcelos, Eudes, Damião, sempre dispostos a contribuir para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos colegas do curso de mestrado: Almerinda, Andréia, Isabela, Inez, Lisandra, Maria Aparecida, Mário, Meire, Nely, e a Elaine que me hospedou em sua casa durante algumas viagens a Corumbá.

Em especial, agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira, pelo estímulo e disponibilidade durante todo o desenvolvimento deste trabalho.

A Adelina Pusineri, Diretora do Museu Andrés Barbero, em Assunção, pela presteza com que fui recebida e pela disponibilidade dada a fontes que utilizei neste trabalho.

Aos funcionários do ILA (Instituto Luís Albuquerque), em Corumbá, e da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), em Campo Grande, pela gentileza com que me receberam durante algumas etapas da pesquisa.

Aos funcionários do DAF (Departamento de Assuntos Fundiários), da FUNAI em Brasília, em especial à Maria Helena Tenório, pela presteza em disponibilizar documentos para esse trabalho.

À dona Negrinha e à dona Josefina, pelo carinho com que me receberam e pelas preciosas informações prestadas, bem como a outros Guató que mesmo em conversas informais foram muito atenciosos.

À Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, por toda a minha formação, e a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo apoio dado à realização deste trabalho.

“... O Guató é um habitante é um habitante aquático por excelência, mais do que qualquer outra tribo do continente sulamericano.”

(SCHMIDT, 1942, p. 249)

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS E QUADROS	14
LISTA DE ABREVIATURAS	15
INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1	
SÍNTESE DA HISTÓRIA GUATÓ	22
1.1 Considerações Iniciais.....	22
1.1 Os contatos com os não-índios e suas conseqüências.....	26
CAPÍTULO 2	
A CONCLUSÃO DO PROCESSO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO	53
2.1 Considerações Iniciais.....	53
2.2 O processo de desterritorialização.....	62
CAPÍTULO 3	
O RESSURGIMENTO E A RETERRITORIALIZAÇÃO	83
3.1 Considerações Iniciais.....	83
3.2 Um estudo de caso.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
FONTES BIBLIOGRÁFICAS	
Fontes Eletrônicas	115
Fontes Imagéticas	115
Fontes Impressas	116
Fontes Oraís.....	122
Fontes Bibliográficas	122

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1 – Localização da Ilha Ínsua.....	60
Figura 2 – Localização da Ilha Ínsua.....	61
Figura 3 – Localização de áreas habitadas pelos Guató.....	62
Figura 4 – Localização do PARNA.....	72
Quadro 1 – Povos Indígena no Pantanal identificados no Pantanal a partir do século XVI.....	30
Quadro 2 – Epidemias sofridas pelos Guató.....	64

LISTA DE ABREVIATURAS

CEDIN – Conselho Estadual do Direito do Índio

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

DAF – Diretoria de Assuntos Fundiários

FUNAI – Fundação Nacional dos Índios

GT – Grupo de Trabalho

NOB – Noroeste do Brasil

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

PARNA – Parque Nacional do Pantanal Matogrossense

SPI – Serviço de Proteção aos Índios

TI – Terra Indígena

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa, prioritariamente, o processo de desterritorialização e reterritorialização dos índios Guató na região do Pantanal, durante o século XX.

O desenvolvimento de um estudo desse nível pode ser justificado pela necessidade de uma melhor compreensão sobre o transcurso dos povos indígenas no contexto dos contatos com os não índios. Esse transcurso, por sua vez, ainda é pouquíssimo conhecido em termos históricos e culturais. Isso ocorre porque ainda são poucos os profissionais interessados em temáticas de natureza etnohistórica, por assim dizer, o que de certa forma constitui um grande desafio para jovens pesquisadores interessados na compreensão da história das populações ameríndias.

No decorrer deste trabalho, procurou-se analisar os agentes sociais envolvidos na trama histórica e, em decorrência disso, foi analisado o papel do índio como agente histórico em um contexto de contatos interétnicos ou interculturais que teve início em tempos coloniais. Esse tipo de agente social, ao contrário do que boa parte da historiografia apresenta, ofereceu resistência, algumas vezes estrategicamente *surdas* ou *ocultas*, adaptativas ou armadas, que garantiram a sobrevivência de muitas etnias. Nesse sentido é importante lembrar o seguinte:

“Não há, portanto, uma ‘história dos vencidos’, já que ‘vencedores’ em determinados aspectos culturais, assinalados por povos conquistadores, podem se apresentar também como ‘vencidos’ em outros” (FERREIRA NETO, 1997, p. 325).

Pensar a história dessa forma faz surgir a necessidade de um olhar diferenciado sobre as fontes, não bastando apenas as documentais, já que a maioria das fontes escritas existentes sobre os grupos indígenas foi produzida por culturas externas. Por isso, é preciso ter uma atenção especial às fontes orais, assim definidas:

“História oral é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à vida social das pessoas” (BOM MEIHY, 1996, p.13).

A história oral nos abre a possibilidade de conhecer uma forma distinta de compreender o processo histórico dentro do qual os grupos indígenas encontravam-se marginalizados.

Neste sentido, os recursos teórico-metodológicos da etnohistória¹, perspectiva de investigação amadurecida na antropologia cultural estadunidense, principalmente após a década de 1950, são de grande relevância. Embora tenha surgido primeiramente na antropologia, suas contribuições teórico-metodológicas são de grande valia para a história, pois essa área do conhecimento possui um caráter interdisciplinar. São considerados dados históricos, geográficos, lingüísticos, antropológicos e arqueológicos, dentre outros, para pesquisas etnohistóricas sobre populações sem escrita ou que pouco registraram sua trajetória antes e depois do contato com os europeus. A partir daí torna-se possível perceber que:

“La etnohistoria es un conjunto especial de técnicas y métodos para estudiar la cultura a través del uso de las tradiciones escritas y orales” (CAMARCK, 1979, p.17).

Já o etnohistoriador, de acordo com o que explica Bruce Trigger (1982), não deve ter apenas esses conhecimentos, mas deve, acima de tudo, saber usá-los de forma integrada.

Assim, a exemplo de outros trabalhos realizados sobre história indígena, a interdisciplinaridade foi pensada e proposta para estar presente neste trabalho, haja vista a necessidade de buscar apoio em outras ciências.

Nesta linha de raciocínio, cumpre registrar o que se entende por desterritorialização. Para tanto, vale-se que do conceito apresentado, por exemplo, por Rogério Haesbart (1999) em ***Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste***. Para ele:

“A desterritorialização de que falamos aqui está profundamente ligada a um processo dito moderno de desenraizamento dos indivíduos em relação ao seu território, envolvendo-os em múltiplas redes que desfazem a interlocução e a solidariedade, promovendo a competição, o individualismo e/ou a massificação. Isso não quer dizer que, embora mais raramente hoje em dia, a desterritorialização não tenha também um aspecto positivo, justamente quando se constitui numa etapa para a construção de uma reterritorialização em redes/territórios de maior fraternidade e solidariedade. Na maioria das vezes, porém, a desterritorialização ocorre fragmentando os indivíduos, tanto pelo fato de desconectá-los em relação ao espaço e à natureza, destruindo seus marcos culturais de identidade, quanto pelo fato de atingir desigualmente e desarticular as dimensões econômica, política e

¹ Essa palavra é um neologismo científico e pode ser grafada de duas formas, *etno-história* ou *etnoistória*, conforme consta na última edição do dicionário **Aurélio**, o mais conhecido dicionário para a língua portuguesa falada no Brasil.

cultural, fragilizando os movimentos sociais e tornando muito mais ambíguas as relações entre grupos e territórios” (HAESBART, 1999, p. 258).

A desterritorialização rompe com toda uma formação de sistemas simbólicos, instituídos através de práticas socioculturais responsáveis pela construção do lugar. A desterritorialização causa nos indivíduos o sentimento de perdas das raízes culturais. Por isso, Levi Pereira Marques (2004), ao analisar a história dos Kaiowá, afirma que retornar aos territórios é recuperar a proximidade com as divindades.

O Território nessa condição, portanto, é visto como produto da apropriação simbólica de um grupo sobre seu espaço (Haesbart, 1999).

Pacheco de Oliveira (1998) afirma que as políticas de desterritorialização e reterritorialização que incidiram sobre os grupos indígenas obrigaram a estes uma adaptação, na maior parte das vezes violenta, de suas culturas e de suas formas de serem para que continuassem existindo como tais. Assim, mesmo diante de tais processos os indígenas se reorganizaram e continuam construindo sua história. Para Manoela da Cunha Carneiro (1992) esses processos tornam a etnicidade mais forte entre os grupos que sobrevivem a eventos históricos dessa natureza.

Mesmo fora de seus territórios, os Guató continuaram reproduzindo seus principais traços culturais, inclusive até mesmo nas cidades. Posteriormente, iniciaram a luta pela reterritorialização em parte de seus territórios tradicionais, a Ilha Ínsua.

Diante dessa discussão, torna-se necessário citar João Pacheco de Oliveira:

“O processo de territorialização não pode ser pensado como uma interação entre um pólo ativo (a administração colonial) e um outro passivo (a sociedade indígena ou um de seus segmentos). As transformações (territoriais, políticas, identitárias e culturais) não são apenas ‘impostas’ ou ‘sofridas’ pelos indígenas, mas possibilitam também certas iniciativas indígenas, favorecendo determinadas estratégias (em detrimento de outras) no sentido de atualização de sua cultura e de reafirmação de sua identidade” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2000, p.301).

A reterritorialização, então, é vista como a reocupação de dado espaço antes pertencente ao grupo. Quando isso ocorre, traz consigo novos traços e trajetórias, desencadeando uma nova simbologia ao território. Para ocorrer a reterritorialização de um grupo é definida uma área indígena e, como lembra Pacheco de Oliveira (1999), essa área, o território, não é inalterável, ao contrário. Nela poderão ocorrer alterações, tais como ampliações, diminuições e acréscimos, dentre outras, conforme a necessidade do grupo.

Sobre os territórios tradicionais, cabe esclarecer que:

“A definição constitucional de terras tradicionalmente ocupadas por índios foi melhor elaborada até hoje, s.m.j, por José Afonso da Silva, em seu Curso de Direito Positivo, quando assinalava que a base dessa definição se acha fundada em quatro condições necessárias e nenhuma suficiente sozinha, a saber 1º - serem por eles utilizadas em caráter permanente; 2º - serem por eles utilizadas para suas atividades produtivas; 3º - serem imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem estar; 4º - serem necessárias à sua reprodução física e cultural, tudo segundo seus usos, costumes e tradições” (GONÇALVES, 1994, p. 82).

A ocupação tradicional refere-se, portanto,

“[...] ao modo tradicional de os índios ocuparem e utilizarem as terras e ao modo tradicional de produção, enfim, ao modo tradicional de como eles se relacionam com a terra, já que há comunidades mais estáveis, outras menos estáveis, e as que têm espaços mais amplos em que se deslocam etc. Daí a dizer-se que tudo se realize segundo seus usos, costumes e tradições” (GONÇALVES, 1994, p. 83).

Partindo desse conceito, pode-se afirmar que os Guató tradicionalmente habitavam uma grande área da região pantaneira e seu território abrangia parte dos rios São Lourenço e Paraguai, e as lagoas Gaíva e Uberaba, dentre outras extensões. A forma tradicional de ocupação desse grupo era por meio de famílias nucleares e não de grande aldeias como outros grupos, sobretudo os de língua aruák, por exemplo. Assim, para se estudar a desterritorialização do grupo, principalmente em relação à Ilha Ínsua, e sua posterior reterritorialização, seguiu-se alguns caminhos, os quais estão explicados nos parágrafos seguintes.

Inicialmente foi feito o levantamento de fontes textuais diversas, as quais *grosso modo* podem ser classificadas como primárias e secundárias. Essas fontes foram devidamente analisadas e constituem em trabalhos analíticos produzidos por antropólogos, arqueólogos e historiadores, documentos encontrados nos arquivos da FUNAI, relatório de identificação da Ilha Ínsua, matérias de jornais etc.

Esse levantamento foi realizado na Biblioteca e no Centro de Documentação Regional do Campus de Dourados da UFMS e em outras instituições, a saber: CIMI, Departamento de Assuntos Fundiários da FUNAI e no Museu Etnográfico Andrés Barbero, este último sediado em Assunção, Paraguai. Também foi realizado um levantamento e análise de fontes textuais recolhidas pelo Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira, quem desde a década de 1990 está trabalhando com os Guató e quem levantou e organizou um arquivo particular sobre o grupo.

Deve-se esclarecer ainda que devido a limitações pessoais não foi possível dar realizar pesquisas nos arquivos da Associação de Índios Desaldeados Kaaguatega. Um

dos motivos é que houve a desativação dessa entidade e não foram obtidas, em tempo, informações sobre a localização de seus arquivos.

Concomitantemente a tais levantamentos foram realizadas algumas viagens para a cidade de Corumbá, em Mato Grosso do Sul, onde foi feito o levantamento bibliográfico no Instituto Luiz Albuquerque, o ILA, e a coleta de dados orais por meio de entrevistas gravadas em fitas cassete. Uma vez que as fontes orais são de grande utilidade para a etnoistória, para a coleta desses dados foi utilizada a modalidade da história de vida, em especial da história de vida de pessoas que vivenciaram ou conheceram grande parte da história dos Guató no século XX.

Desta forma, foram adquiridos ou produzidos os documentos que serviram de base empírica para este trabalho. Esta dissertação, por sua vez, está dividida em três capítulos. O primeiro inicia com uma discussão sobre a aplicabilidade da etnoistória para o conhecimento da história de grupos étnicos, como o Guató, que pouco ou nada registraram sua trajetória após o contato com não índios. Resultante disso, os poucos documentos existentes são provenientes de relatos de viajantes ou de estudiosos que mantiveram contato com o grupo. A partir de então, foram analisadas as mudanças culturais, incluindo aqui o processo inicial de desterritorialização sofrido pelos Guató.

No segundo capítulo, valendo-se ainda das contribuições teórico-metodológicas da etnoistória, é possível notar as formas de resistência elaboradas por esse grupo diante do contato, assim como as causas de diminuição da população guató no século XX. Essa deflação populacional, aliada a outros fatos históricos, contribui para a desterritorialização do grupo, até mesmo em relação ao local que passou a servir como refúgio para muitas famílias, a Ilha Ínsua. Este fato acabou contribuindo para que o grupo tenha sido considerado extinto por órgãos governamentais, o que ocorreu a partir de 1957, conforme explicado mais nessa parte da dissertação.

O terceiro capítulo trata da tese da extinção dos Guató e analisa a história do grupo até a década de 1970, quando, por conta também do apoio inicial da ordem religiosa dos salesianos e da pastoral indígena, eles iniciaram o processo de ressurgimento étnico. Concomitantemente a esse processo, iniciou-se a luta pela reterritorialização do grupo em parte de seu grande território tradicional. Essa luta por terras é uma das características do processo de ressurgimento étnico. Esses processos só se concretizaram a partir de 1997, quando a Ilha Ínsua foi considerada pelos órgãos governamentais, Área Indígena Guató.

Enfim, atualmente os Guató já estão na Ilha Ínsua e, como vem sendo constatado em praticamente todas as sociedades indígenas, a população está crescendo. Também o

processo de ressurgimento étnico não está completo. Ele continua em andamento já que, de acordo com Eremites de Oliveira (2002b), a todo o momento surgem mais Guató em várias partes do Pantanal. Isso poderá levá-los futuramente a reivindicar outras áreas de ocupação tradicional que ficaram de fora da demarcada na Ilha Ínsua, fato este que já está acontecendo em Mato Grosso, em específico para o caso da Terra Indígena Baía dos Guató.

Para o estudo desse movimento fez-se necessário, mais uma vez, valer-se das contribuições da etnoistória e das discussões fomentadas por historiadores e antropólogos que se dedicaram ao estudo de povos ressurgidos.

Por fim, tem-se a dizer que esta dissertação buscou analisar uma pequena parcela do papel histórico exercido por uma população autóctone diante dos contatos e da formação da sociedade nacional. Neste sentido, é oportuno citar John Manuel Monteiro:

“[...] revertendo o quadro hoje prevalecente, marcado pela omissão ou, na melhor das hipóteses, por uma visão simpática aos índios, mas que os enquadra como vítimas dos poderosos processos externos à sua realidade” (MONTEIRO, 1995, p. 227).

Dentro dessa perspectiva, espera-se que esta dissertação possa contribuir para o conhecimento da história guató e como forma de incentivo à realização de novos estudos sobre a história desse e também de outros povos indígenas no Brasil.

SÍNTESE DA HISTÓRIA GUATÓ:

“Cada um de nós
Compõe a própria história
Cada ser em si carrega
O dom de ser capaz...”
(Almir Sater & Renato Teixeira)

1.1 Considerações Iniciais

Com o advento da Nova História tudo passou a ser considerado como história. Segundo José Mattoso (1998), em ***A escrita da história: teoria e métodos***, com a Nova História houve um alargamento da escala histórica às dimensões da humanidade.

A história tradicional elege apenas grandes acontecimentos como fatos capazes de serem historicizados e isso é chamado de macro-história. A Nova História, por outro lado, inaugurou a possibilidade de se procurar na micro-história os fatores que constituem a macro-história, conforme pontua Ronaldo Vainfas (1997) nos ***Domínios da história: teoria e metodologia***:

“Talvez o ideal seja mesmo tentar buscar no recorte micro os sinais da totalidade social, rastreando-se, por outro lado, numa perspectiva de viés sintético, os indícios das particularidades - os homens e mulheres de carne e osso...” (VAINFAS, 1997, p.447).

O autor continua fazendo outra observação sobre a micro e a macro história:

“Penso que macro-história e micro-história —para usar metáforas alusivas àqueles paradigmas— são apenas modos diferentes de conceber a história” (VAINFAS, 1997, p. 448).

Nesse sentido, a Nova História, além de trazer novos paradigmas para conceber a história, ampliou o campo de discussão sobre sua aplicabilidade e, a partir de então, tudo passou a ser história. Sobre esse assunto, uma advertência feita pelo antropólogo

Marshal Sahlins (1990, p.11) merece destaque: "Culturas diferentes, historicidades diferentes".

Entre os novos campos da pesquisa histórica favorecidos pela Nova História encontra-se a história indígena. Esta tem vivenciado, principalmente a partir das décadas de 1970 e 1980, um crescente interesse de historiadores por este campo de pesquisa. No Brasil, este fato está provavelmente relacionado à resistência e ao crescimento demográfico dos povos indígenas, desde a segunda metade do século XX, associado a um novo indigenismo.

Para John Manuel Monteiro (1995) é neste período que as lutas desses povos por seus direitos aumentam incentivadas pela proliferação de organizações indígenas, a exemplo do CIMI¹. A comunidade acadêmica também começou a fazer grandes contribuições sobre a história dos povos indígenas e, segundo o mesmo autor, alguns desafios foram lançados à história indígena no Brasil:

"Por um lado cabe ao historiador recuperar o papel histórico de atores nativos na formação das sociedades e culturas do continente, revertendo o quadro hoje prevalecente, marcado pela omissão ou na melhor das hipóteses, por uma visão simpática aos índios, mas que os enquadra como vítimas de poderosos processos externos à sua realidade. [...] Por outro, e muito mais complexo, faz-se necessário repensar o significado da história a partir da experiência e da memória de populações que não registraram – ou registraram muito pouco – seu passado através da escrita" (MONTEIRO, 1995, p.227).

Diante do exposto, os desafios lançados aos pesquisadores interessados pela história indígena são de grandes proporções. No entanto, de acordo com informações recolhidas e analisadas por Francisco Silva Noelli (2003), nas áreas da arqueologia e da antropologia, os profissionais interessados na história indígena não ultrapassam mil pesquisadores. No entanto, como disse Sahlins:

"Nem penso agora que os historiadores possam ignorar essas histórias exóticas somente por serem culturalmente remotas e por terem os registros pouca profundidade temporal" (SAHLINS, 1990, p. 20).

Para apoiar e incentivar novas pesquisas na área da história indígena, a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha organizou uma equipe que verificou os arquivos bibliográficos da cidade do Rio de Janeiro, com a intenção de mapear e organizar a documentação relacionada à história indígena. A partir desse trabalho foi possível notar a

¹ O CIMI foi criado em 1972 e está vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Segundo a própria instituição, um de seus principais objetivos é o apoio às lutas das comunidades indígenas pela recuperação, demarcação e garantia de suas terras. Apoiar, todavia, não significa decidir pelos índios. Como explicado anteriormente, os índios são agentes de sua própria história. Mais: possuem capacidade de mobilização e articulação política em torno de certos assuntos, como a retomada de territórios tradicionais dos quais foram expulsos, a exemplo do que se verifica em Mato Grosso do Sul.

potencialidade das fontes para a história indígena que se encontram empoeiradas em centenas de arquivos no país (CARNEIRO DA CUNHA, 1992).

Diante de tais exposições, nota-se que os desafios propostos pela história indígena não concernem somente aos historiadores, mas também aos antropólogos. Os antropólogos, aliás, há muito mais tempo que os historiadores vêm se dedicando a estudar os povos indígenas e, portanto, possuem um acúmulo de experiências que não pode ser ignorado.

Nesse aspecto, aflora-se a necessidade de uma metodologia de pesquisa que leve em consideração dados históricos, antropológicos e arqueológicos para estudos de populações sem escrita ou que pouco registraram sua trajetória antes e depois do contato com os europeus.

Procurando uma solução metodológica para tais desafios, desenvolveu-se nos Estados Unidos, durante as décadas de 1950 e 1960, a etnohistória. Para Jacques Le Goff, a etnohistória, “constitui um dos desenvolvimentos recentes mais interessantes da ciência histórica” (LE GOFF, 1984, p.46).

No intento de discutir teorias e métodos dessa até então nova perspectiva de estudo, foi fundada, nos Estados Unidos, em 1954, uma revista especializada sobre o assunto, a *Ethnohistory*. No Brasil, esta metodologia permanece pouco conhecida, já que, de acordo com José R. Bessa Freire (2004), somente a partir de 1985 é que a etnohistória passou a compor o curso de pós-graduação em Ciências Sociais da UNICAMP, tornando-se a pioneira no Brasil. Ainda hoje muitas universidades não oferecem essa disciplina aos alunos de ciências humanas. Para Jorge Eremites de Oliveira (2003), este fato pode ser explicado como sendo uma falta de interesse dos pesquisadores brasileiros por obras lançadas fora do Brasil, principalmente aquelas ainda não traduzidas para a língua portuguesa.

Daí conclui-se que ainda são poucos os pesquisadores interessados em usar essa metodologia em seus trabalhos, conseqüência do desconhecimento que se tem sobre sua aplicabilidade. Por isso, faz-se mister tecer algumas considerações sobre o assunto.

Inicialmente deve-se mencionar um conceito sobre etnohistória apresentado por Robert Camark:

“La ethnohistoria es un conjunto especial de técnicas y métodos para estudiar la cultura a través del uso de las tradiciones escritas y orales” (CAMARCK, 1979, p.17).

A respeito desse conjunto de métodos, Camarck faz referências ao caráter interdisciplinar da etnoistória, pois, de acordo com Bruce G. Trigger (1982), uma das fontes etnohistóricas são os documentos escritos por pessoas de culturas diferentes daquelas que estão sendo analisadas. Dessa forma, a etnoistória combina conhecimentos arqueológicos, antropológicos e históricos, dentre outros, como os lingüísticos. O etnohistoriador, de acordo ainda com Trigger (1982), não deve apenas ter esses conhecimentos, mas deve, acima de tudo, saber usá-los de forma integrada, concatenada do ponto de vista hermenêutico, assim explicado:

“O etnohistoriador é, portanto, um historiador das sociedades não-ocidentais. Devido à natureza de seu trabalho, ele deve combinar métodos próprios das disciplinas históricas, antropológicas, incluindo a arqueologia. Somente dessa forma poderá reconstruir o passado daquelas culturas que entraram no mundo ocidental durante a época em que os europeus se lançaram ao descobrimento e a colonização de outros continentes” (GALDAMES, 2004, p.1).

Com isso, nota-se que a etnoistória busca entender os acontecimentos históricos originados dos contatos entre europeus e as populações autóctones das mais diversas regiões e, por conseguinte, as transformações culturais originadas desse processo.

Tomando por base as pesquisas etnohistóricas realizadas no Chile, Galdames (2004) tece as seguintes considerações:

“Para isso, além das crônicas do século XVI, contamos com a possibilidade de prospectar, em busca de novas informações, nos arquivos civis e eclesiásticos, recorrer a tradição oral, à análise dos mitos, aos trabalhos etnográficos ou aos dados produzidos pela arqueologia”(GALDAMES, 2004, p.2).

Alfredo Jimenez Nuñez (1978), etnohistoriador espanhol, reforça essas considerações comparando um etnohistoriador a um antropólogo de arquivo. Para reconstruir e entender melhor a história dos povos contatados é necessário contar com os relatos de cronistas, funcionários públicos, missionários e viajantes, principalmente do século XVI em diante. Isso também se estende para a melhor compreensão da situação cultural dessas sociedades e as mudanças provenientes desses contatos.

A etnoistória também se vale de dados orais. Entretanto, a aplicabilidade de fontes dessa natureza será abordada no próximo capítulo, quando serão analisadas as fontes orais registradas a partir de entrevistas com alguns informantes ou interlocutores guató.

Neste primeiro capítulo a argumentação dá-se sobre a aplicabilidade da etnoistória a outras fontes, sobretudo as escritas, em especial aquelas provenientes dos

relatos de viajantes que estiveram em contato com os Guató no início da conquista e colonização européia. Isso porque nas palavras de Ronaldo Vainfas:

“O mais é percorrer os caminhos e descaminhos da história, enfrentando-se com serenidade as diferenças de opinião e opção teórica” (VAINFAS, 1997, p.449).

Neste sentido, utilizar aportes teóricos e metodológicos da etnohistória, na tentativa de compreender melhor a história guató, a partir do contato com não-índios, torna-se uma tarefa árdua, mas nem por isso menos interessante.

1.2 Os contatos com os não-índios e suas conseqüências

No início da conquista e colonização ibérica das atuais Américas do Sul e Central, Silvia M. Schmuziger Carvalho (1995) afirma que toda a região a leste da província espanhola de Tucumán era denominada *Chaco*. Essa região abrangia territórios dos atuais países da Bolívia, Argentina, Paraguai e Brasil. A região do Pantanal era parte do território brasileiro integrante do Chaco. Com bases nos trabalhos de Maria de Fátima Costa (1999) e Jorge Eremites de Oliveira (2002a), a primeira denominação dada à região pantaneira foi *Laguna de los Xarayes*. Esse era um apelativo guarani a um povo indígena que nessa época habitou as lagoas pantaneiras. Para esses autores a denominação Pantanal só foi aplicada após a descoberta de ouro nos rios Coxipó e Cuiabá, localizados no atual estado de Mato Grosso. Na ocasião, os bandeirantes chamaram de Pantanal a grande planície inundável da região.

Os primeiros relatos ainda usando a denominação *Laguna de los Xarayes* foram feitos por viajantes que durante o século XVI navegavam pelo rio Paraguai em busca de um caminho para o Peru. Alvar Núñez Cabeza de Vaca foi o primeiro viajante a citá-la e, também, foi o primeiro a citar a existência dos Guató na região. Sua expedição partiu, em 1542, da Ilha de Santa Catarina para a cidade de Assunção. O objetivo da missão era explorar as regiões chaquenha e pantaneira. Em fins de 1542 e no limiar de 1543 ela atingiu essas regiões. Seu secretário, Pero Hernández, escreveu seus comentários embasados em relatos da viagem pela região, publicados em ***Naufrações y Comentarios***. Nesses escritos é possível perceber os Guató em três referências.

Na primeira delas, os Guató aparecem aliados aos Guaxarapo² e a outros grupos inimigos dos Guarani³. Na segunda citação, eles aparecem novamente aliados aos Guaxarapo para combaterem outros inimigos em comum, os espanhóis, que estavam na região. Na terceira, continuam aliados aos Guaxarapo, e aos grupos dos Socorino e Xaques, em novo enfrentamento aos espanhóis, a quem Cabeza de Vaca se refere como cristãos. Para os índios, os espanhóis eram invasores e na ocasião muitos deles acabaram sendo capturados, mortos, divididos em pedaços e, supostamente, servidos como alimento em um ritual de antropofagia. A importância desses relatos está no fato da reação desses grupos frente às invasões, pois demonstra, o contrário do que a tradicional historiografia prega, que os Guató ofereceram sim resistência bélica durante os primeiros contatos com os conquistadores de além-mar (Eremites de Oliveira, 1996, 1998). Eles se organizaram e constituíram obstáculo para a conquista e a colonização dos espanhóis e seus aliados, muitos dos quais de etnias inimigas que a eles se aliaram em certos momentos.

Mas também se faz necessário tecer ainda alguns esclarecimentos sobre outras questões levantadas por esses relatos. Embora Cabeza de Vaca tenha demonstrado habilidade em registro etnográfico, deixou relatos dúbios sobre os rituais de antropofagia e por isso se faz necessário algumas considerações. Segundo João Pacheco de Oliveira (1999), é comum o fato dos primeiros relatos terem sido realizados por viajantes e cronistas, tanto no Brasil quanto na América do Sul. Isso significa que surge daí a necessidade de considerar que esses relatos podem estar munidos de visões europeizadas, cristianizadas e, até mesmo, preconceituosas em relação aos povos indígenas. A respeito da antropologia, Eremites de Oliveira (1996) em **Guató: argonautas do Pantanal** refuta, em princípio e salvo melhor juízo, essa prática entre os Guató, embora reconheça que ela era comum entre grupos linguisticamente guarani, com os quais os espanhóis mantiveram relações de aliança.

Além disso, relatos desse tipo podem causar:

“[...] expectativas historicamente defasadas quanto às condições de vida e ao estado de cultura desses índios, focalizados como fósseis vivos a serem explicados unicamente por referência ao passado” (PACHECO de OLIVEIRA, 1999, p.124).

Dessa maneira é preciso considerar que ocorreram contatos entre não-índios e índios e, como lembra Edgard Neto (1997), esses contatos ocasionaram experiências e

² O Guaxarapo é um grupo canoieiro que, assim como os Guató, habitava a planície de inundação do Pantanal, também conhecidos por Guachi, Guachico e Guasarapo. De acordo com Eremites de Oliveira (2002a), eles foram extintos ou assimilados totalmente até o século XIX.

³ Grupo agricultor, genericamente chamado de Guarani, que habitava áreas de planaltos residuais do Pantanal, como a Serra do Amolar e de Urucum, no atual Estado de Mato Grosso do Sul.

contatos culturais muito ricos e complexos fomentando mudanças culturais entre europeus e indígenas.

Por isso, a importância desses relatos está no fato da descrição etnográfica desses grupos, assim como a percepção da variedade étnica presente na América do Sul, incluindo o Brasil e a região pantaneira. Eremites de Oliveira (1996) pontua a variedade étnica nessa região pode ser percebida nos próprios relatos de Alvar Núñez Cabeza de Vaca:

“... y los naturales del río, cuando el agua llega encima de las barrancas, ellos tienen aparejadas unas canoas muy grandes para este tiempo, y en medio de las canoas echan dos o tres cargas de barro, y hacen un fogón; y hecho, métese el indio en ella con su mujer e hijos y casa, y vanse con la creciente del agua donde quieren, y sobre aquel fogón hacen fuego y guisan de comer y calientan, y así andan cuatro meses del año que dura la creciente de las aguas; y como las aguas andan crecidas, saltan en algunas tierras que quedan descubiertas, y allí matan venados y antas y otras salvajinas que van huyendo del agua; y como las aguas hacen repuntas para volver a su curso, ellos se vuelven cazando y pescando como han ido, y no salen de sus canoas hasta que las barrancas están descubiertas donde ellos se suelen tener sus casas; y es cosa de ver, cuando las aguas vienen bajando, la gran cantidad de pescado que deja el agua por la tierra en secor; y cuando esto acesce, que es fin de marzo y abril, todo este tiempo hiede aquella tierra muy mal, por estar la tierra empozoñada; en este tiempo todos los de la tierra, y nosotros con ellos, estuvimos malos, que pensamos morir... y siendo el mes de abril comienzan a estar buenos todos los que se han enfermado...” (CABEZA DE VACA, 1944, p.276).

Na citação acima, Cabeza de Vaca faz referências a grupos canoeiros que habitavam a região do Pantanal, dos quais os Guató integravam. De acordo com Susnik (1972), havia outros grupos canoeiros como os Mepene, Kuremeguáe, Guatatáe, Payaguá e Guaxarapo. Além dos grupos canoeiros, viviam nessa região muitos outros. Isso porque, ainda segundo Susnik (1987), tanto o Chaco como o Pantanal tornaram-se uma espécie de refúgio a grupos repelidos pela dominação incaica durante o período pré-colombiano. Eremites de Oliveira (2002a) relaciona a ocupação indígena da região pantaneira à pressão demográfica e à abundância de recursos naturais ali existentes, dentre outros fatores igualmente relevantes. Para o mesmo autor não há como analisar a história pantaneira desconsiderando os trabalhos produzidos sobre a região chaquenha.

Ludwig Kersten (1968), em ***Las tribus indígenas de Gran Chaco hasta fines del siglo XVIII***, também se valendo de estudos lingüísticos, descreveu alguns grupos que viviam na região no início da Conquista Ibérica, os lugares de sua ocupação e os grupos que sobreviveram ao processo de colonização. Assim o autor classificou os grupos étnicos do Grande Chaco:

- 1- Guaycurú: Albipones, Mocovíes, Tobas, Mbayá-Caduveos y Payaguá. De todas estas tribus que ocupaban la mitad Oriental Chaco, no existen en la actualidad más que los Tobas y algunos sobrevivientes de los Mbayá-Caduveos y Payaguá. La pequeña tribu de los Guatchí pertenencia probablemente también a los Guaycurú.
- 2- Mataco-Mataguayos: Mataco, Mataguayos, Vejos, Noctén, Chorotí, Guisnai, Malbalá y Tonocolé. En masa compacta habitaban el centro del Chaco, al oeste de los Tobas.
- 3- Vilela-Lule: Vilela, Lule, Chunupí. Antes al sud de Mataco-Mataguayos: hoy no existen mas que pocos restos.
- 4- Grupo Maskoi: (antes erroneamente designado como Lengua-Enimagá-Ennimá). Lengua, Angaité, Sanapaná, Sapuquí y Guaná. Su "habitat" se encuentra hoy en Chaco Boreal, donde, desde Concepción en el Río Paraguay, se extiende al interior en dirección noroeste.
- 5- Un grupo lingüístico común lo formaron en la segunda mitad del siglo XVIII las extinguidas tribus de los Lengua, los Enimagá y los Guentusé.
- 6- Grupo Samucu: Zamuco-Samuco, Chamacoco, Tumanahá (Timanahá), Moro (Morotoco). Habitaban al norte y al nordeste del Chaco Boreal.
- 7- Chiriguano: Ubicados en el Noroeste del Chaco una rama, separada por el espacio, de su familia de origen, los Tupí-Guaraní, representaban el elemento más sedentario en tiempos post-colombianos, en contraste con las restantes tribus del Chaco.
- 8- Guaná-Chané: Subgrupo de la rama Mojo-Mbaure de la familia Un Aruak (Arauco, Maipuré): Chané en el Chaco Boliviano, Quinquinao (Kinikinau) en la lengua de los Xarayes, Teréno y Guaná, en el río Miranda (Mondego) en Brasil" (KERSTEN, 1968, p. 39-40).

A classificação de Kersten demonstra, dentre outras coisas, uma expressiva diversidade étnica no Chaco e também no Pantanal. Em verdade, em boa parte desses estudos o Pantanal aparece como parte ou com periferia do Grande Chaco.

Entre os grupos citados acima não se incluem todos os que viviam na região pantaneira; estão inclusos apenas aqueles que seus domínios se estendiam à região chaquenha.

Em relação à região pantaneira segue um quadro apresentando os grupos identificados a partir do século XVI. Esse quadro foi organizado por Eremites de Oliveira (2002a) e, como advertiu o próprio autor, ele não deve ser visto como um quadro definitivo sobre os povos indígenas que existiram ou ainda existem na região a adjacências.

QUADRO 1: Povos indígenas identificados no Pantanal a partir do século XVI

FILIAÇÃO LINGÜÍSTICA	POVOS INDÍGENAS	PROVÁVEL ÁREA DE OCUPAÇÃO
Família Lingüística Arawak (Tronco Lingüístico Arawak)	Echoaladi, Kinikinao, Laiana (Chané e Guaná), Orejon ou Orelhudo*, Terena, Xaray e Chiquito (Saraveka, Koraveka e Kuruminaka)	Parte do rio Apa e adjacências e os pantanais de Cáceres, Poconé e Paraguai e o extremo noroeste da região.
Família Lingüística Guaikuru	Guaxarapo*, Mbayá-Guaikuru e Payaguá	Dos limites do Pantanal com o Chaco até extensões dos pantanais de Nabileque, Abobral, Paiaguás, Miranda, Nhecolândia e Paraguai.
Família Lingüística Tupi-Guarani (Tronco Lingüístico Tupi)	Ibitiguara, Itatim, Kaingá e Guarambarenses*	Grande extensões dos rios Ypané, Apa, Miranda e dos planaltos residuais de Urucum e Amolar.
Família Lingüística Jê (Tronco Lingüístico Macro-Jê)	Bororo (Ocidental)	Regiões dos pantanais de Barão de Melgaço, Cáceres, Paraguai e Poconé.
Família Lingüística Zamuco	Chamacoco e Yshyr (Xorshio/Caitporade)	Áreas próximas à Baía Negra, na República do Paraguai.
Família Lingüística Guató (Tronco Lingüístico Macro-Jê)	Guató	Grande parte do alto curso do rio Paraguai, consideráveis extensões dos rios Cuiabá e São Lourenço e seus afluentes, Ilha Ínsua e lagoas Gaíva, Uberaba e provavelmente as de Mandioré, Vermelha e Cáceres.
Família Lingüística Otuké (Tronco Lingüístico Macro-Jê)	Umutina	Rios Paraguai e Sepotuba.
Família Lingüística Camba	Camba	Originários da Bolívia, muitos representantes vivem atualmente na periferia da cidade de Corumbá, deslocados para lá no início do século XX.
Filiação lingüística desconhecida e difícil identificação étnica, geralmente correspondendo a pequenas parcialidades grupais.	Arianococi, Artanese, Caracará, Caraguara, Cobre, Cuvacua, Guacamá, Guarichi, Naperu, Mepen, Napune, Sacoci, Surucua, Taycoci, Tuque, Yacaré, Yayná, Yiyu, Xaquese e outros.	Rios Paraguai, São Lourenço, Cuiabá, Jauru, Sepotuba e outros.

NOTA: (*) filiação provável; os dados apresentados ainda precisam de estudos particularizados para contextualizar as ocupações em termos espaço-temporais. Fontes: Métraux (1942, 1944, 1963a); Susnik (1961, 1972, 1978); Eremites de Oliveira & Viana (1999/2000) [dados revisados]; Migliacio (2000a).

Fonte: Eremites de Oliveira (2002a).

Sobre os Guató, em específico, Aryon Rodrigues (1970), autor de *Línguas Ameríndias*, refere-se à língua guató como sendo ligada ao tronco macro-jê, porém sem relação com qualquer outra língua ou família lingüística. Antes dos estudos de Aryon Rodrigues, muitos antropólogos consideravam o guató como uma língua isolada. Esse é o caso de Curt Nimuendaju (1981), quem no conhecido *Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendaju*, diz o seguinte: “O Guató é considerado uma língua isolada” (NIMUENDAJU, 1981, p.71).

Para Eremites de Oliveira (2002), a língua guató não está relacionada nem mesmo com a família jê, pois esta teria se separado do tronco lingüístico macro-jê há aproximadamente três mil anos e a língua guató há cinco ou seis mil anos. Para o autor a língua guató comporia uma família lingüística de uma única língua vinculada ao tronco macro-jê. Essas separações teriam ocorrido na região amazônica, sendo impossível no momento precisar quando os Guató ou os proto-Guató atingiram a região do Pantanal.

Segundo o mesmo autor, os dados arqueológicos para a região levantam possibilidades de que lá eles estariam a mais de oitocentos anos, mas ainda é necessário que os estudos sejam mais aprofundados para uma melhor compreensão do assunto.

Para a realização desses estudos arqueológicos surgem algumas dificuldades, principalmente ao se tentar procurar dados exatos sobre identidades étnicas e etnicidades das populações pré-colombianas. Dito de outra maneira, é praticamente inviável querer realizar analogias diretas entre grupos conhecimentos etnográfica e historicamente com grupos de um passado imemorial, pré-colonial. Exemplo: dizer que esta ou aquela cerâmica de 2.000 anos, por exemplo, é guató ou guaikuru. As culturas indígenas são dinâmicas e não estiveram, no caso do Pantanal, em completo isolamento no tempo e no espaço, sem contato com outros grupos. Significa que identidades étnicas e etnicidades contemporâneas não são as mesmas de um passado longínquo.

No entanto, sabe-se que no momento da chegada dos europeus à região chaquenha e pantaneira, havia uma efervescência étnica causada pelas fugas de grupos frente à expansão da dominação incaica e frente a uma pressão demográfica expressiva. Susnik (1987) explica que esses povos também estavam em franca belicosidade devido a disputas por nichos ecológicos com melhores ofertas de alimentos. Além disso, muitos deles possuíam como inimigo comum os grupos denominados de Guarani e que estavam em busca do que a autora define por seu *Candire*, “senhor e país de todas as coisas boas” (SUSNIK, 1987, p.82). Entre essas coisas boas estava o ouro. Nessa procura, os Guarani aliaram-se aos espanhóis com objetivo comum de procurar um caminho para as minas de Potosi, na Bolívia, visto como o *Candire* pelos índios. Ela ainda diz:

“Los incursionistas guaraníes de esta época o se quedaban como enclaves tribales en las tierras extrañas, o volvían a su habitat con algún botín o ya fueron exterminados como guerrillas incursionistas; volvían a veces con algún gentío cautivo y esclavizados” (SUSNIK, 1987, p.82).

Por conta disso, os Guarani passaram a ser vistos pelos demais grupos como inimigos invasores. Daí é possível compreender certos conflitos interétnicos registrados no século XVI. Ainda conforme Susnik (1972), em outro trabalho de sua autoria, dessas situações conflituosas, mais do que saques de guerra ou escravos, os Guarani adquiriram um vasto conhecimento da região. Quando ocorreu a aliança com os espanhóis, eles valeram-se desses conhecimentos para servirem de guias na região. Isso explica o fato das denominações dadas aos povos indígenas serem apelativos da língua guarani, como exemplo há o caso dos Guaikuru e Xaray. O apelativo guaikuru era dado aos grupos com habilidades guerreiras e que faziam uso do cavalo, e o Xaray aos que viviam próximo aos rios e lagoas. Concordando com Eremites de Oliveira (2002a), os Xaray foram exterminados ou deslocados de seu território no século XVIII pelos bandeirantes. Este mesmo autor também cita o caso da denominação Guató:

“É possível, por exemplo, que *guató* seja uma derivação de *guatá*, verbo que em Guarani significa andar, caminhar, circular, viajar e transitar, anotado dessa maneira no início da Conquista Ibérica para indicar um povo canoero com grande mobilidade espacial. No decorrer dos anos, *guatá* acabou sendo pronunciado e escrito como *guató*, incorporado como denominação e autodenominação étnica em um contexto sociolingüístico marcado por intensos contatos interétnicos” (EREMITES DE OLIVEIRA, 2002a, p.255).

Ainda existem outras questões para as denominações atribuídas aos grupos indígenas do Chaco. Kersten (1968) afirma o fato de muitas denominações terem sido concebidas referencialmente aos seus líderes; quando este morria, ocorria, conseqüentemente, a imposição de um novo líder e um outro nome à etnia que liderava. Ainda poderia ocorrer a mudança de denominação na seguinte situação:

“Mucho antes, el nombre Querandí, los Carandies de Schmidel, que habitaban una gran parte de las pampas de Buenos Aires, había desaparecido de la lista de los pueblos del Plata... Después de sangrientas luchas con los españoles, han tenido que retroceder hacia el Sud, donde adoptaron otros nombres” (KERSTEN, 1968, p. 44).

Referindo-se à região do Pantanal, Susnik (1978) pontua que eram usadas várias denominações que muitas vezes não condiziam a totalidade do grupo e sim à sua parcialidade. Além dessas questões, também se deve considerar o fato de muitos povos, como forma de resistência à colonização, realizavam alianças étnicas surgindo outra denominação para o novo agrupamento.

Acrescentando-se informações às contribuições de Kersten (1968), confirma-se uma grande diminuição do número da população autóctone habitante da região do Chaco, incluindo o Pantanal.

De acordo com as informações de Joaquim Alves Ferreira (1914), apenas para exemplificar, na antiga Província de Mato Grosso havia cerca de setenta grupos e, após o século XIX, apenas trinta. Nota-se nessa situação uma diminuição da população indígena em Mato Grosso. Todavia, avaliações assim devem ser relativizadas do ponto de vista dos processos de desterritorialização, reterritorialização, invisibilidade étnica, ressurgimento étnico etc.

As causas que levaram à diminuição do número de grupos indígenas foram várias. Entre essas causas, Kersten (1968) destacam algumas decorrentes dos contatos com os não-índios. Para o autor, a introdução do cavalo entre os grupos indígenas fez com que alguns se tornassem exímios cavaleiros e grandes pilhadores, o que gerou crises com outros grupos e também com os colonizadores que passaram a combatê-los. Além disso, houve as epidemias de sarampo, varíola, escarlatina, entre outras doenças trazidas pelos conquistadores. Para doenças desse tipo os índios não possuíam anticorpos e elas causaram um elevado índice de mortalidade.

Outro fator contribuinte para a redução desses povos foi a captura e aprisionamento de índios para serem usados como mão-de-obra escrava; aqueles que resistiam acabavam sendo mortos e os capturados morriam devido às condições de trabalhos forçados que lhes eram impostas. Essa forma de trabalho era denominada *encomienda* na América Espanhola. Todas essas causas acabaram contribuindo para a diminuição da população indígena, mas elas serão melhor analisadas mais adiante.

Considerando ainda os relatos do século XVI, neste mesmo período esteve em contato com os Guató, Nuflo de Chaves. Ele partiu de Assunção, cidade que é hoje a capital do Paraguai, em 1557, seguindo até o porto de Itatim. Segundo Ruy Dias Gusmán (1980), Chaves atingiu o rio Paraguai com seus homens, cerca de duzentos e vinte soldados e mil e quinhentos “amigos”, providos de cavalos, armas e munições. Nesse relato é possível perceber a localização dos Guató.

“Y prosiguiendo adelante, llegaron a los pueblos de los Guayarapos, que estaban a la mano izquierda y, los de los Guatós que estaban a la mano derecha del río Paraguay, con quienes tuvieron comunicación y, desde allí fueron a reconocer aquella tierra que llaman el Paraíso, que es una gran isla, que está en medio de los brazos en que se divide el río, tierra tan amena y fértil como queda referido” (NUFLO DE CHAVES *apud*. GUSMÁN, 1980, p.162).

Provavelmente a Ilha a que se refere Nuflo Chaves poderia ser a atual Ilha Ínsua, também conhecida por Bela Vista do Norte, localizada entre o Paraguai e canal D. Pedro II, território imemorial dos Guató. Além dessa ilha, Susnik (1978) faz referência à ocupação guató nas lagoas Gaíva e Uberaba, regiões próximas àquela área. Para a antropóloga, as lagoas passaram a ser ocupadas pelos Guató a partir do final do século XVI, quando iniciaram uma disputa com os Matsubehe (*Matchubé*) pela região dos aterros (montículos artificiais construídos pelos índios). Segundo a mesma autora, essa não era uma disputa por domínio geográfico e sim pelos aterros, pois estes eram muito propícios para o cultivo de bananas e da palmeira acuri. Sobre os aterros cabe apresentar seu conceito:

“Entende-se por aterro um tipo de sítio arqueológico de interior, a céu aberto, que se apresenta na paisagem como uma elevação do terreno, total ou parcialmente antrópica, e que normalmente ocorre em áreas inundáveis” (EREMITES DE OLIVEIRA, 1996, p. 27).

Além da serventia para o cultivo de alguns produtos necessários para a subsistência dos Guató, os aterros também serviam para a proteção contra as enchentes que ocorrem na região. De acordo com Eremites de Oliveira (2002a), esses aterros existem principalmente em regiões planas do Pantanal, onde as enchentes podem formar lençóis d'água, atingindo freqüentemente cerca de quatro metros de profundidade. Sobre a formação dos aterros, assim explicou o referido autor:

“São formados basicamente por um acúmulo de material síltico-arenoso e orgânico associado, principalmente, a conchas de gastrópodes aquáticos e material arqueológico, como fragmentos de vasilhas cerâmicas” (EREMITES DE OLIVEIRA, 1996, p. 27).

Através dessas informações, confirmam-se as localizações feitas pelos viajantes, ratificadas nas obras de Max Schmidt (1918, 1940, 1942), Susnik (1972) e Eremites de Oliveira (1996, 2002a), sobre os Guató habitarem as margens dos rios Paraguai e São Lourenço e as lagoas Gaíva e Uberaba, regiões periodicamente inundadas pelas cheias. Há ainda muitas outras áreas que não foram anotadas pelos viajantes porque não estavam próximas dos grandes rios, por onde passaram em suas viagens.

No entanto, as maiores dificuldades em estabelecer localizações precisas dos Guató e de outros grupos estão na falta de inteligibilidade dos termos usados pelos viajantes. Muitas vezes, eles se baseavam em nomes dados pelos índios às regiões, assim como também as constantes trocas de nomenclaturas geográficas locais. Associa-se a esses fatores a pouca quantidade de documentos produzidos sobre o século XVI. Isso pode ser explicado, segundo Maria Eunice J. Schuch (1995), devido aos contatos esporádicos realizados pelos espanhóis com grupos que habitavam o curso do rio

Paraguai. A maioria das expedições que passava por esta região, no século XVI, buscava apenas obter alimentos e informações sobre metais preciosos.

Para o século XVII, os documentos produzidos provêm de missionários jesuítas que se instalaram na região. De acordo Maria Cristina Bohn Martins (2004), isso aconteceu a partir de 1609. Os jesuítas vinham com a finalidade de *evangelizar* e *civilizar* os habitantes da região:

“Na verdade, as sociedades indígenas eram vistas como idólatras e para eles se deveria imprimir a cultura dos civilizados, isto é dos conquistadores” (EREMITES DE OLIVEIRA, 2003, p.1).

Para justificar tal ação, segundo Bartolomeu Meliá (1990), desde a *descoberta* da América por Cristóvão Colombo houve o encobrimento dos americanos autóctones. Assim se negou a existência da economia praticada por essa população, das religiões, das línguas e das culturas. Por isso, a dificuldade em estudar não só a religião dos Guató, mas como de outros grupos, anterior ao processo de cristianização. A religião desse grupo é considerada para Eremites de Oliveira (2003) uma incógnita, porém isso não significa, inexistência de religiosidade entre esse grupo, pois segundo o mesmo autor a religião é um fenômeno universal.

Assim, sem considerar tais aspectos, foram instaladas reduções, isto é, lugares onde os jesuítas dedicavam-se a catequese de índios:

“A redução, foi um método de evangelização e também de civilização, uma vez que pretendia preparar os nativos –‘elevando-os humanamente’ – para a vivência do cristianismo” (BOHN MARTINS, 2004, p.1).

Da comunicação escrita realizada por estas missões surgiram as Cartas Ânua:

“As Cartas Ânua eram documentos burocráticos internos da Companhia de Jesus, dirigidos ao superior geral em Roma, para relatar os acontecimentos de cada ano. Inicialmente, foram redigidas anualmente, donde provém seu nome e, especialmente ao tempo dos conflitos com os bandeirantes, foram bi e tri-anuais” (NOELLI, 2004, p.1)

Nessas cartas constam relatos sobre vários grupos ou pelo menos algumas citações sobre eles. De acordo com Francisco S. Noelli (2004), os apêndices mais consideráveis destas cartas já foram devidamente editados por vários autores. Entre esses autores está Jaime Cortesão (1952), quem publicou a carta ânua do padre Diego Ferrer, para a realização de sua obra ***Jesuítas e Bandeirantes no Itatim (1596-1760)***. Nessa obra o padre menciona que a “nação” dos Guató localizava-se próxima à redução de Nossa Senhora de Taré, embora não informe a distância. Segundo Eremites de

Oliveira (1996), essa redução localiza-se onde hoje é o rio Aquidabã, sendo este um dos afluentes do rio Paraguai.

Em uma outra carta, ***Os conflitos da Missão do Itatim com o bispo de Assunção e com algumas Bandeiras Paulistas***, é possível notar a participação dos Guató na Missão de Nossa Senhora de Taré:

“Era esta reducción la segunda y ultima de esta Misión y la mas nueva y la esperanza de otras, por estar a la vista de varias naciones aunque pequeña de gentiles de las cuales ay algunas mas próximamente aptas para el evangelio. La mas cercana es la de los guatós, cuyo primero pueblo esta como un 14 de distancia, adonde fue enviado el Padre Alonso Arias a ver la disposición de a aquélla gente: y llegando ya el padre por sus tierras y chácaras, como de cosa nunca vista se espantaron las indias y muchachos al principio; aunque después adonde los caciques trajeron de la otra banda sus canoas para pasar al padre y aviándole recibido con mucho gusto y juntándose gran numero, ya por si, con algunas palabras que sabia de su lengua y cláusulas que tenia de memoria les habló con agrado, quitándoles el miedo y recelo a los que lo tenían, dándoles a entender que su venida y el deseo que avía de su comunicación, solo miraba a darles conocimiento de Dios su Criador y de su ley, para que no pereziese eternamente sus almas”(CORTESÃO, 1952, p.85-86).

No mesmo texto, o autor observa que eles, ao contrário de outros grupos como os Guarani, mostraram-se mais aptos à conversão. Para Eremites de Oliveira (2003), esse grupo recebeu os padres como seus aliados em potencial e devido às dificuldades de comunicação os padres entenderam que estavam aptos a conversão para o cristianismo. Por isso os padres da Missão de Nossa Senhora de Taré empenharam-se muito para adquirir confiança e amizade desse grupo.

Na mesma carta ânua, contida na obra organizada por Cortesão (1952), os padres demonstraram terem conseguido a conversão dos Guató a tal ponto que esses abandonaram a prática de fazer pinturas em seus corpos.

Ao trata de assunto semelhante, Antonella Maria I. Tassinari (2003) afirma, embora não especificamente para o caso dos Guató, que uma prática importante de uma sociedade indígena foi abandonada, pois essas pinturas substituem a escrita em sociedades nativas. Através delas os indígenas expressam códigos simbólicos importantes para a vida em sociedade do grupo, ou seja:

“[...] dizem respeito à visão mais ampla que a sociedade tem do mundo, explicam e reforçam o lugar das famílias no interior da sociedade e como parte de todo o universo” (TASSINARI, 2003, p.10).

Assim viajantes que estiveram em contato com esse povo em períodos seguintes notaram a inexistência das pinturas corporais.

Na carta ânua do padre Diogo Ferrer é possível notar nesse momento a diversidade étnica da região. O autor cita a existência de povos como os Guaxarapo, Gualacho, Orejone, Pygmeo, Tapyymiri, Payaguá e Xaray. Na realidade, em muitos casos esses nomes são apelativos genéricos para vários grupos étnicos e por isso não devem ser vistos, de maneira restritiva, como correspondentes a identidades étnicas.

Ao findar o século XVII e iniciar o século XVIII, os bandeirantes atingiram a região pantaneira. Para Eremites de Oliveira (2002b), isso ocorreu devido ao descobrimento de ouro na região dos rios Coxipó e Cuiabá.

Os indígenas foram diretamente afetados pela chegada dos bandeirantes; muitos foram capturados, aprisionados e vendidos como mão-de-obra escrava na Capitania de São Paulo e outras da América Portuguesa. Os índios, de acordo com Monteiro (1995), passaram a ser considerados como o ouro vermelho do interior. Para aprisioná-los, segundo Schuch (1995), os bandeirantes atacavam os povoados de forma violenta chegando a destruir inteiramente alguns, como foi o caso do dos Xaray.

Os Guató também foram alvos de expedições bandeirantes, como comenta o padre Manuel Berthod (1652). As missões também se tornaram alvos dos bandeirantes. Devido a esse fato, a segunda missão de Nossa Senhora da Fé, fundada próxima à redução de Santa Maria, foi transferida para esse lugar para ali estar mais protegida dos ataques dos bandeirantes. Em um dos ataques, os bandeirantes levaram alguns Guató como escravos e indivíduos de outras etnias, as quais o padre não soube informar precisamente. De acordo com Eremites de Oliveira (2002a), após os ataques bandeirantes os Guató constituíram uma aliança com os luso-brasileiros:

“Na verdade, a aliança foi uma estratégia para combater os Guaikuru, Payaguá e castelhanos de Assunção, seus antigos inimigos, assim como para evitar ter de continuar enfrentando um inimigo ainda mais poderoso que os três, os paulistas. Do contrário, talvez os Guató tivessem sido exterminados como foram os Payaguá e Xaray” (EREMITES DE OLIVEIRA, 2002, p. 274).

Os luso-brasileiros tinham interesse nesta aliança. Conforme bem explicou Luiz D’Alincourt (1857), essa aliança era imbuída com o estímulo da antipatia em relação aos Guaikuru. Esses mesmos Guaikuru causavam, desde 1725, grandes estragos em Mato Grosso. Essa união garantiria uma espécie de proteção que possibilitaria a navegação dos luso-brasileiros pelos rios pantaneiros. As navegações nessas regiões, afirma Beaurepaire-Rohan (1912), eram incentivadas para evitar o estabelecimento de espanhóis. Estava criado, então, um cenário de disputas entre Espanha e Portugal pela posse da bacia do alto Paraguai. Nesse contexto, alguns grupos aliaram-se aos luso-brasileiros e outros aos castelhanos.

A respeito desse assunto, Eremites de Oliveira (2002), afirma que a historiografia brasileira está equivocada ao afirmar que os Guató não constituíram desafio para a colonização brasileira e, por isso, foram facilmente dominados. Na realidade eles criaram dinâmicas próprias de resistência à colonização, as quais não necessariamente foram concebidas do ponto de vista bélico.

Além da violência, um outro fator afetou diretamente a diversidade étnica presente na região. São as doenças trazidas pelos conquistadores. Monteiro (1995) considera essas doenças como mais poderosas do que as armas de fogo. Para Schuch (1995), essas doenças eram capazes de destruir povoados indígenas por completo, devido à fragilidade dos nativos em relação às moléstias de além-mar.

Já a resistência dos Guató frente às expedições bandeirantes e às doenças trazidas por eles foi favorecida pela sua forma de organização social em núcleos familiares, ao contrário de muitos grupos que se organizavam em grandes aldeias. As famílias nucleares viviam afastadas umas das outras. De acordo com Henrique José Vieira (1852), na época Diretor Geral dos Índios, eles viviam cerca de cinco ou mais léguas de distância uma da outra. No entanto, as informações desse autor devem ser questionadas, pois há base etnográfica para uma explicação desse nível. A distância informada equivale há cerca de trinta quilômetros, o que parece certo exagero se levado em conta a literatura etnológica sobre o grupo.

Sabe-se que eles viviam separados espacialmente, porém nenhuma fonte segura, com observação participativa (etnografia), precisa essa distância com exatidão. De todo modo, essa particularidade da ocupação do espaço dificultou as ações dos bandeirantes e também a propagação de doenças, as quais não foram capazes de destruir a população guató, mas foram responsáveis pelo início da redução da população.

Até o século XVIII, com base nas informações apresentadas pelo jesuíta Pedro Lozano (1760), eles eram aproximadamente mil índios, embora essa outra estimativa também não possui base empírica sólida para ser considerada como precisa. Já na documentação do século posterior contava-se, segundo Augusto Leverger (1862), cerca de quatrocentos índios.

Durante o século XVIII ocorreu a assinatura do Tratado de Madrid oficializando a incorporação de vastas possessões espanholas ao território colonial português. Para comprovar a utilização dessas possessões pelos portugueses, antes da assinatura do Tratado de Madrid, em 1727, surgiram, segundo Valmir Batista Corrêa (1979), as sesmarias. Eram propriedades doadas pela coroa portuguesa a quem pudesse

comprovar a posse de recursos, como mão-de-obra, para a ocupação do território destinado à grande lavoura e à criação de gado.

Para Schuch (1995), as terras ocupadas pelos índios se tornaram bastante atrativas para a criação de gado, principalmente aquelas compostas de grandes campos e lugares elevados para a proteção das cheias ocorridas na região pantaneira. Na opinião de Eremites de Oliveira (2002a), é neste período o momento inicial de perdas das terras tradicionais dos Guató.

Além disso, a caça, a pesca e a coleta eram atividades econômicas importantes para a subsistência guató. Para tanto, eles mantinham uma grande mobilidade espacial em seu território tradicional. Por isso, autores como Otto Urich (2001) classificou-os como povo nômade. Em relatório escrito sobre a catequese dos índios, endereçado a Augusto Leverger, José Viera (1856) informa o seguinte: “Quanto aos Guató, continuam na sua vida errante, sem darem ainda a menor esperança de serem aldeados” (JOSÉ VIERA, 1856, p.3). Aos olhos dos opositores dos índios, uma mobilidade espacial desse nível é entendida como um nomadismo feito por um grupo que não possui território definido, avaliação esta que, obviamente, é preconceituosa e equivocada.

De todo modo, os Guató eram exímios caçadores e pescadores, aparentemente dando pouca atenção à agricultura. Alves Ferreira (1914), por exemplo, observou esta peculiaridade quando reproduziu o ofício de 2/12/1848, encaminhado ao Ministro e Secretário de Estado e Negócios do Império, Sr. Joaquim Marcelino de Brito, pelo Diretor Geral dos Índios da então província de Mato Grosso, na ocasião o próprio autor. Neste ofício o autor observou que os Guató

“Plantam às vezes algum milho, mandioca e frutas, porém mais para regalo do que para segurar a sua subsistência; nem se quer cuidam em fazer provisão de arroz silvestre que com abundância cresce em muitas paragens por eles freqüentadas; apenas colhem com que satisfazem as precisões do momento” (FERREIRA ALVES, 1914, p. 91).

Félix de Azara (1809), por sua vez, chegou a classificá-los como “pouco agricultores”. O estranhamento dos autores se dá por dois motivos: primeiro devido à abundância de alimentos oferecidos pela região, o que diminui a necessidade de grandes plantações e, ao fato da economia de produção desse povo estar. Aparentemente, mais voltada à subsistência da família. Sobre esses assuntos Marshal Sahlins (1974) afirmou que:

“A produção é uma função doméstica. A família esta como tal diretamente engajada no processo econômico e em grande parte o controla. Suas próprias relações internas, como entre marido e mulher, pai e filho, são relações de produção. Os bens que as pessoas produzem assim como a alocação do trabalho são na maior parte das

vezes estipulações domésticas. As decisões são tomadas em relação às necessidades domésticas: a produção desenvolve-se para atender às exigências familiares” (SAHLINS, 1974, p.118).

Mesmo mais voltados à pesca, caça e coleta, Leverger (1862) observou que, extraordinariamente, ele encontrou uma família guató que praticava a agricultura de alguns alimentos, como milho e banana, dentre outros, mas que provavelmente não eram suficientes para a sua subsistência. Um outro autor assim escreveu:

“Sustentam-se quase e exclusivamente de caça e pesca e passam o dia nas suas canoas que eles mesmos fabricam com bastante perfeição, e são pequenas e velozes; multiplicam o número delas na proporção nos membros da família, e como são polígamos, não é raro ver um guató com 5 ou 6 canoas cheias de mulheres e filhos; contudo, mais ordinário é terem só duas mulheres, e mesmo alguns contentam-se com uma” (FERREIRA ALVES, 1914, p. 90-91).

Na realidade, a canoa é o meio de transporte mais adequado para a região, sendo utilizada para atividades como a caça e a pesca. Castenau (1949), para cita um outro autor, lembra que durante as enchentes eles eram obrigados a buscarem refúgios nas canoas e nelas permaneciam durante dias, até semanas. Assim acabavam passando grande parte de suas vidas nas canoas. Manizer (1967), assim como Florence (1948) e outros viajantes, observaram que os Guató possuíam seus membros superiores mais desenvolvidos em relação aos membros inferiores:

“A explicação para isso é naturalmente simples: a vida na canoa e o constante remar em posição assentada conduziram ao desenvolvimento de toda a musculatura do peito [...]” (MANIZER, 1967, p.100).

Dessa forma, a anatomia desse grupo é influenciada pelo hábito do uso de canoas para o transporte e, em algumas ocasiões, como a própria moradia. Assim, as habitações guató, segundo Eremites de Oliveira (1996), exerciam a função de protegê-los contra fatores climáticos. Elas foram classificadas pelo autor como casa tradicional ou abrigos provisórios. As casas tradicionais eram construídas com maior zelo, podendo durar muitos anos. Estas possuíam uma estrutura bastante pequena, o suficiente para abrigar a família. Devido a grande mobilidade, eles possuíam poucos objetos para facilitar o transporte em canoas. Para Schmidt (1914), os Guató levavam em suas canoas tudo o que possuíam. Eremites de Oliveira (1996) avaliou que as casas tradicionais eram ocupadas nos períodos de seca, quando as famílias permaneciam mais tempo em único lugar. Também usavam de abrigos provisórios que eram ocupados em períodos de cheias, para pernoites ou em momentos de caçadas. Esses abrigos possuíam as seguintes características:

“Constroem pequenas cabanas com ramos de arvores e folhas de palmeiras, somente para protegerem-se do sol e da chuva” (MOURE, 1862, p. 38).

Por isso, alguns autores, como o próprio Leveger (1862), chegaram até mesmo a afirmarem que eles não possuíam casas ou abrigos e moravam exclusivamente nas canoas por eles construídas, caracterizando-se como um povo de espírito nômade. Esse adjetivo reforçou os interesses da época, pois povo nômade não ocupa território. Isso favoreceu e legitimou, também, a utilização de suas terras por não-índios.

Quanto à poligamia observada por vários autores, tais como Augusto Leveger (1862), Hércules Florence (1948) e Amédée Moure (1862, p.38), este último autor assim escreveu: “As mulheres, por assim dizer, são como escravas do seu marido”. Também Henrique de Rohan Beaurepaire (1869, p.377) relatou a poligamia: “[...] e a um conheço com doze mulheres e número proporcional de filhos, pelo que lhe chamam os nossos João Rebanho”.

No século XIX o pintor francês Hércules Florence, que acompanhava a expedição do Barão de Langsdorff, fez algumas descrições e desenhos sobre desse grupo. Seu trabalho foi publicado no Brasil com tradução do Visconde de Taunay, em 1941, e a segunda edição, em 1948, pela Editora Melhoramentos. A obra foi intitulada ***Viajem Fluvial do Tietê ao Amazonas***. Nela Florence (1948) relata também que os Guató eram poucos, não mais de trezentas almas e viviam espalhadas entre a lagoa Gaíva e o rio São Lourenço. Ainda de acordo com as descrições de Florence (1948), os homens eram robustos e as mulheres, quando jovens, até bonitas. Em relação à poligamia, ele afirmou que:

“Dizem que os guató vivem com mais de uma mulher: a maior parte dos que vi levavam uma única. Lembro-me, porém que numa ocasião troquei algumas palavras com um deles que tinha na sua canoa três mulheres. Perguntei-lhe se todas eram suas; respondeu-me que sim. Pedi-lhe então por gracejo uma e ele retorquiu-me zangado que eu deveria ter trazido comigo a minha. Repliquei-lhe que não fora isso possível. ‘Pois bem disse-me ele, se você tivesse aqui sua mulher, eu a trocava por uma dessas’” (FLORENCE, 1948, p.150).

Para Eremites de Oliveira (2003), o pintor não percebeu que na verdade aquele homem desejava tê-lo como seu aliado. Através da troca de mulheres tornar-se-iam aliados, pois junto com as esposas viriam seus parentes e, no caso de um eventual conflito, esses lutariam ao lado do esposo delas. Além disso, Florence (1948) —assim como outros autores citados— não conseguiu perceber que a poligamia entre esses índios trazia prestígio social por conta de possibilitar a existência de uma grande parentela. Com a poligamia eles também teriam uma maior produtividade em suas roças,

pois havia mais mulheres trabalhando. Os mesmos autores também citaram casos de homens que possuíam uma única esposa. Assim a poligamia não era regra geral a todos, mas um motivo de prestígio e diferenciação social.

Por todas essas características culturais sucintamente descritas (economia, mobilidade espacial, organização social etc.), os Guató necessitavam de amplos territórios para viverem de acordo com seus usos, costumes e tradições. Autores como Alves Ferreira (1914), Moure (1862), Leveger (1862) e Bearepaire Rohan (1869) são concisos em afirmar que eles viviam espalhados pelos rios Paraguai, São Lourenço e lagoas Gaíva e Uberaba. A lagoa de Uberaba era conhecida pelos indos, segundo apontou João Severiano da Fonseca (1880-1881), como *Torekêbaco*.

A partir da instalação de fazendas para a criação de gado no Pantanal, os Guató passaram a ter maiores contatos com não-índios. Sobre essas relações, a maioria dos autores as definem assim:

“[...] Vivem em paz com seus vizinhos e têm freqüentíssimas e amigáveis relações com os nossos viajantes com quem permutam peles de onça, de bugio, de lontra, cera, remos e canoas por machados, facas, zagaias, pano de algodão, fumo e aguardente” (ALVES FERREIRA, 1905, p.85).

Isso porque eles prestavam serviços de transporte a fazendeiros e viajantes, principalmente durante as enchentes, durante as quais suas canoas se tornavam o transporte mais adequado para essas épocas. Porém, nem sempre essas relações eram amistosas como quer fazer acreditar o discurso oficial. Para o antropólogo Noraldino Vieira Cruvinel (1977), quem na década de 1970 fez os primeiros estudos sobre os Guató para a FUNAI, era comum esses índios fugirem das fazendas, devido aos trabalhos forçados impostos a eles. Muitas vezes os índios reagiam de forma violenta, como querem assim fazer crer certas fontes oficiais, e por isso eram perseguidos pelos fazendeiros.

Florence (1948) narra o assassinato de uma família guató demonstrando o limite da passividade desse grupo. Esta família acompanhou-o em a expedição Langsdorff até Cuiabá e por conta disso receberam facas, machados e anzóis. Tais presentes atraíram a cobiça de alguns Guaná, da região de Albuquerque, atual Corumbá, que atacaram a família e os assassinaram para ficar com esses objetos. Assim que a notícia do assassinato chegou até os Guató, esses se levantaram de arcos e flechas ao longo do rio Paraguai. Quando os assassinos foram presos pelo tenente-coronel Jerônimo, eles pediram os criminosos ao militar, ameaçando-o tornarem-se seus inimigos caso o pedido não fosse atendido. Assim os criminosos foram entregues a eles que se vingaram

matando os Guaná e explicaram sua vingança da seguinte maneira: “Guató não é ladrão. Guaná tinha matado Guató: Guató mata Guaná” (FLORENCE, 1948, p.160).

Leverger (1862) afirma que o governo provincial buscava desses índios a amizade, pois esses sabiam se vingar quando provocados. Os Guató, no entanto, demonstravam serem arredios, pois mesmo prestando serviços aos não-índios, segundo Alves Ferreira (1914), raramente visitavam seus povoados ou até mesmo Cuiabá: “Não aparecem nesta cidade nem mesmo para pedir brindes como fazem alguns e outras nações” (LEITE, 1869, p. 71).

Mas o principal trabalho realizado pelos Guató aos fazendeiros era a caça da onça, que de acordo com autores como Virgílio Corrêa Filho (1946), se constitui na principal contribuição desses índios à pecuária, pois sem este serviço se tornaria muito perigoso *amansar* os pantanais mato-grossenses.

“Ao caçador indígena, capaz de atuar sozinho com sua lança especial, cuja ponta de osso, primitivamente usada, foi substituída pelo punhal bigúmeo de aço, apropriado a engastar-se pelo cabo ôco à extremidade da vara de madeira resistente...” (CORREA FILHO, 1946, p.71).

Esse fato descrito pode servir de prova que não-índios ocuparam território pertencentes a esse grupo e ainda usaram a mão-de-obra desses para “amansar o Pantanal”. Para os Guató, além da caça da onça ter sido uma das formas de serviços prestados, ela também tinha outra importância: era um rito de passagem da criança (menino) para a fase adulta (homem). Caça uma onça fazia com que o menino passasse a um estatuto de homem e, assim, poder contrair matrimônio com alguma mulher.

Castelnau (1943) relata que ao encontrar um jovem guató de aproximadamente 18 anos, esse lhe disse que ainda não havia se casado, pois lhe faltava caçar uma onça. Nota-se, então, que a caça da onça, como analisou Eremites de Oliveira (1996), demonstrava a capacidade de derrotar um animal maior e mais forte em relação ao homem e isso trazia prestígio para aqueles que conseguiam realizar tal proeza.

Quanto à população, esta ainda sofreu mais uma grande redução. Durante o século XIX eclodiu a guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (1864-1870) e a região do antigo sul de Mato Grosso, que incluía territórios do atual Mato Grosso do Sul, foi uma das mais afetadas pelo conflito. Ela foi a primeira a ser invadida pelos paraguaios em 1864. Segundo Eremites de Oliveira (2002a), as populações indígenas pantaneiras, incluindo os Guató, passam a manter um contato intenso com os soldados brasileiros; chegaram mesmo a lutarem e a servirem como guias na região durante o conflito.

O general José Vieira Couto de Magalhães (1876) manteve contato com os Guató no desenrolar do embate. O autor era o então presidente da província de Mato Grosso e

lutou na guerra. Na ocasião recebeu ajuda dos Guató, conforme ele mesmo assim descreveu:

“[...] na ocasião em que íamos atacar, tivemos a necessidade de fazer nossas marchas em centenas de canoas, por pantanais conhecidos por eles, e onde nos foram de grande e valiosíssimo socorro, já indicando lugares de descanso no meio daqueles imensos paludes, já guiando á nossos soldados o caminho naquela emaranhadíssima rede de canoas” (COUTO MAGALHÃES, 1876, p. 113).

Couto Magalhães referiu-se à fidelidade guató com os soldados brasileiros como fruto oriundo da inimizade deles com os espanhóis, pois os paraguaios eram considerados espanhóis e os soldados brasileiros eram vistos como portugueses. O autor explica a causa dessa inimizade:

“[...] conservava esse povo até hoje grande animosidade contra os espanhóis, e um velho prático referia-me sempre, como se fora passado poucos dias antes, um roubo que os espanhóis haviam feito de mulheres Guató, e que talvez já datasse mais de cem ou duzentos anos” (COUTO MAGALHÃES, 1876, p. 114).

Segundo o autor, essa era a causa da fidelidade e mesmo quando forçados por ronda das tropas paraguaias nunca denunciaram a presença das tropas brasileiras. Couto Magalhães (1876) afirmou ainda que os Guató davam grande valor à família e as mulheres eram bastante respeitadas. Eles não expunham suas mulheres e quando elas entravam em contato com as tropas brasileiras sempre faziam olhando para o chão.

Durante a guerra, vários autores citaram a existência dos Guató e sua localização. Amédée Moure (1862), João Batista de Oliveira (1864), Jardim (1869) e Couto de Magalhães (1876), por exemplo, falam da presença deles no rio Paraguai, lagoas Gaíva e Uberaba e rio São Lourenço.

Após a guerra, uma outra situação passou a se configurar no Pantanal:

“Uma outra onda humana estabeleceu-se na região a partir do final da Guerra do Paraguai (1864-1870), quando parte do exército brasileiro preferiu permanecer na área, não retornando à suas terras de origem. Além disso, uma parte dos paraguaios também procurou a região devido a miséria que se estabeleceu em seu país destruído pelo conflito” (SCHUCH, 1995, p.118).

Brasil Nature (2003) afirma que esses novos habitantes estabeleceram-se no local com o objetivo de trabalhar nas primeiras atividades industriais. Neste período instalou-se nas proximidades uma fábrica de extrato de carne, um curtume e uma fábrica de beneficiamento de chifre para a produção de guampas. Eremites de Oliveira (2002a), observou que essas empresas visavam fabricar o charque, um produto bastante

consumido tanto no Brasil como em outros países. Desta forma a região voltou-se para a pecuária e a ser cada vez mais ocupada para essa finalidade.

Nesse período, alguns autores citam a existência dos Guató, porém, já em número bastante reduzido. Conforme Antônio Luiz Brandão (1872), entre homens, mulheres e crianças eles não passavam de cinqüenta e estavam, pois, à beira da extinção devido à invasão paraguaia e à peste da bexiga. Brandão cita que ainda viviam espalhados pelos rios Paraguai, São Lourenço e lagoas Gaíva e Uberaba.

Em 1895 foi a vez do viajante naturalista vinculado ao Museu de La Plata, Júlio Koslowsky manter contato com eles no mês de janeiro, tempo das chuvas. Segundo Eremites de Oliveira (2002a), esses viajantes estavam mais interessados em recolher peças para seus museus do que qualquer outra coisa. Este fato foi confirmado pelo próprio Koslowsky (1895) quando mencionou que alguns objetos eram muito difíceis de se conseguir, até mesmo quando trocado pela apreciada cachaça.

Koslowsky (1985) permaneceu três semanas entre eles para adquirir objetos que pudessem ser levados ao Museu de La Plata. Na ocasião realizou descrições sobre seus costumes. Muitos desses costumes já haviam sido notados por outros autores, tais como a submissão das mulheres a seus esposos. O mesmo autor observou que os Guató eram exímios caçadores, tanto que amontoavam crânios de animais como a onça ao redor de suas cabanas, assim o fazendo como sinal de prestígio perante o resto do grupo. Além do prestígio trazido ao caçador em relação ao restante do grupo, Cândido Mariano da Silva Rondon, que esteve em contato com o grupo durante a construção das linhas telegráficas de Mato Grosso, entre os anos de 1900-1906, observou que esses crânios também serviam para mostrar a glória daquele grupo a outros e a viajantes que passavam por aquela região.

Outra particularidade observada por Koslowsky foi que, na época, as pessoas só falavam a língua portuguesa para se insultarem, pois segundo o autor, sua língua original, o guató, não é rica em adjetivos.

O mesmo autor ressalta que o número de pessoas era pequeno. Ao questionar um Guató de nome Joaquim Antônio sobre os motivos desse fato, assim foi explicado:

“Cuando los paraguayos, en la guerra contra la Tríplice Alianza, tomaran a Corumbá, subió un barco armado hasta es Dorado, punto de las serranías que ligan con la parte Oeste de Laguna Grande ‘La Gaiba’, lugar habitado por los guató desde los tiempos mas remotos. Los paraguayos invitaran a los indios a abandonar esos parajes y trasladarse al Paraguay, en donde recibirían grandes distritos sobre los ríos, y muchas otras ventajas. Los guatós vacilaran y no tomaran resolución alguna por el momento, continuando el arreglo de las

condiciones bajo las cuales probablemente aceptarían la oferta. Poco después comprendieron que eran engañosas las proposiciones de los propagandistas y las rechazaron, de lo que resultó lo que sigue: El encargado de los guatós se dirigía diariamente a bordo del buque paraguayo para tratar del asunto, pero como pasaban los días sin que los paraguayos consiguieron nada, estos dudaron del éxito y resolvieron matar el enviado guató. Cuando este al día siguiente se dirigió a bordo, lo llevaron á la popa del buque y le mataron a bayonetazos arrojando el cadáver al agua. Los guatós supieron este hecho inmediatamente por uno de ellos que se ocultaba en el matorral mientras el otro subía a bordo, y presencié el asesinato. La indignación fue grande y decidieron atacar a los paraguayos. Para llevar el ataque con éxito, tuvieron que retirarse aguas arriba hasta los pantanos de Xarayes, por donde pasa el río Paraguay por un hecho muy angosto, prometiendo cierta ventaja sobre el enemigo, que tenía que pasar á descubierto entre los matorrales al alcance de sus certeras flechas sin ser descubiertos. La estratagema era buena sólo que los paraguayos no demostraran deseo alguno en seguir á los guatós hasta esos pantanos, en donde les esperaban muchos males. Los infelices indios quedaron entre las garras de un adversario más terrible: la varuela. Casi toda la tribu sucumbió atacada por esa enfermedad” (KOSLOWSKY, 1895, p.14).

Neste contexto, nota-se que o confronto entre o Paraguai e a Tríplice Aliança foi fator importante para a deflação populacional do grupo, pois eles assumiram a função de guias aos combatentes e, conseqüentemente, deles contraíram as epidemias. De acordo com Cláudio Alves de Vasconcelos (1999), outros grupos como os Guaná, Mbayá-Guaicuru e os Kadiwéu atuaram nesse conflito:

“[...] houve aqueles que lutaram ao lado dos brasileiros, denominados portugueses; os que foram apenas solidários (Guaná, Kiniknúu, Laiana); os que se limitaram a observar (os Terena); e os que hostilizaram tanto os brasileiros quanto os paraguaios (os Kadiwéu)” (VASCONCELOS, 1999, p. 90).

Sobre a questão dos Terena terem apenas observado o conflito, Vera Lúcia Vargas (2003) discorda dessa teoria. Segundo a autora, os Terena, assim como outros, foram incorporados à Guarda Nacional e lutaram durante o conflito. A contribuição terena foi de grande valia para as tropas brasileiras, pois graças a eles as informações chegavam rapidamente; eles possuíam grande habilidade em reconhecer localidades por meio de espionagem.

A participação desses grupos no conflito tem um aspecto em comum. Segundo Vasconcelos (1999), eles se davam mediante a presentes e promessas de terras, nem sempre cumpridas ao término de tal conflito.

Sobre os Guató, José Alexandre Leite (1869) reforça a explicação dada por Koslowsky. Segundo ele, havia informações que a varíola causou entre os Guató grande estrago levando-os quase à extinção. Koslowsky (1895) considera que além da varíola e

do conflito com os paraguaios também ocorreram conflitos interétnicos com os Bororo, também responsáveis pela depopulação registrada. Schuch (1995) advertiu que os conflitos interétnicos eram comum na região pantaneira, principalmente quando um grupo diminuía em número, tornando-se mais vulnerável a guerras. A partir daí, então, outros grupos passavam a agir como agressores.

A população guató e suas terras já estavam bastante reduzidas, portanto, em fins do século XIX e meados do XX. Segundo Brasil Nature (2003), o desenvolvimento pecuarista na região valorizou muito as propriedades rurais, o que gerou conflitos fundiários e a expulsão deles da região.

Sobre a política indigenista do século XIX, Porto Alegre (2004) fez algumas considerações apropriadas:

“Sem grandes controvérsias ou disputas, o indigenismo oficial do século XIX empenha-se em estimular a diluição dos povos indígenas na população circundante. Com esse objetivo são extintos muitos dos antigos aldeamentos e vilas de índios por todo o país e a maior parte das terras é definitivamente expropriada” (PORTO ALEGRE, 2004, p.3).

Referindo-se à expropriação das terras indígenas, assim explicou a autora:

“A cobiça pelas terras indígenas encontrava um instrumento perfeito na legislação que regulamentava a propriedade da terra no Brasil, a qual determinava que os índios em contato com a população nacional perdiam o direito às terras que habitavam” (PORTO ALEGRE, 2004, p.3).

Dessa forma, muitos povos indígenas em todo o Brasil, incluindo a região pantaneira, passaram a ter suas terras usurpadas com o uso dos dispositivos legais. A mesma autora ressalta esta situação como uma forma do governo proteger os interesses regionais, silenciando os grupos indígenas e reforçando a impressão de que não mais existiam.

Nesse momento, o etnólogo alemão Max Schmidt iniciou seus estudos etnográficos sobre os Guató, realizando várias incursões ao Pantanal, em 1901, 1910 e 1928. Nas ocasiões ele fez várias pesquisas com esse e outros grupos no antigo Mato Grosso. O etnólogo estava na condição de pesquisador do Museu de Etnologia de Berlim e, por isso, vários dos objetos recolhidos durante suas pesquisas encontram-se naquela instituição.

Em suas incursões ao Pantanal, Schmidt (1942) observou a existência de muitas fazendas de criação de gado ao redor dos lugares onde viviam os Guató. Frederico Rondon (1949), por seu turno, chegou a mesmo constatar que os Guató viviam em alguns lugares que pertenciam a retiros de fazendas. Mas de acordo com Schmidt

(1942), o grupo chegava até mesmo a oferecer seus filhos crescidos como empregados dessas fazendas por um período de tempo. Quando retornavam traziam em sua memória o trabalho de boiadeiro que ficava registrado em desenhos feitos em árvores. Segundo o autor, com o passar do tempo esse era o único registro da vida passada, já que entravam em esquecimento e logo voltavam a viver de acordo com seus usos e costumes.

A respeito desse assunto, Pierre Vilar (1998, p.30) lembra que “o fato preciso está esquecido, a representação continua”. Sobre a memória, para Pierre Nora (1993) ela está em constante evolução e suscetível a novas lembranças, assim como ao esquecimento.

Schmidt (1942) verificou ainda que o número de pessoas em relação à comparação feita por Koslowsky (1895) havia diminuído em função de uma epidemia de catapora, ocorrido a menos de um ano antes de seu contato. Desta forma na região do rio São Lourenço restavam apenas duas famílias, havendo ainda índios nas lagoas Gaíva, Uberaba e rio Paraguai e Caracará, esses últimos só foram contactados pelo autor em sua segunda expedição.

Schmidt também relata várias mudanças ocorridas na cultura guató resultante dos contatos com não-índios, feitos principalmente com fins comerciais, como exemplo a valorização do dinheiro. A maioria dominava a língua portuguesa e vestia roupas para receber visitas. As zagaias, espécies de arpões que antes possuíam suas pontas feitas de osso, na época eram confeccionadas com pontas de ferro, adquiridas do contato com não-índios. A esses tipos de artefatos Maria Ximena Senatore (1999) denominou artefatos de contato.

A agricultura, anteriormente pouco utilizada pelos Guató, foi notada com maior frequência por Cândido Mariano da Silva Rondon (1949), principalmente as plantações de bananeiras, tanto para consumo próprio como para comércio com os viajantes. Na época, todas as famílias observadas pelo autor eram monogâmicas e ainda viviam bastante afastadas uma das outras, embora mantendo contatos periódicos, pautados pela aliança e reciprocidade: “[...] parecendo que essas visitas têm mais um caráter psicológico do que econômico” (SCHMIDT, 1942, p.262). No contexto observado por Schmidt cabe lembrar o que diz Nestor Cancline (1998); para ele a cultura é algo dinâmico e em constante transformação. Daí provém os motivos das mudanças observadas por Schmidt (1942).

Quanto à liderança entre os Guató, Schmidt (1942), observou que o líder era escolhido pelo governo brasileiro, mas para eles o governo só poderia escolher pessoas predestinadas a esse cargo. A principal função da liderança era reunir de tempos em

tempos todas as famílias para uma grande festa. Excluindo isso, a influência do líder em outros aspectos era menor.

Schmidt (1942) também realizou estudos ligados à arqueologia nessas áreas de ocupação tradicional guató:

“A investigação arqueológica é a outra característica marcante em algumas de suas pesquisas etnológicas. Em Schmidt (1914) se verifica grande interesse e empenho do autor em estudar os aterros ocupados pelos Guató que, no contexto atual da arqueologia moderna, pode ser definido como um verdadeiro trabalho etnoarqueológico [...]” (EREMITES DE OLIVEIRA, 1996, p.40).

Através dos estudos realizados sobre os aterros, ele obteve a informação, dos próprios Guató, que estes não foram feitos por eles e sim por índios de denominação *Matsubehe*. Estes teriam sido expulsos pelos guató em tempos remotos. Eremites de Oliveira (1996) explica que os *Matsubehe* são os *Matchubé* dos que falaram-lhe Francolina Rondon, a dona Negrinha. Trata-se de um grupo que faz parte da mitologia guató, dos quais eles teriam herdado alguns aterros e as técnicas de construir outros.

As observações referentes à cerâmica e cestaria, demonstram o aspecto etnológico e arqueológico dos estudos de Schmidt (1942). A cerâmica, segundo ele, era feita de um barro rude de cor preto-cinza, enquanto a cestaria era de entrelaçados de palmeira acuri. Essa palmeira, com as informações de Eremites Oliveira (2001), eram utilizadas a outros fins como cobertura das casas, confecção de abanos e propiciava sombra contra o forte sol da região pantaneira.

Schmidt (1942) encontrou lugares usados por esse grupo para pernoitarem ou passarem algum tempo em descanso antes de seguirem viagem. Essas viagens tinham a finalidade de caça e pesca, por isso o autor diz que: “[...] o Guató é um habitante aquático por excelência (...)” (SCHMIDT, 1942, p.249).

É perceptível na maioria dos relatos e em alguns trabalhos de Schmidt (1942) a afeição, o carinho e atenção dispensados os idosos e às crianças que participavam dos trabalhos domésticos, comprovados pela quantidade de pequenos utensílios. Essa participação das crianças era uma forma de se aprender os costumes do grupo.

Schmidt (1942) também relata as refeições servidas em panelas e tigelas de barro de cor preto-acinzentado com formas bastante simples. A base da alimentação desses índios era peixes, jacarés e frutos silvestres.

Para a realização das refeições existia uma organização em relação a seus participantes conforme a observação:

“Os homens ficam de pé, rodeando o caldeirão, onde enchem as colheres de tempos em tempo. Essas enormes colheres de pau, mágua(a), servem simultaneamente os pratos. As mulheres sentam-se durante o repasto ao redor de outra panela ou de uma das tigelas em que o preparador da comida despeja o alimento. Elas não comem, como os homens, com as colheres, mas com conchas, maguá(a)” (SCHMIDT, 1942, p.167).

Durante sua convivência com o grupo, Schmidt (1942) estudou a língua guató. A mesma já havia sido registrada por outros viajantes como Castelnau (1851). Ele registrou cerca de cento e sessenta e quatro palavras. Depois dele outros viajantes fizeram mais observações sobre a língua. Florence (1941) considerou a língua muito rápida, já para Kolowsky (1894) o grupo usava o português em momentos de insultos entre si, pois sua língua materna era desprovida de tais adjetivos.

No entanto os estudos de Schmidt (1942), são considerados mais aprofundados em relação aos anteriores, pois dedicou um capítulo de seu livro **Estudos de Etnologia Brasileira** à discussão deste assunto. Ele descreveu a fonologia e a estrutura de aproximadamente quinhentas e sete palavras.

[...] Uma parte, relativamente considerável, do tesouro lingüístico guató consiste simplesmente em radicais monossilábicos, colocando-se o prefixo – ma – geralmente usado. As palavras polissílabas, por sua vez, podem-se afirmar com alguma segurança, são então grande número, compostas de palavras monossílabas, que não exageremos, segundo minha opinião, se admitirmos que em todas as palavras polissílabas há realmente um composto de radicais, verificando-se assim que o idioma Guató é em geral uma linguagem monossilábica” (SCHMIDT, 1942, p.204).

Posteriormente, Adair Pimentel Palácio (1984) defendeu sua tese de doutorado em Campinas, intitulada **A língua dos índios canoeiros do rio Paraguai**, na qual faz um estudo detalhado sobre a língua dos Guató. A autora baseou-se nos estudos de Schmidt e através do convívio com esse grupo pode coletar dados e entrevistas que possibilitaram a criação de um dicionário Guató-Português e Português-Guató, com cerca de mil palavras. Sobre essa língua a autora disse:

“A análise da revela que o Guató é uma língua tonal, alterada aglutinante, de padrão VSO e morfologicamente complexa, com marcadores morfológicos indicando que opera tanto com sistema ergativo/absolutivo quanto com o sistema nominativo/acustivo” (PALÁCIO, 1984, p. 01).

Os estudos de Palácio (1984) são considerados até a atualidade os mais completos sobre a língua Guató. O valor de estudos como os realizados por Palácio (1984) e por estudiosos da lingüística relacionam-se à importância da língua, não só para índios como também para não-índios:

“A língua é o meio básico de organização da experiência e do conhecimento humanos. Quanto à língua, falamos também da cultura e da história de um povo. Por meio da língua, podemos ver um universo cultural, ou seja, o conjunto de respostas que um povo dá às experiências e aos desafios que encontra ao longo do tempo” (AS LÍNGUAS..., 2003, p.1).

Infelizmente devido ao reduzido número de pessoas falantes dessa língua atualmente, Adair Pimentel Palácio é categórica em afirmar para a reportagem do globo rural, exibida em Dezembro de 2004, pela rede globo de televisão: “Ela tem morte certa”. Para Eduardo Navarro, especialista em lingüística da USP comenta na mesma reportagem:

“A humanidade empobrece. Os índios do Pantanal estão ali a milhares de anos. Eles possuem um saber imenso em termos de flora, fauna, conhecimento sobre peixes, os rios, o meio ambiente. Uma vez perdido esse saber nunca mais é recuperado” (GLOBO RURAL, 2004)

Desse modo para evitar que as perdas tornam-se maiores faz-se cada vez mais necessários estudos sobre os conhecimentos desse grupo por especialistas em botânica e áreas afins.

Sobre esse assunto, para Eremites de Oliveira (2002a) os estudos de Max Schmidt muito contribuíram ao conhecimento do grupo. Os estudos foram os mais consistentes realizados até limiar do século XX, ocorridos em pleno abandono forçado do grupo de seus territórios tradicionais cedendo lugar a fazendas de criação de gados.

Inúmeros fazendeiros embasavam-se no pretexto de espaços demográficos existentes na região pantaneira. Antonio Brand (1997), ao analisar esta situação para o caso dos Kaiowá e Ñandeva, ressalta o mesmo acontecimento na região sul do estado pela Companhia Matte Laranjeira. A empresa passou a ocupar terras e mão-de-obra indígenas —embora nem sempre reconhecesse tal coisa— para a produção da erva mate.

Em resumo, os grupos indígenas de todo o estado sofreram o processo de espoliação de seus territórios advindos da conquista e colonização. Em alguns casos esse processo unindo-se a outros, causaram a extinção de algumas etnias. A exemplo têm-se os casos dos grupos canoeiros que habitavam a região do Pantanal, como os Guaxarapo e os Payaguá, dos quais os Guató são os últimos remanescentes. Seus territórios se estendiam pelas lagoas e rios pantaneiros, foram usurpados por não-índios para várias finalidades, uma das principais foi à pecuária bovina.

Desses territórios usurpados, uma pequena parcela ficou de fora, a Ilha Ínsua. A ilha passou a servir como refúgio para o grupo, porém o processo de usurpação territorial atingiu esse refúgio no século XX. Iniciou-se em meados das décadas de 1920, quando

Eulálio Soares, conhecido por Xolô, instalou-se na Ilha e abriu um porto acima da lagoa Gaíva para embarcar gado, despertando a atenção de outros não-índios. Este e outros assuntos são tratados no próximo capítulo, no qual se analisa a invasão de não-índios e a conseqüente espoliação da Ilha Ínsua, território tradicional dos Guató.

A CONCLUSÃO DO PROCESSO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO

“Esses índios, cujo total anda pela casa dos 400 indivíduos, encontram-se no rio Paraguay, desde a boca da Uberava e rio São Lourenço desde a barra do Cuiabá, isto é, vagueiam pelos rios, lagôas e alagadiços” (Augusto Leverger [Barão de Melgaço], 1862, p. 216).

2.1. Considerações Iniciais

Durante muito tempo figurou na história brasileira o desaparecimento dos povos indígenas devido a uma suposta absorção pela sociedade nacional. Os interesses motivadores dessa avaliação foram múltiplos, como, por exemplo, a europeização da sociedade brasileira na busca por mostrar uma população homogênea. Este fato pode ser comprovado desde o final do sistema colonial. Naquela época, como é amplamente conhecido, foi imposto o uso da língua portuguesa aos indígenas, proibindo a eles o uso das línguas nativas. Segundo Maria Silvia Porto Alegre (2004), nesse momento também ocorreu a imposição, pelas autoridades legais, da adoção de sobrenomes portugueses pelas famílias indígenas.

No entanto, o maior motivo entre todos era a cobiça das terras indígenas. Para que elas fossem expropriadas era necessário negar a existência de seus habitantes naturais. De acordo ainda com Porto Alegre (2004), esse processo encontrou apoio na legislação regulamentadora da questão de propriedade de terras no Brasil: [...] “a qual determinava que os índios em contato com a população nacional perdiam o direito às terras que habitavam” (PORTO ALEGRE, 2004, p. 3).

Diante da sistemática negação da existência dos índios, inclusive em relatórios enviados ao governo central, Porto Alegre afirma que a noção de desaparecimento passa a ser considerada assimilação, portanto, extinção. Embasado nessas idéias, o governo central passa a declarar extintos vários grupos indígenas.

O conceito de desaparecimento dos índios foi reforçado pela historiografia brasileira, a qual, durante muito tempo, deixou os grupos indígenas marginalizados, quando muito se referindo a eles apenas nos primeiros anos da conquista e colonização. Depois disso, eles desaparecem vítimas do processo de *civilização* e *progresso* conhecido na história do Brasil. Esta visão é reproduzida nos livros didáticos de história e na mídia, acabando por ser expressa no senso comum da população. A essas idéias pessimistas acerca do futuro da população indígena brasileira uniu-se, com efeito, a máxima pronunciada por Francisco Adolfo Varnhagen (1981, p. 30), segundo a qual para estes povos: “não há história, há apenas etnografia”.

Esse paradigma perdurou por muito tempo, não somente entre os historiadores, mas também por boa parte da sociedade nacional. No entanto, foram os próprios indígenas os responsáveis pela mudança dessa idéia. Isso porque eles conseguiram sobreviver perante processos de espoliação, epidemias e outros problemas advindos da conquista e colonização luso-brasileira. Para isso, elaboraram várias formas de resistência entre as quais está a fuga para o interior do país, sobretudo no caso dos índios que habitavam a região litorânea, a primeira a sofrer as mudanças oriundas dos contatos com os europeus. Os índios do interior, de acordo com Gerson Teixeira (2001), também realizaram fugas para regiões inabitadas, muitas vezes excedendo as fronteiras do Brasil. Além das fugas, muitos povos resistiram a esse processo de maneira belicosa, incluindo alianças interétnicas para esta finalidade. Exemplo disso é o caso dos índios da região do Pantanal, os quais no século XVI, sobretudo, formaram alianças interétnicas para combaterem os inimigos de além-mar, como tratado no capítulo anterior desta dissertação.

Siló Amorim (2003), por exemplo, afirma que a negação da identidade indígena resultou em outra forma de resistência nativa, fato este classificado por Edson Silva (2004, p. 2) como “resistência invisível”. Para esse autor, havia uma simulação de derrota pelos índios diante de práticas violentas, embora eles resistiam sabotando a conquista e colonização, como é o caso da falsa adoção ao cristianismo e a contínua prática das religiões herdadas de seus ancestrais.

Diante desse contexto vivido por muitas sociedades indígenas, percebe-se que “a história está onipresente”, conforme explicou Manuela Carneiro da Cunha, (1992, p. 11). Assim, não há como negar a presença da história em todas as sociedades, inclusive nas indígenas. Ocorre, porém, que em “culturas diferentes”, também há “historicidades diferentes” segundo Marshall Sahlins (1990, p. 11). Na realidade, devido a fatores históricos diversos, muitas das atuais sociedades indígenas brasileiras manifestam a seguinte situação:

“Para além das singularidades, a resistência à incorporação mostra que a situação de cada grupo indígena é a expressão local de uma dinâmica mais ampla de enfrentamento e de defesa à agressão, que atingiu e continua atingindo, ao longo da história, todos os povos indígenas no Brasil, do início da conquista até os nossos dias” (PORTO ALEGRE, 2004, p. 9).

Por isso, atualmente não se pode mais atribuir às comunidades indígenas aquela antiga e idealizada imagem do índio desnudo, habitante das selvas, que utiliza o arco e flecha, imagem esta que insiste em sobreviver no imaginário popular. Essa imagem desconsidera os contatos culturais e mudanças daí ocorridas. Por isso, Sahlins assim esclarece:

“A história é ordenada culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades, de acordo como os esquemas de significação das coisas. O contrário também é verdadeiro: esquemas culturais são ordenados historicamente porque, em maior ou menor grau, os significados são reavaliados quando realizados na prática” (SAHLINS, 1990, p. 7).

Deste modo, para a realização dos estudos sobre as dinâmicas culturais das sociedades indígenas, antes e após os contatos com não-índios, assim como acerca das formas de resistência que elas elaboraram, são de grande valia as contribuições da etnohistória, da antropologia histórica e da história cultural, dentre outras propostas.

Dentre essas propostas, a antropologia histórica é a talvez a mais consolidada no estudo da história dos índios no Brasil.

Autores pertencentes aos antigos institutos geográficos e históricos, citando aqui um exemplo bastante conhecido, “[...] buscaram a seu modo, diante dos desafios políticos e limites teóricos de suas respectivas épocas atribuir um significado à história das populações indígenas” (MONTEIRO, 1995, p. 222). Para o referido autor, o traço em comum entre esses autores era o pessimismo sobre o futuro dos grupos indígenas, mas devido a resistência desses grupos, os indígenas encontraram no meio acadêmico,

principalmente entre os antropólogos, fortes aliados. Isso porque, as pesquisas passaram a ter como principal objetivo fornecer subsídios às reivindicações desses grupos.

Na opinião de Cunha Carneiro (1992), a história cultural brotou no campo da antropologia e na historiografia ainda esta em fase incipiente, ou estava quando a autora assim avaliou. Sua grande tarefa, além de mostrar o índio como agente histórico, através de vertentes regionais, seria fornecer fundamentos para a reavaliação pela sociedade e pelo Estado, do papel desses grupos na história do Brasil.

No caso dos Guató, além de documentos escritos, há ainda a possibilidade do uso da história oral. Esta proposta é aceita não por falta de outras fontes melhores, mas por ser uma fonte integral, cuja metodologia já se encontra bem estabelecida” (KI-ZERBO, J. *apud* FREIRE, 2004, p.3).

Neste sentido, para a realização deste capítulo serão de grande importância às entrevistas com duas mulheres guató, dona Francolina Rondon, mais conhecida como dona Negrinha, e sua irmã, dona Josefina de Souza Ribeiro, residentes em Corumbá, Mato Grosso do Sul. Elas são pessoas idosas que vivenciaram grande parte da história mais recente de seu povo e muito a conhecem através da tradição oral do grupo. Esse conhecimento, como alerta Prins Gwyn (1992), pode ser esmaecido, em forma de memórias. Em se tratando das memórias das pessoas, é importante lembrar que:

“A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, venerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações” (NORA, 1993, p. 9).

Corroborando com Pierre Nora, outra autora, Miriam Lins de Barros (1987), afirma que a memória faz parte da identidade de grupos humanos, pois as lembranças, em muitos instantes, deixam de ser individuais, tornando-se coletivas. Sendo as memórias individuais um ponto de vista da memória coletiva de determinado grupo; elas estão sujeitas à “[...] novas situações e novos contextos, revitalizam ou criam novas perspectivas e interpretações da realidade” (BARROS, 1987, p. 35).

A respeito desse assunto, Gwyn (1992) aconselha a comparação desses dados com outras fontes. O autor frisa que a fase de revisão da vida, pela qual as pessoas idosas estão passando, seja vista como uma revisão da memória que pode fornecer dados muito preciosos. Barros (1987) alerta que neste momento da vida, quando a morte é constante para os idosos, a transmissão de conhecimentos e memórias para as

gerações presentes e futuras é, para eles, uma forma de se manterem vivos, de deixarem sua presença marcada. Uma das informantes/interlocutoras, dona Negrinha, ao término de uma entrevista, disse que agora acreditava ter entrado para história e assim se tornara eterna. Concomitantemente, ao analisar a vontade de se eternizar na história, Nádia Farage (2004) lembra que nas sociedades indígenas os idosos exercem o importante papel de transmissão dos elementos culturais, como mitos, rituais, costumes e história. Assim “[...] a figura do ancião é valorizada como um arquivo vivo” (FARAGE, 2004, p. 1).

Durante os trabalhos de campo, foi possível observar a função de guardiã das tradições indígenas, exercidas pelos idosos. Isso ocorreu quando dona Josefina se encontrava ensinando a uma jovem a arte do trançado. Trata-se do sistema de trançar folhas de uma planta chamada camalote e que, segundo ela, na falta das folhas de palmeira acuri, elas servem também para se fazer tapetes, abanos, redes e outros adornos. Para Josefina é um prazer ensinar este trabalho, pois assim quando ela morrer esse trabalho, ao qual se dedicara por tanto tempo, terá continuidade.

Entre os Kaiowá, também, um líder da aldeia Panambizinho, em Dourados, Paulito Aquino, exercia a função de guardião dos costumes de seu povo. Segundo Nely Aparecida Maciel e Jorge Eremites de Oliveira (2003), ele era a única pessoa que dominava o ritual do *Kunumi pepy*, um dos rituais mais importantes e complexos da tradição kaiowá. Nesse ritual, os meninos entre dez e treze anos de idade tinham seus lábios perfurados para a aplicação do *tembetá*¹. Recentemente, Paulito faleceu e sem ele parece não ter sido possível à realização desse ritual.

Tendo em vista os exemplos apresentados, fica explícita a importância dos idosos nas sociedades indígenas para a compreensão de suas histórias. Nesse aspecto, Gwyn (1992, p. 192) afirma o seguinte: “Uma narrativa estável da vida no poço de informações é o início de uma tradição oral de longo prazo”. Partindo desse paradigma, foi realizado o registro de entrevistas sobre a história dos Guató. Para isso, recorreu-se à visão dos indígenas sobre fatos por eles vivenciados, apropriando-se da afirmação de Vialnova Mercedes sobre a História: “[...] História bem feita sem fontes orais, é uma história incompleta” (VILANOVA, 1994, p. 46).

Quanto à utilização das fontes orais, para Antônio Brand (2000) ela se constitui em um recurso a mais a ser utilizada pelos historiadores, principalmente em pesquisas

¹ Conforme Maciel & Eremites de Oliveira (2003), *tembetá* é em um adorno labial, colocado através de perfuração.

ligadas a história social. Tais como pesquisas sobre povos que pouco registraram ou não registraram sua história antes e depois do contato com europeus, os indígenas e também tidos pela historiografia como não-letrados. Somente através da utilização das fontes orais, eles seriam inseridos na história. Isso porque: “[...] o historiador estaria muito preso à cultura majoritária e ao poder da escrita, enquanto que os analfabetos estariam, efetivamente, alijados desse poder” (BRAND, 2000, p. 202).

No caso dos grupos indígenas, a utilização de fontes orais constitui-se em uma forma de perceber seu papel histórico, pois a maioria dos documentos escritos sobre eles foi escrita por culturas externas. Por vezes, esse fato fez com que esses grupos acabassem marginalizados do processo histórico ou quando muito eram vistos como passivos a esse mesmo processo.

Através de informações orais obtidas por meio da transformação do informante em interlocutor, segundo analisou Roberto Cardoso de Oliveira (2000), cria-se uma relação dialógica:

“Faz com que os horizontes semânticos em confronto – o do pesquisador e o do nativo – abram-se um ao outro, de maneira, a transformar um tal *confronto* em verdadeiro ‘encontro etnográfico’. Cria um espaço semântico partilhado por ambos interlocutores, graças ao qual pode ocorrer aquela ‘fusão de horizontes’ – como os hermeneutas chamariam esse espaço –, desde que o pesquisador tenha a habilidade de ouvir o nativo e por ele seja igualmente ouvido, encetando formalmente um diálogo entre ‘iguais’, sem receio de estar assim contaminando o discurso do nativo com elementos do seu próprio discurso” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 24).

De posse de tais conhecimentos, a coleta dos dados orais para esse trabalho foram feitas através da modalidade definida por Bom Meihy (1996) como história oral de vida. Por meio das histórias de vida das pessoas, denominadas histórias individuais, a exemplo da história dos idosos, foi possível compreender a história do grupo no qual elas estão inseridas. Essa história é a história coletiva do grupo.

Nesse sentido, cabe esclarecer que tanto as fontes orais como escritas também são fontes manipuláveis, passíveis de interferências e interesses. (FRANK, 1999; BRAND, 2000). Ou como pontua Cardoso de Oliveira (2000, p. 24): “[...] acreditar ser possível a neutralidade idealizada pelos defensores da objetividade absoluta, é apenas viver uma doce ilusão”.

Ainda que pautados na afirmação acima, para tentar evitar erros ou falhas, alguns autores aconselham “[...] o uso de fontes múltiplas, convergentes e independentes”. (GWYN, 1999, p. 186) e “[...] uma deve corrigir e completar a outra” (BRAND, 2000, p. 208).

De posse de fontes escritas e orais, neste capítulo será analisado o processo de desterritorialização, ou seja, nas palavras de Rogério Haesbart (1997, p. 258), processo de “desenraizamento dos indivíduos em relação ao seu território”. Tal processo foi sofrido pelos Guató em um de seus últimos redutos, a Ilha Ínsua ou Bela Vista do Norte. A Ilha Ínsua recebeu esse nome em homenagem ao Capitão-General de Mato Grosso, Luiz Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, pois seus pais possuíam, em Portugal, uma mansão de nome Ínsua, conservada atualmente por seus descendentes como Casa de Ínsua (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 2005). Já a denominação Bela Vista do Norte, a mais antiga, tem origem no nome dado por um dos primeiros não-índios a instar-se na região, Eulálio Soares, mais conhecido por Xolô, quem abriu um porto homônimo para embarque e desembarque de gado, por volta de 1920 (AZANHA, 1991).

A Ilha Ínsua ou Bela Vista do Norte está localizada no alto curso do rio Paraguai, região do Pantanal, município sul-mato-grossense de Corumbá, próximo à divisa com o município de Cáceres, em Mato Grosso, na fronteira do Brasil com a Bolívia (Figura 1e 2).

No item seguinte o processo de desterritorialização dos Guató estabelecidos nessa ilha será analisado com maior profundidade. Fica registrado, então, que para a realização dessa etapa dos trabalhos a memória coletiva do grupo foi de fundamental relevância, assim com algumas fontes textuais.

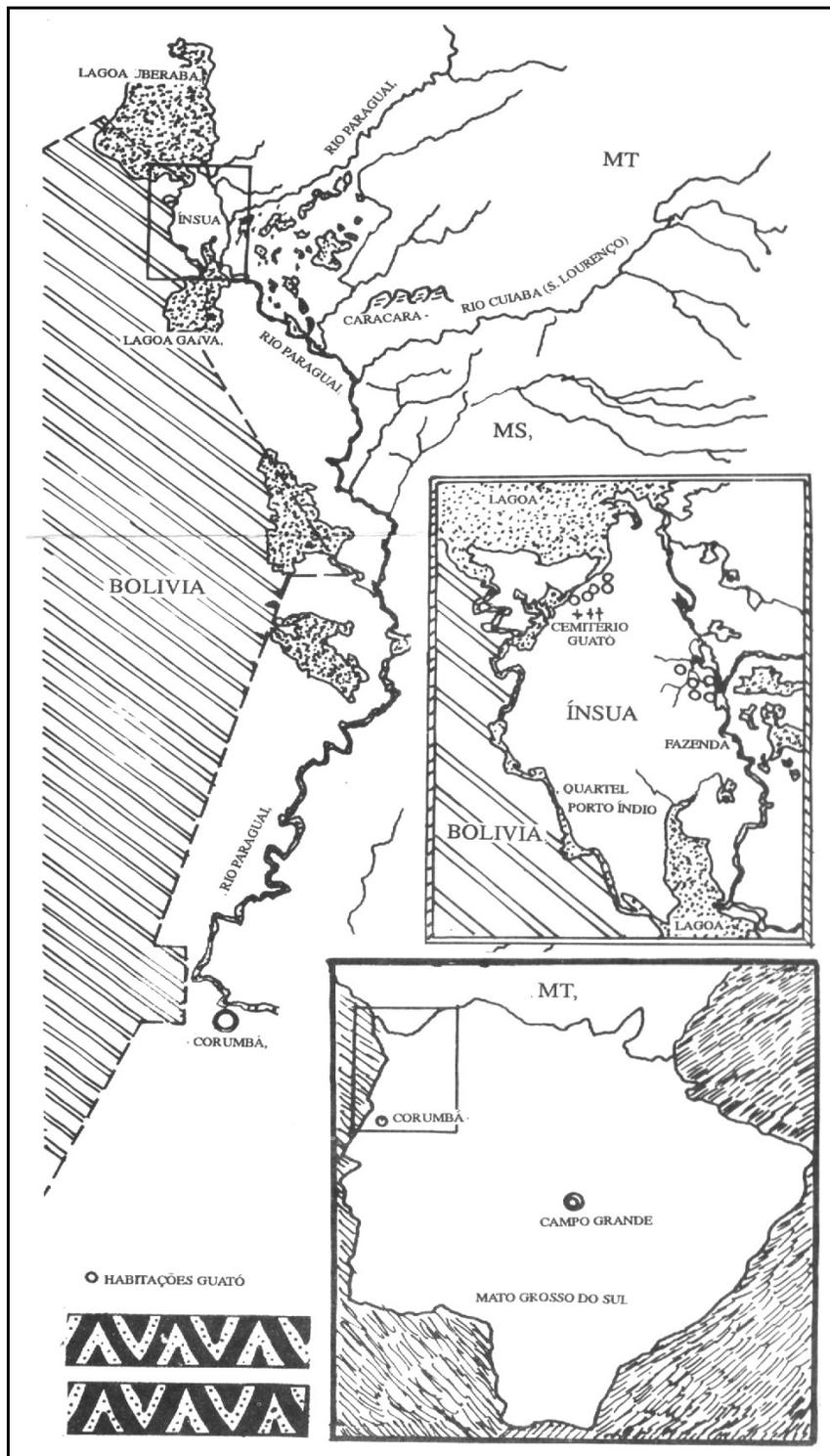
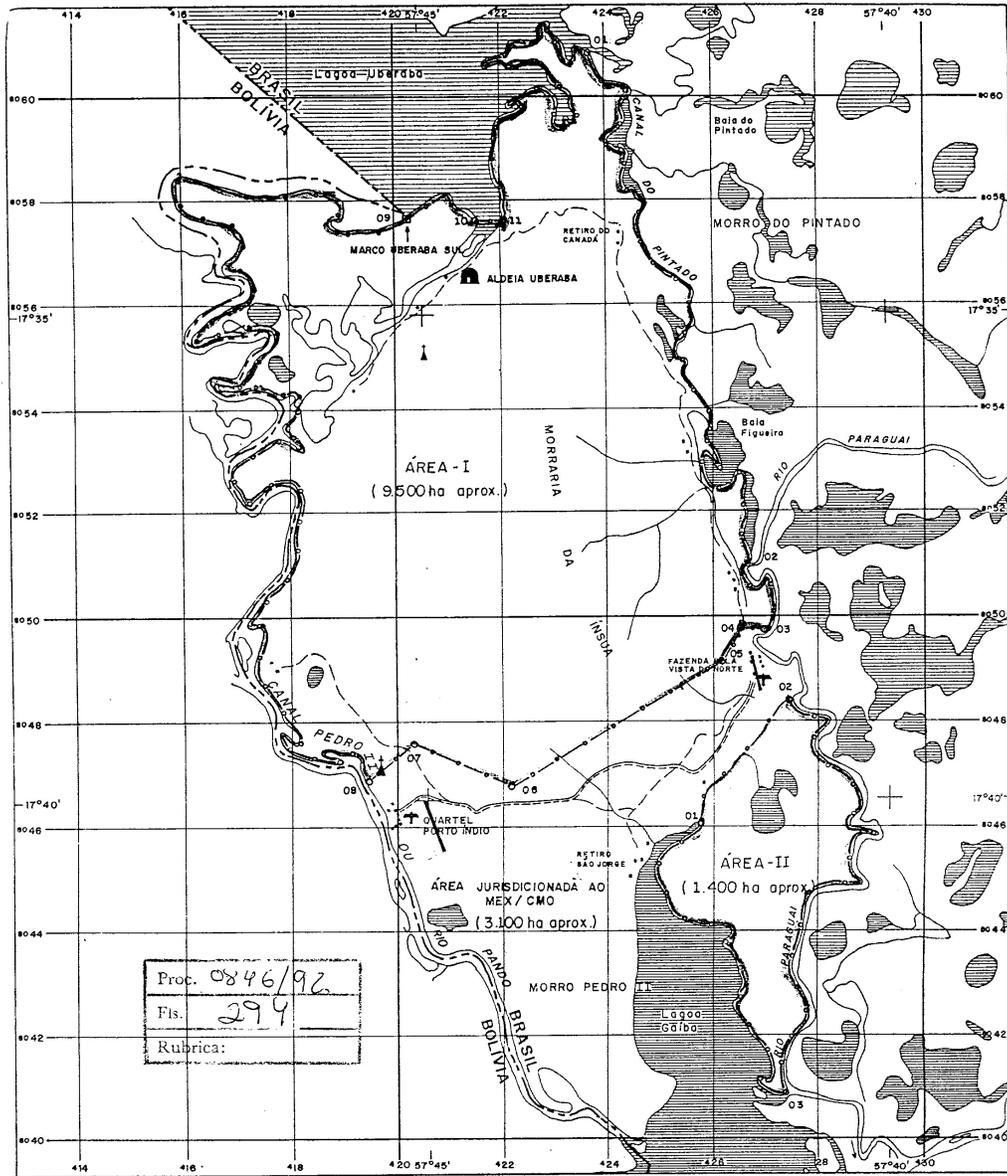


FIGURA 1: Localização da Ilha Ínsua. Fonte: Rodrigues et al. (1991, p. 23).



Proc. 0846/96
 Fls. 299
 Rubrica:

SINAIS CONVENCIONAIS

- TERRA INDÍGENA DELIMITADA
- PONTO DEFINIDOR DE LIMITE
- ALDEIA INDÍGENA
- † CEMITÉRIO
- RODOVIA DE REVESTIMENTO SOLTO
- - - CAMINHO
- LAGOA PERMANENTE
- CURSO D'ÁGUA PERMANENTE
- DIREÇÃO DE CORRENTE
- † CAMPO DE POUSO

MINISTÉRIO DO INTERIOR		FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI	
DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF			
DENOMINAÇÃO:		PLANTA DE:	
TERRA INDÍGENA GUATÓ		DELIMITAÇÃO	
MUNICÍPIO:		ÁREA:	PERÍMETRO:
CORUMBÁ		10.900 ha	92 Km
UF:		ESCALA:	DATA:
MATO GROSSO DO SUL		1/100.000	27 / 07 / 99
ADR:	PROCESSO Nº:	BASE CARTOGRAFICA:	
CGR	2928/85	MI-2357/DSG	
TÉC. RESPONSÁVEL PELA DEFINIÇÃO DOS LIMITES:		TÉC. RESPONSÁVEL PELA VISTO:	
RONALDINO V. CRUVINEL ANTHROPOLOGO-DIAF		LUIZ ANTONIO SBRZEZ ENG. CARTOGRAFO-DAF	

FIGURA 2: Localização da Ilha Ínsua. Fonte: Funai (1995, p. 10).

O processo de desterritorialização desse grupo passou a se dar em decorrência dos contatos mais intensos com não-índios, ocorridos durante e após o século XIX. Esses contatos ocorreram na ocasião da guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (1864-1870), tendo como conseqüências o alastramento de epidemias como a varíola, responsável pela deflação populacional. Com término do conflito, ocorreram as instalações de fazendas agropecuárias na região do Pantanal, em muitos casos sobrepondo-se a territórios antes pertencentes a esse grupo.

Embasando-se no trabalho de Vera Lúcia Ferreira Vargas (2003), nota-se que tal situação não ocorreu apenas na região do Pantanal e nem tão menos apenas com os Guató:

“O fim dessa guerra representou para as sociedades indígenas o começo de uma outra batalha pela sua sobrevivência pois, além de muitos indígenas terem sido dizimados, muitos outros ficaram doentes e miseráveis. Como se isto não bastasse, não possuíam mais a posse sobre os antigos territórios que ocupavam, tomados agora pelas fazendas que se proliferavam indicando uma nova *desterritorialização* dos Terena” (VARGAS, 2003, p. 53).

Assim como aos Terena, esses fatores também contribuíram com a diminuição da população e a usurpação de grande parte dos territórios guató. Mesmo reduzidos, eles continuaram habitando seus territórios e resistindo de diversas formas aos processos de colonização e conquista como explicado adiante.

Como dito antes, Max Schmidt esteve com os Guató durante três expedições em 1901, 1910 e 1928. Além dele ter realizado estudos etnológicos, arqueológicos e históricos, observou as conseqüências da colonização e conquista no meio deles, sendo relatadas em publicações posteriores. Na primeira expedição ao Pantanal, Schmidt contactou os habitantes das lagoas Uberaba e Gaíva. Na segunda, esteve com os que habitavam o rio Caracará e, na última, contactou os do rio Paraguai e do canal Dom Pedro II, a Ilha Ínsua.

Em sua primeira expedição, ele teve como guia um adolescente de onze anos, chamado Meki, quem lhe serviu também de companheiro. Durante seus estudos Schmidt (1901) recebeu informações dos próprios índios de que os habitantes dos rios Caracará, São Lourenço e Paraguai haviam diminuído por conta de epidemias de catapora. Na ocasião, o próprio autor percebeu que o tamanho do grupo era ínfimo.

Na segunda expedição, Schmidt (1912) teve como guias dois guató chamados Antonio e Manoel. Desta vez, ele dedicou-se aos estudos dos aterros do rio Caracará observando aspectos culturais e demográficos. Schmidt (1912) encontrou vinte índios, dos quais onze eram homens, sete mulheres e duas moças, podendo ter existido mais na parte superior rio.

Schmidt (1942a), em sua última expedição, foi informado, por uma índia chamada Joana, que vários índios haviam morrido. Eles morreram em uma epidemia de varíola ocorrida por volta de 1927.

Para demonstrar a quantidade de epidemias sofridas por esses índios segue o quadro abaixo. Embora não se tenham dados sobre a quantidade de vítimas, o quadro serve apenas para dar uma visão aproximada das epidemias que assolaram o grupo.

QUADRO 1: Epidemias sofridas pelos Guató.

EPIDEMIAS	PERÍODOS	FONTES
Varíola	1867 e 1927	Leite (1869); Koslowsky (1895); Schmidt (1942a)
Bexiga	1870	Brandão (1872)
Catapora	1900	Schmidt (1902)
Gripe Espanhola	1919	Frederico Rondon (1938)

Além das epidemias citadas, há um outro problema observado por Schmidt (1942b), o alcoolismo. A mesma Joana lhe informou sobre a morte do cacique Timotheo e seus filhos; afirmou que Meki, seu antigo guia, havia morrido devido ao consumo exagerado de bebidas alcoólicas, embora não tenha lhe pormenorizado o acontecido. Desta vez o autor contactou um índio vivendo na lagoa Gaíva, chamado João, filho de Antonio, o qual havia conhecido na primeira expedição. A esposa de João o abandonara por conta do alcoolismo.

Kolowsky (1894) já havia notado o alcoolismo entre os Guató. Ele relatou que foi cercado pelos índios à procura de cachaça. Os indivíduos contactados por ele só respondiam a seus questionamentos após serem servidos da bebida. Segundo Schmidt (1942b), a procura de aguardente com viajantes e pesquisadores que estiveram na região era comum. Para Monoyer (1905), o alcoolismo podia ser considerado uma epidemia. Sobre o assunto ele diz: “Infelizmente o álcool, com sua influência nefasta, será o melhor fator de degeneração de desaparecimento” (MONOYER, 1905, p. 155).

H. Pereira Cunha (1949) quando rumava para a localidade de Descalvado, em 1914, teve sua embarcação cercada por um idoso e um rapazinho, ambos indígenas, que insistiam em trocar seus remos por meia garrafa de cachaça. Mesmo diante da insistência a troca não foi realizada. Nesse encontro, é possível notar que o consumo de cachaça era muito freqüente entre os Guató.

Schmidt (1942b) descreveu que o alcoolismo não é um problema só dos homens, pois as mulheres embriagadas choravam a perda de seus filhos. Uma das principais conseqüências da bebida eram as brigas, que em alguns casos, terminavam em mortes. O autor ainda descreve uma festa chamada cururu²:

”[...] Assim nessas ocasiões, eles se recordavam dos mortos, experimentam a gratidão para com o anfitrião, homenageiam Eros e os prazeres que ele concede. Ao mesmo tempo agita-se o sentimento de força e da supremacia humana, misturado com amor-próprio ferido e inveja, assim velhas idéias de vingança. Mais um pouco os sentimentos quebram os limites das simples idéias, transformando-se em realidade prática, numa confusão indivisível” (SCHMIDT, 1942b, p. 115).

Nessas comemorações, segundo o mesmo autor, os sentimentos estavam aflorados e a embriaguez generalizada dos participantes, resultava em discussões e brigas. Ele cita um caso de dois irmãos que brigaram por causa de uma mulher:

“... O cacique havia reconhecido a mesma como pertencendo a um deles, o que fez com que acabasse com a briga, mas ébrios como estavam ali na festa, o ódio antigo dominou-os, levando-os ao fratricídio” (SCHMIDT, 1942b, p. 116).

Dessa forma, o alcoolismo pode também ser considerado como um dos fatores de diminuição da população guató. Segundo o CIMI, o problema persiste entre o grupo. Essa entidade considera as raízes do problema oriundas da espoliação de seus territórios e suas conseqüências são relatadas da seguinte maneira:

“Espoliados, sem rumo e sem ajuda, perdido muitos de seus traços culturais, os homens mais do que as mulheres, vêm se entregando à embriaguez, em total desânimo [...]” (CIMI-MS, 1988, p. 4).

Décadas mais tarde, o antropólogo Gilberto Azanha (1991) observou uma redução mais acentuada do alcoolismo entre os homens. Além disso, a violência doméstica causada pela embriaguez, também forçou as mulheres a casar-se com não-índios.

² Essa festa, segundo consta na revista *Eco Tur News* (2001), surgiu entre os indígenas e hoje é praticada pela população mato-grossense; as maiores festas ocorrem na região de Poconé. Nelas há desafios entre os violeiros com o objetivo de premiar o violeiro que mais e melhor toca. Esses violeiros são denominados cururuzeiros.

Segundo informações orais obtidas de Francolina Rondon, em dezembro de 2003, a violência doméstica era corriqueira e fazia com que muitas mulheres abandonassem seus maridos. Ela exemplifica o caso de sua mãe, Maria Domingas, que antes de se casar com o seu pai foi casada com um índio guató. Esse índio, quando embriagado, costumava agredi-la. Sua mãe acabou fugindo e foi trabalhar em uma fazenda onde conheceu o pai de dona Negrinha. Dona Negrinha também se casou com um índio, segundo ela, um Guató puro, filho do cacique Fernandes do Caracará, o qual foi contatado por Julio Koslowsky e Max Schmidt durante suas expedições. Sobre seu esposo, dona Negrinha disse: “Mas num sei, ele bebia, ele transformava, virava um bichu; aí eu num tinha esse costume, ficava com medo dele”.

Ela também abandonou o esposo e foi trabalhar em uma fazenda onde se casou com um não-índio. O alcoolismo entre os homens é um argumento usado para justificar o fato de muitas índias terem se casado com não-índios e, em alguns casos, deixado seus territórios tradicionais, muitas vezes não retornando mais. Algumas até chegavam a retornar com seus esposos, mas viviam apenas por algum tempo, como é o caso de dona Negrinha e sua irmã Josefina. O alcoolismo, estimulado no contexto da formação e implantação de fazendas de gado na região, tornou-se mais um fator causador da dispersão dos Guató de seus territórios tradicionais.

Schmidt (1942a) registrou ainda alguns Guató trabalhando em fazendas de gado. Eles não tiveram outra opção além dessa, pois seus territórios foram tomados pelos fazendeiros: ou eles se sujeitavam a essa situação imposta ou teriam de sair daquelas áreas de ocupação tradicional.

Ademais, a região foi atingida por epidemias que vitimaram os nativos e os não-índios também. Sobre o assunto, José Lucídio Nunes Rondon (1971, p. 80) comenta o seguinte: “[...] conseqüentemente faltou braço de trabalho”. Devido a esse fato, eles constituíam uma alternativa para suprir a ausência de outros trabalhadores.

A falta de *braço de trabalho* causou um entrave na economia do então Estado de Mato Grosso. Segundo Paulo Roberto Cimó Queiroz (1997), os agricultores, pecuaristas e extrativistas locais resolveram o problema adaptando a mão-de-obra indígena à necessidade de cada grupo. Essa solução não se deu apenas em Mato Grosso. Para Monteiro (1995), por exemplo, a mão-de-obra indígena constituiu a base da produção em São Paulo e na região do planalto, principalmente antes da escravidão negra.

A partir daí os Guató passaram a prestar serviços nas fazendas. No entanto, Monoyer (1905) fez algumas advertências sobre esses índios:

“São inconstantes e muito livres. Recusam-se a todos empregos que existem nas fazendas dessas paragens. Contudo, quando recolhidos desde a mais jovem infância, tornam-se bons peões e guias, destros lançadores, mas mesmo assim muitas vezes, por causa do seu instinto, desaparecem muitas vezes retornando a vida livre e inconstante” (MONOYER, 1905, p. 155)

Essas fugas traziam sérios problemas. Segundo Azanha (1991), freqüentemente eles abandonavam as fazendas, quase sempre, por conta de endividamento com seus patrões. Vê-se, então, que a exploração da mão-de-obra guató se deu de maneira bastante intensa. Mas para os Guató, ainda que tivessem de seguir trabalhando nas fazendas de gado, essa era uma forma de continuar mantendo contato com seus territórios tradicionais, ocupando-os segundo seus usos, costumes e tradições, quase que concomitantemente com os fazendeiros que haviam se apoderado deles.

No antigo Mato Grosso, portanto, os indígenas trabalhavam em uma espécie de servidão, pois:

“[...] vive sobre o jugo de uma dívida insolvável, contraída ao iniciar a sua carreira e que se aumenta sucessivamente, o que põe à inteira descreção [*sic*] do patrão” (LISBOA *apud* QUEIROZ, 1997, p. 131).

Quando ocorriam as fugas, os patrões iam à caça deles, obrigando-os a retornarem ao trabalho ou a refugiarem-se em baías e lagoas da região. Cândido Mariano Rondon (1949), durante seus trabalhos realizados durante 1900 até 1906, pela Comissão de Linhas Telegráficas, encontrou vários Guató vivendo em um retiro pertencente à fazenda do Rio Novo, localizada em um lugar denominado *Aterrado*. Trata-se, provavelmente, do Aterrado que hoje em dia está sendo reivindicado como parte da Terra Indígena Baía dos Guató, em Poconé, Estado de Mato Grosso. O autor notou que esse local pertencia a esses índios:

“A grande enchente de 1905 não submergiu; determinou porém o desbarrancamento que pôs a descoberto ossadas e crâneos humanos, provavelmente daqueles índios Guató. Estive com um crâneo [*sic*] humano na mão; estavam gastos, uniformemente, parecia ter pertencido a um individuo idoso” (SILVA RONDON, 1949, p. 159)

Essa citação confirma a instalação de muitas fazendas em territórios guató. Schmidt (1942a) pontua que esses índios viviam e trabalhavam nessas propriedades, como por exemplo, na fazenda Conceição, situada no rio Paraguai. As informações orais

obtidas com dona Negrinha, em dezembro de 2003, corroboram com as de Schmidt (1942a). Segundo ela, sua avó, Josefa, trabalhava e vivia nesta fazenda assim como os demais. Dona Negrinha, sua mãe e seus irmãos passaram pela mesma situação, assim relatada:

“Aí quando chegamo e a indiarada suberam fico assim de gente, e a gente corria e chorava e mamãe dizia pra num chora, é tudo parente, criançada!” (Francolina Rondon).

Diante do exposto, é possível notar que eles encontravam-se espalhados por várias fazendas proliferadas no local, principalmente após a guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança. Segundo Schuch (1995), esse aumento ocorreu devido a um novo tipo de ocupação, agora por soldados dos exércitos brasileiro e paraguaio que não retornaram a seu país ou região de origem.

Percebe-se, então, que a expansão das frentes econômicas nacionais após a guerra foi a principal responsável pela espoliação do território guató.

Azanha (1991) ainda aponta outro fator. Segundo ele, durante a guerra, a região foi muito afetada devido pelo fato da fronteira com o Paraguai ter sido abandonada pelos fazendeiros. Após o término do conflito, eles retornaram à região para partilharem e venderem as fazendas. Para o mesmo autor explica ainda que após o conflito ocorreu a instalação da empresa de processamento de carne e de charque, chamada Brazilian Packing and Cattle Company. Isso afetou as terras tradicionalmente ocupadas pelos Guató, pois a unidade de processamento instalou-se em Descalvado, parte dos territórios imemoriais do grupo. Mas esta não foi a única área afetada pela instalação dessa empresa estrangeira. Seus domínios eram tão extensos que abrangiam as lagoas Gaíva e Uberaba, incluindo a Ilha Ínsua.

Para Virgílio Correa Filho (1969), nessa época a pecuária era a base da economia do Estado e a empresa era grande responsável pela compra dos produtos pecuários. Para incentivar a permanência da empresa, o governo concedeu isenção de impostos, já que os lucros para o Estado eram altíssimos. De tal modo, pouco importava ao governo se terras indígenas estavam sendo ocupadas por essa ou aquela empresa e menos como tais grupos passariam a viver após suas implantações. Outros autores, como Frederico Rondon (1938) e Pereira Cunha (1949), este último quem esteve na região em 1913, notaram a presença da empresa na região.

Cunha (1949) relatou que na época alguns brasileiros partiam para a região em barcos ou lanchas para realizarem trocas com os Guató. Os índios forneciam couros de animais, como a capivara, cervos e onças, em troca de produtos industrializados ou não, trazidos pelos brasileiros conhecidos por *coureiros*. Para Azanha (1991), os lucros obtidos pelos coureiros giravam entre quinhentos e mil por cento, sendo posteriormente usados na compra de fazendas na própria região.

Schmidt (1928) corroborou com esses autores através de um relato sobre o encontro com um índio de nome Luiz Velho:

“[...] que estava no mato, à margem do rio com sua família, para caçar capivaras, visto que o preço das peles delas estava, naquela época muito bom” (SCHMIDT, 1928, p. 121).

Involuntariamente, os Guató forçosamente passaram a trabalhar na instalação de fazendas de gado e, paradoxalmente, com as invasões de suas terras, onde freqüentemente eram obrigados a trabalharem para os fazendeiros. Para Pacheco de Oliveira (1998), essas políticas de desterritorialização obrigavam os índios a uma adaptação violenta de suas culturas e forma de serem para continuarem a existir como tais. No Nordeste do Brasil essa situação fez com que eles passassem a serem confundidos com caboclos locais.

No caso do Pantanal, por certo os Guató foram confundidos com bolivianos, paraguaios, ribeirinhos ou simplesmente bugres. De acordo com Amorim (2003), no Nordeste a aparência de caboclos muitas vezes era reafirmada através da negação da identidade indígena, fato este que não foi muito diferente no antigo Mato Grosso. Os índios muitas vezes negavam sua identidade étnica como forma de resistência a possíveis represálias ou invasões aos territórios onde estavam assentados. Por isso, Lima Figueiredo (1939), autor de *Índios do Brasil*, localiza os Guató vivendo apenas na região do rio São Lourenço. Almicar Magalhães (1942), em sua obra *Impressões da Comissão Rondon*, aponta, por sua vez, para a quase extinção desse povo na região pantaneira, o que de fato não correspondia à realidade da época, tampouco dos dias atuais.

Azanha (1991) ressaltou que as terras ocupadas pela empresa de processamento de carne retornaram para aos domínios do Governo Federal na década de 1930. O superintendente da União, na época o Coronel Costa Neto, distribuiu as terras através de lotes para os pecuaristas, em detrimento a qualquer preocupação com os povos indígenas no Pantanal.

O único território guató excluído da partilha foi a Ilha Ínsua, que continuou sob o domínio da União. Referente à atuação da União e às políticas adotadas, Vargas (2003), ao analisar a situação para a realidade dos Terena, disse que:

“A política indigenista brasileira, desde o primeiro momento de sua implantação no Brasil, esteve voltada para atender aos interesses do governo brasileiro e não para defender os direitos das sociedades indígenas. Este estudo limitou-se a compreender algumas práticas utilizadas pela política indigenista do século XIX, que prosseguiu legitimando a desterritorialização das sociedades indígenas e atendendo aos interesses das autoridades brasileiras, situação recorrente em quase todo o século XX. Por sua vez observa-se que as sociedades indígenas apontaram suas estratégias e respostas, evidenciando que possuíam uma política própria. Mesmo em um contexto de prejuízos e usurpação de seus direitos, conseguiram reconstruir parte de seus territórios” (VARGAS, 2003, p. 59).

Desta forma, a Ilha Ínsua, isenta de fazendeiros, transformou-se em um refúgio seguro para os índios que perdiam as terras e para aqueles seus parentes que lá já estavam estabelecidos, há muito a ocupando segundo seus usos, costumes e tradições.

Para Vargas (2003, p. 28) essa era uma forma de resistência elaborada pelos indígenas. Nesses locais eles costumavam levar “consigo traços de sua cultura, que continuaram a ser ressemantizadas em um novo espaço territorial”, explicou a historiadora.

Através das informações obtidas com dona Negrinha, também em dezembro de 2003, ela conta que, cansada de trabalhar nas fazendas, resolveu mudar para a ilha. Segundo Negrinha, a ilha era um lugar tranqüilo, onde ela e seu marido poderiam plantar, caçar, pescar e criar os filhos. Esta foi a maneira como ela narrou sua chegada na ilha:

“[...] aí eu vim embora aí pra ilha; num lembro quando, sei que era um mês de Janeiro, dia seis; nós desembarcamos ali na Bela Vista do Norte, aí tinha uns conhecido nosso que mudou lá também, João Alves, craro, muito bom que tinha” (Francolina Rondon).

Nem todos migraram para a ilha; alguns preferiram resistir em seus territórios tradicionais. Frederico Rondon (1938) notou alguns vivendo ao redor do rio Paraguai, em pequenos grupos de seis a dez famílias, distantes uns dos outros, sendo interpretados, por este e por outros autores, como “espalhados” pelas margens dos rios.

Tempo depois, na década de 1980, a lingüista Adair Pimentel Palácio (1984) encontrou algumas famílias vivendo na região. Uma estava em Porto Índio, outras na lagoa Gaíva, Porto Roncador, rio Caracará; duas famílias viviam às margens do rio

Paraguai e outra às margens do rio São Lourenço. Anos depois, a mesma autora, soube que a família que vivia no Porto Roncador havia se dissolvido após a morte do patriarca. Jorge Eremites de Oliveira (1998, p.129) também contatou, no ano de 1990, algumas famílias guató, relatadas da seguinte forma: “[...] vivem às margens do rio Paraguai, desde Corumbá até sua confluência com o São Lourenço e em algumas fazendas da região”. Segundo o mesmo autor, em sua rápida passagem pelo rio Paraguai, nem todos se auto-identificaram como Guató, porém admitiram ter ascendentes índios, ocorrendo casos de identificação espontânea como descendentes desse grupo étnico.

De acordo com Eremites de Oliveira (2002a), alguns membros do grupo habitavam a área da antiga fazenda Caracará. Atualmente, ela integra o Parque Nacional do Pantanal Matogrossense (PARNA), criado em 1981. Na época da criação deste parque, a região já não era propícia para a pecuária, mas alguns índios ainda viviam na localidade:

“Até os primeiros anos da década de 1970, o vale do Caracará e seu entorno era uma área bastante propícia para a criação extensiva de bovinos, haja vista a existência de grandes pastagens nativas. Porém, em 1974 houve uma grande enchente que modificou o regime hídrico regional, marcado pela longa estiagem de 1962 a 1973, e anunciou a chegada de um período plurianual de cheias maiores, transformando antigos campos em banhados e baías. Esta nova realidade inviabilizou a atividade pecuária em regime de rotação” (Eremites de Oliveira, 2002a, p. 336).

Durante a seca da década de 1960, de acordo com a FUNAI (1991), muitos índios morreram, principalmente, por uma febre que se alastrava pela região. Desta forma, após a seca e as cheias ocorridas na década de 1970, inviabilizou-se a pecuária em regime de rotação e favoreceu a criação do PARNA (vide figura 4) Porém, no momento da criação do parque, de acordo com Eremites de Oliveira (2002a), a presença dos Guató foi ignorada, embora seus idealizadores tivessem lembrado que os painéis com arte rupestre do Morro Caracará pudessem servir de atrativo para turistas. Lembraram-se, então, de um passado arqueológico e esqueceram-se de um presente etnográfico visível a olho nu.

Os habitantes do Caracará, segundo Paulo Robson de Souza (1998), não pretendiam sair do lugar nem mesmo para irem à Ilha Ínsua, que fica a aproximadamente setenta quilômetros do local. Em entrevista a Alcides Faria, por ocasião da produção do vídeo ***Pantanal: pelas águas da vida***, os Guató do Caracará disseram-lhe que na Ilha, quando venta em direção ao norte, não dá para pescar. Essa explicação remete a idéia deles não quererem ir morar em uma área que em princípio não lhes era tão familiar: os Guató do Caracará na época não demonstravam interesse em abandonar o Morro do

Caracará e o rio São Lourenço para ir morar na ilha. Tratam-se, no caso, de partes de um mesmo grande território indígena localizado na divisa de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

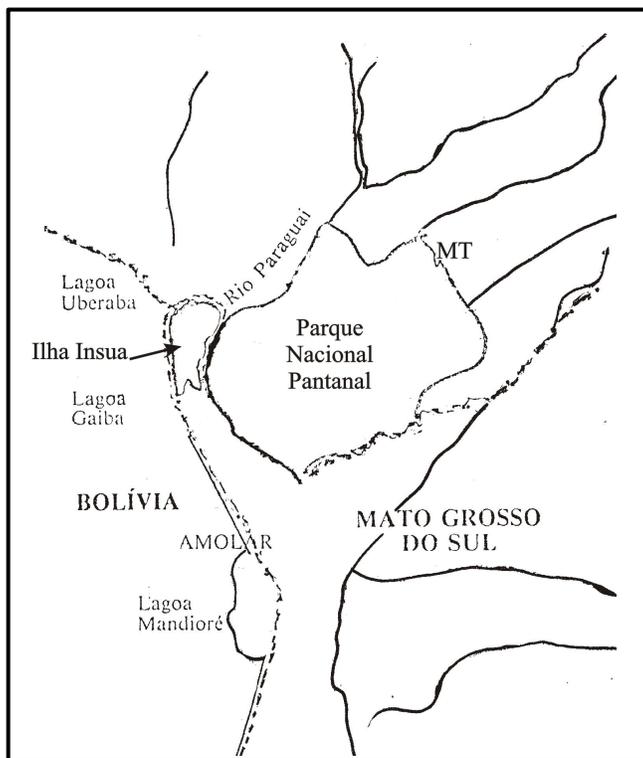


FIGURA 4: Localização do PARNA. Fonte: Ciência Hoje (1987, p. 75).

Na opinião de Eremites de Oliveira (1998), na época as famílias que viviam na ilha aparentavam viverem bem do ponto de vista da subsistência. Elas desenvolviam uma economia eficiente e causavam poucos impactos negativos sobre o meio ambiente.

Segundo Noraldino Vieira Cruvinel (1995), os moradores da ilha possuíam uma vida melhor em relação àqueles que haviam migrado para as cidades. Em sua visão indigenista:

“O pantanal [*sic*], para quem nele sabe viver, ainda é —e espero que continue sendo— uma dádiva à vida. Pois não faltam, para não dizer que sobram, o peixe, o jacaré e a capivara, base da alimentação do grupo” (CRUVINEL, 1995, p. 10).

No entanto, desde a década de 1920 aquele refúgio passou a ser invadido por não-índios, com o intuito de comercializarem couro de jacarés e capivaras e desenvolverem atividades ligadas à pecuária. Essas invasões resultaram na espoliação quase que total da ilha.

O primeiro não-índio que se instalou na região, em meados da década de 1920, foi o senhor Eulálio Soares, conhecido por Xolô e, conforme Azanha (1991), ele era ex-gerente da Fazenda Acurizal, localizada nas proximidades. Por possuir experiência pecuarista, Xolô abriu um porto para embarque de gado acima da lagoa Gaíva, chamado Porto Bela Vista. Ele passou a viver sem conflitos com os índios e estabeleceu uma relação de compadrio, símbolo de amizade recíproca, com muitos Guató. Esse estreitamento amistoso se deve ao fato dele ser casado com uma guató, chamada Idalina.

O adjetivo *compadre* já havia sido registrado por viajantes e, segundo Koslowsky (1895), exteriorizava traços do cristianismo.

Anos depois, conforme Cruvinel (1995), entre 1937 e 1938, outro não-índio, chamado Inocêncio da Rocha, se instalou na região e, com a permissão de Xolô, abriu um bolicho na localidade³. Ambos permaneceram na ilha sem muitos conflitos com os índios. Conforme informações da FUNAI (1991), Xolô servia como guia pela ilha, apoiando pesquisadores como Jorge Johnson, do Museu do Rio de Janeiro, quem esteve na região na década de 1950.

Partindo das informações orais de dona Negrinha e sua irmã Josefina, Xolô era considerado um defensor desse povo, porque após sua expulsão da ilha, a maioria dos índios foi obrigada a sair também. Este é um assunto polêmico que vem sofrendo novas significações. O fato é que para os mais antigos e contemporâneos de Xolô, ele é visto com respeito e sua memória de certa forma é enaltecida.

Após a instalação desses dois não-índios, outros fazendeiros demonstraram interesses no local. Com bases em Azanha (1991), instalou-se na região a família Gattass, liderada por Miguel Gattass. Eles enriqueceram rapidamente, pois abarrotavam suas embarcações com produtos industrializados que comercializavam com as populações ribeirinhas, em troca de peles de animais. Essa prática era comum entre os comerciantes conhecidos como *coureiros*.

Como apontou Virgílio Corrêa Filho (1969), o couro seco ou salgado era um dos produtos mais exportados pelo estado de Mato Grosso no início do século XX. Os lucros obtidos no comércio de couro eram investidos em compras de terras locais.

A família Gattass era econômica e politicamente mais forte em relação aos outros instalados na ilha, o que contribuiu para a monopolização do lugar. Um dos filhos de Miguel

³ Nas regiões de fronteira a população denomina *bolicho* como sendo um pequeno mercado, podendo comercializar vários produtos desde gênero alimentícios a tecidos, por exemplo.

Gattass abriu um porto para embarque e desembarque de gado em concorrência com o porto aberto por Xolô. Esta questão, de acordo com Azanha (1991), gerou um processo judicial corrente na cidade de Cáceres, Mato Grosso. Conforme informações do mesmo autor, Xolô foi vencido judicialmente e teve que vender o gado, cerca de seiscentas cabeças, para custear os honorários advocatícios, tendo sido expulso da ilha, juntamente com Inocêncio. Valendo-se de informações apresentadas por Cruvinel (1995), constata-se que isso teria ocorrido em 1961, a partir de quando a família Gattass passou a monopolizar o comércio de couro e a criação extensiva de gado *vacum* na ilha⁴. A criação desse gado foi facilitada pelos pastos nativos e pelo local apresentar áreas que, mesmo durante as cheias, permaneciam secas facilitando o remanejamento do gado.

Para Cruvinel (1978), um dos fatores que dificultaram a resistência *guató* foi a forma da organização ser em famílias *independentes* (nuclear ou poligâmica, extensa parentela). O que no passado serviu para evitar a dizimação do grupo diante das epidemias, agora é apontado por um antropólogo como uma dificuldade para a resistência indígena. Segundo ele, Miguel Gattass deixava o gado solto e isso destruía suas plantações. Dona Josefina assim esclareceu: “[...] é, expulsou porque o gado acabou com as nossa planta e nós tinha que vivê, vivê du quê? Aí tivemo que mudá de lá”. Dona Negrinha, por sua vez, disse o seguinte: “Aí na Conceição era aldeia, acampamento, lá pra cima na baía Branca, né. Ali do outro lado do rio eram dos índio também, na ilha também, foi tudo tomado, virô fazenda [...]”

Mas essa estratégia descrita no parágrafo anterior não foi usada apenas pelos Gattass.

O antropólogo Levi Marques Pereira (2003) salientou, recentemente, que um fazendeiro chamado Líbero Monteiro valeu-se de estratégias semelhantes para pressionar uma comunidade *kaiowá* a abandonar suas terras em Mato Grosso do Sul.

Para Eremites de Oliveira (2002a), no início do século XX ocorreu o agravamento da situação dos povos indígenas na região, inclusive a dos *Guató*, pois, com a alta lucratividade da atividade pecuarista as fazendas se espalharam no Pantanal. Inúmeros fazendeiros embasavam-se no pretexto de vazios demográficos apresentados para a região, ignorando propositalmente a presença dos indígenas.

⁴ Segundo o dicionário *Aurélio* (2001, p. 700), esta palavra faz analogia ao gado constituído de vacas, bois e novilhos.

Ao tratar da história dos Kaiowá e Nandeva, Antonio Brand (1997) pontua que o mesmo foi feito na região sul do Estado pela Companhia Matte Laranjeira, a qual passou a ocupar terras e mão-de-obra indígenas, embora nem sempre reconhecesse tal coisa, para a produção da erva-mate. Na leitura de Queiroz (1997), em seus estudos sobre a história econômica do antigo sul de Mato Grosso, nesse momento ocorreu uma preocupação em fomentar o crescimento demográfico, o que promoveu a imigração de colonos. Como exemplo do que ocorreu no sul do Estado está situada história da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND):

“[...] CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados), na região supra citada e distribuiu 6.500 lotes de terra de 20 a 50 hectares aos trabalhadores rurais comprovadamente pobres, vindos de vários estados do País, sendo a maioria da região nordeste” (COUTO OLIVEIRA, 1997, p.17).

A colônia foi criada com o pretexto de ocupar os “vazios demográficos” da região em detrimento da presença indígena. Portanto, neste momento, muitos grupos do Estado passaram a ter suas terras invadidas.

A situação vivida pelos Guató foi piorada, pois eles já não podiam mais plantar e enfrentaram a proibição, por parte do governo brasileiro, da caça e da pesca no Pantanal. Isso ocorreu, sobretudo, entre as décadas de 1960 e 1980.

A fiscalização ambiental foi delegada ao antigo Instituto Nacional do Meio Ambiente (INAMB). Os fiscais muitas vezes confundiram os Guató com os *coureiros* e por esse motivo, muitos índios acabaram presos e castigados como tais. Cruvinel (1995) registrou que o INAMB desconhecia que animais como peixes, capivaras e jacarés faziam parte da dieta alimentar dos indígenas e que sua caça fazia parte da economia tradicional dos Guató.

Com a morte de Miguel Gattass, seu genro, Milton Pessoa, assumiu os negócios e passou a ameaçar os habitantes da ilha. Quem não aceitava as condições impostas era pressionado a escolher em sair do local ou aderir às condições, conforme consta em documentos da FUNAI e na memória coletiva do grupo. Segundo relatórios da FUNAI, Milton Pessoa utilizava a seguinte tática:

“O fazendeiro que arrenda parte da Ilha possui um comércio na sede da fazenda, atendendo apenas aqueles que para ele trabalham; que, se obrigam à trabalhar para o dito fazendeiro para sustentarem suas família a troco de um salário mínimo, com desconto do rancho” (FUNAI, 1991, p.5).

Mas ainda existem outros motivos para o êxodo indígena:

- “1. Insegurança total no que diz respeito às terras: expulsos do seu habitat tradicional, não encontram mais terras sem dono. Vivem dispersos, vagando de fazenda em fazenda, esmolando um canto para se refugiar.
2. Sobrevivem da venda de peixe e do trabalho nas fazendas, onde ainda se usa o piraim, tendo-se também notícias de maltrato e destruição de lavouras próprias.
3. A caça está proibida, principalmente do jacaré e da onça pintada. Com isso o índio ficou sem umas das atividades fundamentais de sua cultura, pois o jacaré era parte de sua dieta e a caça da onça, o teste de suficiência para o menino passar da puberdade à maturidade e poder caçar.
4. Espoliados, sem rumo e sem ajuda, perdidos muitos de seus traços culturais, os homens mais que as mulheres, vem se entregando à embriaguez, em total desânimo, sem constituir família, aparentemente em processo de auto-eliminação. As mulheres mais animadas partem para casamento com não Guató” (CIMI-MS,1988, p.4).

Nesse momento a desterritorialização estava quase completa, haja que a Ilha Ínsua funcionava, até então, como uma espécie de refugio territorial a muitas famílias Guató.

Como afirmou Santos & Silveira (2001), o conceito de território é amplo e de forma geral pode ser caracterizado como um espaço, uma extensão de área “apropriada e usada”. Os antropólogos Anthony Seeger & Eduardo Viveiros de Castro (1979), ao tratarem do assunto, advertiram que os conceitos de terra e território variam de uma sociedade para outra, não tendo o mesmo significado nem mesmo entre as sociedades indígenas. Isso porque seus significados dependem da percepção que cada uma sociedade tem da terra e de seu entorno.

A despeito da noção de território para os Guató, sabe-se que eles possuem uma idéia de território mais ampla em relação ao que os órgãos governamentais pensavam até décadas atrás. Ao que tudo indica, até as décadas de 1980 e 1990, por exemplo, o órgão indigenista oficial tinha como modelo de tamanho para as reservas indígenas um tamanho em torno de 3.600 hectares, ao menos para o Estado de Mato Grosso do Sul. Apenas a Ilha Ínsua, parte de um imenso território tradicional, possui 12.716 hectares. Portanto, as medidas usadas por órgãos governamentais não condiziam com a realidade territorial dos Guató. Situação parecida foi apontada para os Kaiowá:

“Os Kaiowá têm uma noção clara do território amplo ocupado pela etnia. Essa noção se aproxima da idéia de país ou pátria, sendo por eles

denominada teta. Lamentam que a demarcação da fronteira entre o Brasil e o Paraguai, após a Guerra do Paraguai (1864-1870), tenha cortado ao meio o seu território. Em consequência disso, quando vão visitar os parentes que vivem do outro lado da fronteira são tratados como estrangeiros mesmo acontecendo quando os Kaiowá que vivem no Paraguai visitam as aldeias do Brasil. Nesse amplo território estavam distribuídas suas comunidades, sempre seguindo o curso dos rios e córregos” (PEREIRA, 2004, p.354).

Nesse aspecto os Kaiowá assemelham-se aos Guató, àqueles canoeiros que também viviam às margens de rios e lagoas na região pantaneira, onde tinham e ainda têm a necessidade de ocupar um grande espaço territorial. Em um espaço assim eles podem viver de acordo com seus usos, costumes e tradições. Inclui-se aí o fato deles se organizarem em famílias relativamente independentes do ponto de vista econômico, mas que mantêm relações de parentesco, aliança e reciprocidade entre si, por meio de uma grande e dinâmica rede de relações sociais.

Sobre a questão territorial, Santos & Silveira (2001) advertiram da seguinte maneira:

“Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro o que, entre os seres vivos, é um privilégio do homem” (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p.19).

Talvez em função dessa preocupação com a construção de um futuro diferente, e face à espoliação de duas terras, muitas famílias guató viram-se como que obrigadas a se deslocarem para as cidades da região: Corumbá, Ladário, Miranda, Campo Grande, Cáceres, Cuiabá, Poconé, Barão do Melgaço e outras em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A principal cidade parece ter sido Corumbá, em Mato Grosso do Sul, onde muitos índios foram viver em bairros pobres (Generoso, Cervejaria, Guarani, Cristo Redentor e outros), morando em barracos alugados ou construídos por eles, sem serem donos dos terrenos (CARDOSO, 1985).

Nas cidades eles passaram a ser espécie de *sem-teto*. Todos viviam de subempregos, realizando *biscates*. Na primeira metade da década de 1980, apenas um Guató possuía vínculo empregatício regulamentado; era o senhor Rondon, na época com 47 anos, que trabalhava como guarda-noturno em um moinho de trigo e recebia um salário mínimo para sustentar oito filhos. Cardoso (1985) ainda constatou que existiam mais outros Guató em outras cidades sul-mato-grossenses, como Campo Grande e Miranda, e também na Bolívia, completamente ignorados pelos órgãos governamentais.

Diante de toda essa situação, os Guató seguiram oferecendo resistência ao processo de desterritorialização. Essa resistência talvez tenha sido mais de forma invisível, através, por exemplo, da cunhagem de palavras do vocabulário português em analogia a palavras já existentes na língua guató, e até mesmo a negação da identidade indígena em certas ocasiões. Sobre este assunto a revista **Povos Indígenas no Brasil** relatou que:

“Nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, às margens do rio Paraguai, na divisa do Brasil com a Bolívia, vivem hoje algumas famílias, aparentemente caboclos da região, pertencentes à tribo Guató” (POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 1982, p.81).

Para Adair Pimentel Palácio (1987), a anexação de palavras ao idioma materno foi uma forma de resistência, sendo também o fator responsável para mantê-los identificados entre si. Essa luta, portanto, ocorreu de forma invisível aos olhos dos órgãos governamentais que não os viu ou não quis notá-los. O Jornal **Folha de São Paulo**, de 04 de Fevereiro de 1979, com a matéria *Duzentos indígenas Guató ameaçados de extinção em MT-Sul*, confirmou que a FUNAI sempre soube da existência desse grupo que vivia nas margens dos rios Paraguai e São Lourenço, mas nada fez para reconhecê-los.

Reforçando a idéia da falta de resistência dos Guató frente às invasões de seus territórios, Darcy Ribeiro assim sentenciou na dedada de 1950: “Guató – viviam à margem do Rio Paraguai, subindo às vezes no Rio São Lourenço, no Mato Grosso – (Extinto)” (RIBEIRO, 1957, p. 74). Entretanto, nas décadas de 1970 e 1980 o próprio Darcy Ribeiro participou de eventos em defesa dos direitos dos povos indígenas, incluindo aqui os povos ressurgidos. Alguns desses eventos ocorreram em Mato Grosso do Sul, com a participação dos Guató.

Entretanto, Eremites de Oliveira (1998) interpretou essa avaliação como uma espécie de *etnocídio à esferográfica*. Para John M. Monteiro (1995), durante o século XIX a perspectiva predominante entre os antropólogos era a tese de extinção, a qual se pensava que ocorreria através da adaptação total dos índios à cultura nacional. Essa visão perdurou até o século posterior, tanto que o jornal corumbaense **O Momento**, de 02 de Fevereiro de 1977, chegou a publicar a seguinte avaliação: o “[...] antropólogo Nunes Pereira, que analisando a situação atual do índio brasileiro chegou a prever sua morte civil, mais rápida e dramática que se pode imaginar” (O MOMENTO, 1977, p. 5).

A tese de extinção dos grupos indígenas brasileiros acabou servindo de suporte à política indigenista nesse período. Mais uma vez o jornal corumbaense **O Momento**, de 10 de Fevereiro de 1978, publicou que:

“Se dependesse apenas dos órgãos governamentais, os índios brasileiros estarão extintos em pouco tempo – a afirmação é do presidente do Conselho Missionário, Dom Tomaz Balduino, em entrevista coletiva concedida na sede do Sindicato dos Jornalistas” (O MOMENTO, 1978, p.3).

Talvez isso explique porque os Guató foram tidos como extintos e dessa forma abandonados pelos órgãos governamentais, os quais não conferiram a veracidade da sentença de Darcy Ribeiro (1957). Pelo contrário, parece mesmo que eles a usaram para se omitir de quaisquer assistências a esses índios, inclusive assistência jurídica em defesa de seus direitos. Isso ocorreu também com outras etnias no Brasil, a exemplo dos Ofaié-Xavante no próprio Estado de Mato Grosso do Sul.

Assim, se houvesse ocorrido uma aferição dos dados apontados por Darcy Ribeiro (1957), seria possível perceber que sua avaliação estava equivocada, pois ainda na década de 1950 aconteceu um fato novo na Ilha Bela Vista do Norte: o Ministério do Exército ali instalou o Destacamento de Porto Índio, localizado ao lado da sede da Fazenda Bela Vista. O próprio nome *Porto Índio* é uma prova de que os índios Guató estavam estabelecidos naquela área antes dos militares ali se instalarem.

Segundo informações prestadas por dona Negrinha, em agosto de 2003, ela confirmou o que o antropólogo Noraldino Vieira Cruvinel (1977) registrou em um de seus relatórios produzidos para a FUNAI. Para ele, Xolô foi quem havia solicitado que o Exército instalasse uma base militar naquela área. De acordo ainda com Francolina Rondon, na época o Ministério do Exército tinha sua base em Cáceres e Xolô foi quem pediu a instalação de uma base na ilha; ele teria argumentado que nas redondezas teria havido muitas mortes ocorridas por crimes supostamente cometidos por bolivianos ou criminosos que fugiam para a Bolívia.

Embora Azanha (1991) não tenha feito referência a este fato, ambos afirmam que o interesse do Ministério do Exército pela ilha se justificou pelo ponto estratégico para a vigilância da fronteira entre o Brasil e a Bolívia. Já para o Ministério do Exército (2005), a missão do destacamento é manter a unidade territorial do país; por isso se justifica a divisão em pequenas facções distantes da sede do destacamento.

Referente à versão de dona Negrinha e de Cruvinel (1977) sobre a instalação do Destacamento de Porto Índio na ilha, é importante lembrar que o referido antropólogo realizou seus trabalhos com bases em dados coletados entre os indígenas. Por isso, é preciso avaliar com cautela sua interpretação, visto que, como disse Pacheco de Oliveira (1999), os indígenas criam sua própria significação dos fatos vivenciados por eles.

“Operadores externos são ressemantizados e fundamentais para a preservação ou adaptação de uma organização social e um modo de vida indígena” (PACHECO DE OLIVEIRA, 1999, p. 117).

Portanto, os Guató ressignificaram os motivos que levaram à presença do Ministério do Exército na ilha, o que aconteceu com a instalação de uma base militar em um território indígena. Para isso eles criaram sua própria explicação para um evento de grande significado em sua história mais recente. Nessa explicação êmica, Xolô, a quem os mais antigos se referem como *compadre*, passou a ser uma figura de grande importância na história do grupo.

No entanto, diante das ameaças constantes de Milton Pessoa, os Guató solicitaram ajuda aos militares para continuarem na ilha. Sobre esse assunto, Cláudio dos Santos Romeiro (1993) assim avaliou:

“Registra-se, portanto, que a presença do Exército na Ilha significou historicamente o estancamento de um processo de espoliação territorial a que vinha sendo submetido o grupo Guató” (ROMEIRO, 1993, p.1).

Não obstante, Azanha (1991) afirmou que os Guató não tiveram no Ministério do Exército um aliado necessário para impedir a continuação do processo de espoliação territorial a que esses índios vinham sofrendo. O antropólogo também avaliou que a essa altura a força política e econômica dos Gattass e do próprio Milton Pessoa estava reduzida, pois com a proibição da caça e da comercialização de couros de animais silvestres, eles passaram a ter seus negócios enfraquecidos.

Dona Josefina, em seu relato sobre a ajuda dos militares para impedir o processo de espoliação das terras dos Guató na ilha, disse o seguinte: “Ajudou nada, nada!”. Mas segundo ela, as famílias indígenas que permaneceram na Ilha passaram a receber ajuda dos militares, principalmente em casos de doenças e as crianças passaram a freqüentar uma escola construída no destacamento militar para os filhos dos militares residentes em Porto Índio. A própria FUNAI fez a mesma constatação durante uma visita às famílias ali residentes. Em uma entrevista com o sargento W. Teles, sobre o relacionamento amistoso local, o militar comentou que:

“As emergências de saúde são notificadas por rádio ao comando do 17º Batalhão de Caçadores, em Corumbá, que, por sua vez solicita apoio à FAB, em Campo Grande. A assistência aos escolares é prestada na Escola Municipal ‘Duque de Caxias’, localizada na sede do Destacamento de Porto Índio e depende do acolhimento das crianças pelas famílias dos militares” (FUNAI, 1991, p.5).

As famílias dos militares hospedavam as crianças devido à distância de suas casas até à escola e chegaram a estabelecer laços de amizade com os índios.

No final da década de 1960 e início de 1970, o Ministério do Exército entrou com uma ação judicial contra Milton Pessoa, já que ele não possuía nenhum documento que garantia a posse da ilha. Sobre a posse de terras, Rosemeire A. de Almeida (1999) levantou a questão que desde a criação da Lei Imperial nº 501, mais conhecida por Lei de Terras de 1850, para se adquirir terras era necessário à compra e o registro para legitimar-se proprietário. O regime de posses, em que a pessoa que ocupasse o lugar tornava-se proprietário, é do início do século XIX, e, portanto, anterior à Lei de Terras de 1850.

Com efeito, como Milton Pessoa não possuía nenhum dos documentos apontados por Almeida (1999), ele estava desamparado pelo regime de posses anterior e a Justiça deu ganho de causa ao Exército, através de um acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal, em 4 de abril de 1973.

Para Manuela Cunha Carneiro (1992), com a Lei de Terras de 1850, foi a primeira vez que se falou efetivamente das terras indígenas. Até então a questão indígena constituía-se apenas em uma questão de mão-de-obra.

“Indagar os recursos, que oferecem para a lavoura, e o comércio, os lugares, em que estão colocadas as aldeias; e informar ao Governo Imperial sobre a conveniência de sua conservação, ou remoção ou reunião de duas ou mais em uma só” (CARNEIRO DA CUNHA, 1992, p.18).

A questão de terras indígenas passou a permitir a reserva de territórios indígenas para a colonização e a transferência de grupos indígenas para aldeamentos oficiais:

“[...] Ainda possibilitava que se confinasse em um mesmo espaço de terras muitas vezes distante dos tradicionalmente escolhidos por essas comunidades, povos e comunidades nativas, com diversidades bastante acentuadas, que jamais coexistiram por livre e espontânea vontade” (CALEFFI, 2005, p.7).

A exemplo tem-se a situação vivenciada pelos Terena, Kaiowá e Nandeva que foram reunidos e aldeados pelo antigo SPI (Serviço de Proteção aos Índios) na Reserva Indígena de Dourados, na cidade homônima. Este fato aconteceu a partir da década de 1920 e a área reservada aos índios era, originalmente, de 3.500 hectares. Passados mais de oito décadas, hoje em dia vivem nessa reserva mais de 11.000 índios, grande parte em condições materiais pouco favoráveis a sua reprodução física e cultural.

Quanto à situação vivida pelos Guató na década de 1970, não houve grandes alterações depois da vitória do Ministério do Exército pela posse da Ilha Ínsua. Isso porque Milton Pessoa continuou com a criação de gado no local porque, paradoxalmente, o Exército assim que garantiu a posse a terra, arrendou-a para o próprio fazendeiro. O período desse arrendamento terminaria, em tese, no ano de 1986 (CARDOSO, 1985).

Para Gilberto Azanha (1991) essa situação demonstra a falta de apoio dado por parte do Ministério do Exército aos Guató.

Enquanto a disputa judicial desenrolava-se, os Guató procuraram reconhecimento, por parte do governo brasileiro, da condição de índios *redescobertos*, haja vista que eram considerados extintos. Eles permaneceram no estado de extinção até o ano de 1976, quando, contando com o apoio dado pelos salesianos padre Osvaldo Scott e, principalmente, irmã Ada Gambarotto, das Filhas de Nossa Senhora Auxiliadora. A partir daí os Guató iniciaram um movimento em defesa de seus direitos, sobretudo do direito à Ilha Ínsua ou Bela Vista do Norte.

Esse processo de ressurgimento étnico e a luta pela reterritorialização do grupo na ilha é assunto tratado no próximo capítulo desta dissertação.

O RESSURGIMENTO E A RETERRITORIALIZAÇÃO

“Não somos ressurgidos, nem emergentes, somos povos resistentes” (*Carta dos Povos Indígenas Resistentes*, 2003, p.3).

3.1 Considerações Iniciais

Contrariando as previsões sobre o futuro dos índios no Brasil, que até a década de 1970 previam a incorporação total deles a sociedade nacional e seu conseqüente desaparecimento, os povos indígenas elaboraram várias formas de resistência e sobrevivência aos processos de marginalização pelos quais atravessaram. Mais do que sobreviver, eles conseguiram nas últimas décadas um notável crescimento populacional. Esses grupos demonstraram que

“O destino dos povos e culturas indígenas, tal como o de qualquer grupo étnico ou nação, não está escrito previamente em lugar algum” (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998, p. 7-8).

Desta forma, o crescimento populacional dos grupos indígenas, segundo estimativa publicada no jornal *Folha de São Paulo* (24/03/2001, p. A9), é de 3,5% ao ano, maior em relação a média do crescimento da população brasileira, que é de 1,6%. Para John M. Monteiro (1995), pela primeira vez na história do Brasil passou-se a ter uma visão otimista sobre o futuro das populações indígenas. Isso se deu graças aos próprios índios, pois foram deles a principal voz discordante das pregações sobre seu desaparecimento.

Sobre esse assunto, Maria S. Porto Alegre fez uma interessante argumentação. Em suas palavras:

“Para além das singularidades, a resistência à incorporação mostra que a situação de cada grupo indígena é a expressão local de uma dinâmica mais ampla de enfrentamento e de defesa à agressão, que atingiu e continua atingido, ao longo da história, todos os povos indígenas no Brasil, do início da conquista até os nossos dias” (PORTO ALEGRE, 2004, p.9).

Por conta de fatores históricos diversos, a realidade brasileira foi alterada e, segundo Siló Amorim (2004), existem hoje no Brasil 220 etnias, que totalizam cerca de setecentos mil índios vivendo sob as condições de isolados, contatados e ressurgidos.

Índios isolados são os que oficialmente nunca foram contatados, nem mesmo pela FUNAI, ou se recusam a manter contatos regulares, vivendo de forma isolada principalmente na região da Amazônia. Esses grupos, de acordo com Pacheco de Oliveira (1999), constituem os principais alvos de estudos de pesquisadores interessados pela história indígena. Entretanto, esses povos seriam fontes privilegiadas para a formação de conceitos e teorias inéditas. Isso acaba marginalizando alguns grupos indígenas de estudos e pesquisas mais aprofundadas sobre sua história e trajetória de resistência ou sobrevivência. Os índios contatados, por outro lado, são aqueles que vivem em reservas. O último grupo, enfim, seria o dos índios ressurgidos ou emergentes.

Para Amorim (2004), a definição de *índios emergentes* foi adotada primeiramente por antropólogos como João Pacheco de Oliveira. Posteriormente, o CIMI trocou esse termo por *índios ressurgidos* na tentativa de não confundi-los com grupos emergentes economicamente. Mas cabe aqui uma advertência:

“Porém, ambos os termos são utilizados por antropólogos e pelo Movimento Indígena, e pretendem designar a condição de povos indígenas marginalizados no contexto das políticas indigenistas oficiais e que buscam seus direitos como povos diferenciados” (AMORIM, 2004, p.1-2).

O fenômeno de ressurgimento de grupos antes tidos como extintos vem ocorrendo nos últimos anos principalmente na região Nordeste do Brasil. Eles buscam reconhecimento oficial como etnia viva e a posse de terras inclusas em seus territórios tradicionais. Amorim (2004) afirma que em casos assim a terra facilitará a esses grupos a reconstrução de suas identidades, até então negadas, já que muitas vezes eles foram confundidos com a população local, como, por exemplo, com os caboclos nordestinos e a população pobre que trabalha em fazendas da região.

Os grupos ressurgidos trazem em comum as tradições transmitidas através da oralidade, de geração a geração. Mesmo lhes faltando uma linearidade histórica, elas permanecem vivas em suas memórias e práticas cotidianas. Ainda considerando a falibilidade dos métodos usados pelos censos indígenas no Brasil, segundo a ABA (Associação Brasileira de Antropologia) (2004) esses grupos são os maiores responsáveis pelo aumento populacional indígena ocorrido nos últimos anos.

De acordo com informações do *Jornal Express* (11/09/2002), até 2002 haviam sido contabilizados pelo CIMI sessenta e quatro grupos indígenas ressurgidos. Para surpresa de todos, trinta deles estavam no Nordeste, visto que lá os contatos dos índios com populações não-índias remontam a mais de quinhentos anos. Essa circunstância comprova a capacidade de sobrevivência dos grupos indígenas a todo o processo de conquista e colonização pelo qual passaram. Ainda segundo Amorim (2003), alguns grupos ressurgidos são os Kalankó, Karuazu, Catókin e Koiunpanká, em Alagoas, e Tumbalalá, na Bahia, embora possa haver outros em processo de ressurgimento que não fazem parte dessa listagem.

Esse fenômeno torna-se cada vez mais comum e atingiu tamanha proporção a ponto de recentemente, em maio de 2003, ter ocorrido em Olinda o *Primeiro Encontro Nacional de Povos Ressurgidos*. Desse encontro participaram lideranças de 47 povos ressurgidos de todo o Brasil. Na ocasião foram discutidos detalhes sobre a Constituição de 1988, assim como direitos dos povos indígenas e formas de apoio para a conservação de seus costumes e tradições.

Diante do fenômeno de ressurgimento étnico, é comum surgir na sociedade nacional, incluindo entre autoridades legais, o seguinte questionamento: Afinal, quem é índio? Sobre esse assunto, Carneiro da Cunha (1995) adverte sobre os erros que podem incidir no momento de se fazer a identificação de quem é ou não índio, já que não há critérios culturais que possam fazer uma identificação étnica de forma a não cometer erros. Segundo a antropóloga:

“Em suma a cultura não é algo dado, posto, algo dilapidável também, mas algo constantemente reinventado, recomposto, investido de novos significados; e é preciso perceber a dinâmica, a produção cultural” (CARNEIRO DA CUNHA, 1995, p.101).

Em uma discussão assim, deve-se ter claro que a cultura não é estática, pelo contrário, ela é dinâmica, está em constante transformação e se faz presente em todos os grupos humanos, ressurgidos ou não.

Nesta linha de argumentação, cabe esclarecer que definição de indígena não decorre da condição de primitividade ou pureza cultural, com que para ser índio é preciso viver como muitos grupos viviam em 1500. Por isso, talvez o melhor critério para a definição do que é índio seja aquele adotado pela Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho); ela faz referência à auto-identificação, ou seja, entende que índio é aquele indivíduo que se identifica e é reconhecido pelo grupo como tal. Portanto, como salientou Pacheco de Oliveira (1998), os direitos indígenas provêm do reconhecimento do governo e da sociedade nacional, o que ocorre, em um primeiro momento, a partir do reconhecimento de sua indianidade.

Ainda no que se refere ao fenômeno do ressurgimento étnico, alguns desafios surgiram aos cientistas sociais dedicados ao assunto, em especial aos antropólogos e historiadores, a saber:

“O desafio hoje, para os estudiosos da questão indígena, é evitar que representações dominantes sobre o índio —geradas ainda no quadro colonial e, após a independência, ressemantizadas, no plano legal e no discurso cotidiano— funcionem como uma camisa de força para as novas realidades criadas pelas demandas e mobilizações indígenas e por um quadro institucional bastante ampliado e diversificado” (PACHECO DE OLIVEIRA, 1999, p.149).

Aos antropólogos, em especial, também surgiram alguns desafios. Para Amorim (2004) o maior deles é construir um objeto próprio de abordagem para os grupos ressurgidos, totalmente diferenciados dos que vinham sendo utilizados até então para com outros grupos.

Do ponto de vista teórico-metodológicos talvez uma das soluções mais adequadas para esses novos desafios esteja na interdisciplinaridade, no diálogo cada vez mais intenso e profícuo entre diversos campos do saber, como a antropologia e a história, por exemplo. Um das possibilidades pode estar na própria etnohistória, haja vista que ela não se encerra em uma ou outra orientação teórica, mas se propõe a trabalhar com dados de natureza variada para a compreensão, também, da história dos contatos e das mudanças socioculturais deles advindas.

De todo modo, o fenômeno do ressurgimento não é exclusividade do Nordeste do Brasil. Já existem casos na região Sul, como o dos Guarani no Oeste de Santa Catarina, e na região Centro-Oeste, mais precisamente em Mato Grosso do Sul, com os Guató e Ofaié. No próprio Mato Grosso do Sul outros casos estão vindo à tona: Kinikinao e Camba são dois deles; Chamacoco, Caiapó do Sul e Laiana talvez sejam os próximos.

No caso dos Ofaié, eles foram declarados extintos na década de 1970 e foram redescobertos no mesmo período, conforme noticiou a rádio Nederland, por meio de uma equipe de jornalistas do jornal **O Estado de São Paulo**. Hoje, de acordo com o artigo, Campanha pela ampliação da área indígena Ofaié, da MUR (Missão Urbano e Rural), existem cerca de vinte e uma pessoas falantes do próprio idioma. Elas vivem em uma comunidade de cerca de sessenta pessoas no município de Brasilândia, Mato Grosso do Sul, entre os rios Taquaruçu, Verde e Paraná. Também os mesmos indígenas estão lutando para a ampliação de seu território, cujo movimento em defesa de seus direitos está em plena divulgação:

“A comunidade Ofaié de Brasilândia, que foi transferida de seu território original para uma área complementar de mata nativa de 484 hectares, em 1997, em decorrência da formação do lago da hidrelétrica de Porto Primavera (agora Engenheiro Sérgio Motta) da Cesp, vive hoje grandes carências, como falta de água na área.

O que está se propondo é a compra de uma área de 190 alqueires, contígua à área onde os índios estão atualmente e que pertencem ao mesmo proprietário que vendeu a área de mata nativa a Cesp. A área possui a nascente e o leito do córrego Bom Jardim, contando com três açudes, o que permitiria aos índios intensificar a criação de peixes. Possui também uma várzea que propiciaria aos Ofaié desenvolver a agricultura e, em especial, o cultivo do arroz de sequeiro. Na área há ainda, pastagem, facilitando as atividades pecuárias de médio e grande porte” (CAMPANHA PELA ..., 1998, p.1).

Além do Ofaié, tem-se o caso dos Guató que aqui está sendo analisado.

Feita essa digressão explicativa, registra-se aqui uma outra questão importante, a idéia de *território tradicional* segundo consta no § 1º do art. 231 da Carta Constitucional de 1988:

“São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”.

No caso, *terras tradicionalmente ocupadas pelos índios* dizem respeito a lugares imprescindíveis à reprodução física e cultural de um grupo étnico, segundo seus usos, costumes e tradições. Com base na obra organizada por Orlando S. Silva, Lídia Luz & Cecília M. Helm (1994), **A perícia antropológica em processos judiciais**, pode-se afirmar que esse conceito em nada tem a ver com a imemorialidade ou com tempos pré-colombianos. O *tradicionalmente* que consta na Carta Magna tem a ver com aquilo que

uma comunidade indígena dá sentido de tradicional segundo sua cultura nos dias de hoje. Logo, esse termo está no domínio da antropologia e não do direito. O *tradicionalmente*, portanto, não tem a ver com aquilo que a sociedade envolvente ou Justiça pensa ou elege como tradicional para uma comunidade indígena. Além disso, o sentido de tradicional é, como a própria cultura de uma comunidade indígena, algo dinâmico que se transforma no tempo diante dos contatos com a sociedade envolvente.

Portanto, está nítido —vale a pena salientar amiúde— que a Ilha Ínsua ou Bela Vista do Norte é, sem dúvida alguma, parte de um grande território tradicional dos Guató. Isto porque aquela área vem sendo ocupada por esses índios desde tempos imemoriais, de acordo com aquilo que eles deram e dão sentido de tradicional no decorrer de sua história.

No caso da reterritorialização, esse fenômeno se deu entre os Guató pelo fato de muitas famílias terem sido forçadas a deixar seus territórios tradicionais, conforme explicado no capítulo anterior. No caso, a reterritorialização teve início quando o grupo conseguiu voltar para a Ilha Ínsua e quando ela foi declarada território de usufruto permanente para os Guató, fato este que ocorreu em fins da década de 1990. Por isso faz-se oportuno explicar que

“O território envolve sempre, ao mesmo tempo, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais [...]” (HAESBART, 1999, p. 170).

Dito isso, tem-se a dizer que, como explicou Pacheco de Oliveira (2000), a problemática da luta por terras é central na questão indígena, sendo que as transformações territoriais e culturais, entre outras sofridas por esses grupos, são usadas muitas vezes como estratégias para a atualização de suas culturas e para a reafirmação de suas identidades étnicas. Por esse motivo a reterritorialização carrega em si a trajetória desses grupos e até mesmo a nova simbologia dada por eles a seus territórios.

Por essa linha de raciocínio, neste capítulo é analisado o processo de ressurgimento e reterritorialização dos Guató, por vezes valendo-se do estudo de outros casos para melhor compreendê-lo.

3.2 Um estudo de caso

Como dito antes, os Guató foram dados como extintos em 1957, provavelmente devido à idéia predominante na sociedade nacional e meio acadêmico de que os povos indígenas estavam fadados à extinção ou à assimilação completa.

Sabe-se, no entanto, que nessa época muitas famílias tinham sido ou estavam ainda sendo expulsas de parte de seu território tradicional, incluindo a própria Ilha Ínsua ou Bela Vista do Norte. Esse processo de esbulho foi promovido por fazendeiros, sobretudo, embora tenham somado a eles ações de coureiros e agentes da própria INAMB que trabalhavam na coibição da caça a animais silvestres.

Por razoe dessa natureza, os Guató ficaram tolhidos de uma de suas mais importantes atividades de subsistência, a caça, porque com uma certa freqüência alguns deles foram confundidos com coureiros, sendo presos e tratados como tais. Além disso, o fazendeiro instalado na Ilha para criar gado, deixava os animais soltos pela área, destruindo as plantações dos índios. Sem terem como sobreviver a sua maneira na Ilha, muitas famílias migraram para as cidades mais próximas, como Corumbá, onde passaram a viver espalhados em bairros periféricos, em barracos alugados ou construídos por eles, sem, contudo, serem proprietários dos terrenos (CARDOSO, 1985).

Segundo informações coletadas em agosto de 2003, com dona Josefina de Souza Ribeiro, uma anciã guató residente em Corumbá, mesmo nas cidades eles sempre souberam ser índio, mas não podiam voltar à ilha, porque havia pessoas que diziam ser os donos daquele lugar. Sozinhos, nada podiam fazer para consegui-la de volta, e mesmo recuperando-a não conseguiriam plantar e viver sem apoio de alguém. Nessa época a FUNAI desconhecia os fatos porque oficialmente entendia que os Guató não mais existiam. Desta maneira, os índios preferiam ficar na cidade, onde adaptaram-se a uma nova realidade social. Muitos passaram a trabalhar de empregados ou subempregados para poderem sobreviver.

Assim eles permaneceram em um estado de *extinção*, até quando o apoio necessitado para demonstrarem sua existência chegou. Este apoio inicialmente veio com a irmã Ada Gambarotto, em 1976, quando ela encontrou dona Josefina no PROSOL, o órgão municipal de Promoção Social, em Corumbá. Ada logo se interessou pelos trabalhos artesanais de dona Josefina e estabeleceram uma relação de amizade. A irmã Ada acabou conhecendo a história de vida de dona Josefina, incluindo sua descendência. No mesmo momento dona Josefina explicou que o grupo já não existia, embora Ada

resolveu verificar essa situação *in loco*. Para isso, organizou junto a Pastoral Indígena algumas expedições ao Pantanal, descobrindo a existência de muitas famílias Guató.

Sobre o encontro com os Guató a irmã Ada disse:

“Eu fui a Corumbá em 1976, logo que cheguei fui visitar o Prosol, onde fiquei conhecendo a tal Dona Josefina Guató. Por acaso mesmo. Depois ficamos amigas, fui até a casa dela; soube de tudo. Mas logo nos desafiaram: não existem mais Guató. Então resolvemos provar se eles existem ou não. Acabei organizando uma turma que foi em busca dos Guató, e acabou-se descobrindo que eles são mais do que se pensa” (GAMBAROTTO, Ada *apud* RAMIRES, 1987, p. 41).

Após a *redescoberta*, durante a década de 1970, foram realizadas expedições organizadas pela irmã salesiana juntamente com a Equipe Indigenista Missionária de Corumbá. Logo em seguida a própria FUNAI iniciou sua atuação junto aos Guató. Em casos desse tipo, como explicou Pacheco de Oliveira (1998), normalmente os trabalhos da FUNAI tiveram início depois de muita pressão:

“Os próprios operadores dessa máquina (indigenistas, índios e funcionários) já aprenderam tal fato e oralmente transmitem esse conhecimento aos não-iniciados através de uma máxima utilitária: ‘A FUNAI só atua sob pressão’. A prática cotidiana se encarrega de inculcar nos atores sociais uma crença profunda na veracidade dessa afirmativa, mostrando a inocuidade de estabelecer planos e prioridades, bem como alertando aos próprios membros da corporação sobre q letargia, a impotência e a insensibilidade do órgão para cumprir suas responsabilidades mais primárias e indeclináveis” (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998, p. 70).

O caso em tela não foi exceção a essa regra. Foi necessário que os Guató e seus aliados dessem maior visibilidade a sua luta para o órgão indigenista oficial pudesse atendê-los em algumas reivindicações. No mesmo ano de sua *descoberta* ocorreu o encontro da Pastoral Indígena em Aquidauana, Mato Grosso do Sul, também organizado pela irmã Ada Gambarotto e outras pessoas. Entre os participantes estava dona Josefina, na época com cinquenta e cinco anos de idade, filha de um não-índio com uma Guató. A irmã Ada havia trazido Josefina de Corumbá, onde ela residia; sua casa era e ainda está localizada no bairro Cristo Redentor e na época funcionava como um ponto de encontro entre os Guató que procuravam Corumbá após serem forçados a deixar seus territórios (CÉSAR, 1979).

Esse local de referência serviu como ponto de partida para a luta pelo reconhecimento dos Guató como etnia viva. Iniciou-se ali, na casa de dona Josefina, o que Pacheco de Oliveira (1998) apropriadamente chamou de *mobilização indígena*.

Na ocasião do encontro em Aquidauana, estava presente no evento o sertanista Cláudio Villas Boas, quem juntamente com seus irmãos Orlando e Leonardo eram conhecidos como os Irmãos Villas Boas. Eles ficaram conhecidos pela atuação que tiveram para a criação do Parque Nacional do Xingu, bem como em defesa dos direitos dos povos indígenas no país.

Segundo irmã Ada, Cláudio Villas Boas teria dito:

“Olha, gente, o trabalho que vocês fizeram não é pouca coisa, não, pois uma tribo que se achava extinta, se constatou que continua a existir” (GAMBAROTTO, Ada, *apud* RAMIRES, 1987, p.42).

A confirmação oficial da existência do grupo se deu através de duas expedições realizadas pela Pastoral Indígena, ocorridas em outubro de 1977. A terceira expedição foi organizada pela FUNAI, sob a chefia de Noraldino Cruvinel, e ocorreu em 1978. Ambas as expedições tiveram a ajuda de Celso, filho de dona Josefina, quem servira como guia durante a localização das famílias Guató. Através dessas expedições eles foram descritos etnograficamente e recenseados, sendo constatado um processo de mudança sociocultural que os estava levando à perda do próprio idioma. Sobre esse assunto, Adair Pimentel Palácio relatou:

“Soube-se então que as famílias remanescentes se encontravam dispersas pelas margens dos rios, ora vivendo dos favores de fazendeiros, ora se escondendo para não serem enxotadas” (PÁLACIO, 1987, p. 74).

Na verdade, os relatórios da época demonstram certa preocupação com a *perda* de elementos culturais, como a língua.

Ao tratar do fenômeno da etnicidade em situações de contato, Fredrik Barth (1998) afirma que mesmo em casos de intensos contatos são mantidos os limites culturais dos grupos étnicos. Sua continuidade e persistência, por exemplo, podem ser explicadas por meio das próprias transformações culturais. Assim, não se pode confundir a história de um grupo com a história de uma cultura, pois essa mesma cultura não é estática, como dito antes, e as mudanças culturais ocorridas não excluem o indivíduo do grupo a ele pertencente.

Na intenção de reagrupá-los em uma área de seu território, foram iniciados estudos de identificação da Ilha Ínsua como terra indígena. Para Rogério Hasbert, a identificação de um território é de fundamental importância por que ele é “produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social do espaço” (HASBERT, 1997, p. 31). No caso dos Guató, a identificação e o reconhecimento da Ilha Ínsua foi um grande passo rumo a um processo mais complexo de reterritorialização.

Para a eleição de um território destinado ao grupo, Noraldino Vieira Cruvinel (1977), na época trabalhando para a FUNAI, produziu um relatório antropológico chegando a eleger a Ilha Ínsua como localidade para a criação da Área Indígena Guató. Essa área identificada seria posteriormente transformada em reserva indígena, quer dizer, “uma área destinada a servir de habitat a grupo indígena, com meios suficientes à sua sobrevivência”, conforme definiu Pacheco de Oliveira (1998, p. 19).

No entanto, na época as terras da ilha pertenciam ao Exército Brasileiro. Deu-se início, então, a uma disputa judicial entre o Exército e a FUNAI. Nessa disputa o reconhecimento de um território guató foi o centro da polêmica. A respeito dessa problemática, João Pacheco de Oliveira assim explicou:

“A problemática do território é central na existência atual dos índios e se reflete não apenas nas suas mobilizações político-reivindicatórias, mas também ocupa uma posição central na definição dos padrões de sua organização social e nas suas manifestações identitárias e culturais. Mas da sua importância atual não é possível deduzir automaticamente a sua relevância em outros contextos históricos muito diferentes” (OLIVEIRA FILHO, 1999, p. 108).

Para a garantia de seus direitos, em especial em relação a seus territórios, muitos grupos passaram por um processo de mobilização política e conquista de apoio para suas causas. Conforme apontou Pereira (2003), foi a partir dos anos de 1970 que várias comunidades indígenas com problemas de terras passam a receber ajuda de organizações indigenistas e da sociedade civil, obtendo assim apoio político a suas causas. Para o mesmo autor, essas comunidades possuíam um aspecto em comum:

“A mobilização em torno da reconquista do território é, assim, uma ação no sentido de colocar novamente em operação os mecanismos de reprodução social, uma tentativa de reposição de formas de sociabilidade entendidas como tradicionais” (PEREIRA, 2004, p.359).

Nesse mesmo momento, além dos Guató havia comunidades kaiowá e guarani que também estavam iniciando mobilização pela demarcação de suas terras. Este fato

não foi vivido apenas em Mato Grosso do Sul, mas como um grande movimento nacional, conforme demonstrou uma pesquisa realizada pela FUNAI:

“Em um levantamento realizado pela FUNAI em 1981, as terras indígenas eram avaliadas em 40 milhões de hectares, das quais somente 32% estavam demarcadas, enquanto 68% estavam em processos anteriores (identificação e delimitação) dos processos administrativos” (PACHECO DE OLIVEIRA, 1995, p.71).

Com bases nessas informações, nota-se que os grupos indígenas estavam em plena luta por seus direitos. Durante esse processo, a imprensa teve e tem um papel cada vez mais decisivo, haja vista que é através dela que o mundo se torna interligado, ou seja, que as notícias de um lugar podem ser compartilhadas com o mundo todo. A imprensa foi uma das principais responsáveis por tornar conhecida a luta dos grupos indígenas na sociedade nacional, especialmente entre seus setores organizados.

No que se refere à causa guató, a imprensa acompanhou desde o princípio a luta desses índios. Na ocasião do *Encontro Indígena de Dourados*, realizado em 1977 e contando com representantes indígenas de várias etnias, tais como Terena, Kaiowá e Guarani, um representante guató denunciou:

“O Índio Celso guapó [sic] de um grupo considerado extinto informou que 60 patrícios seus estão trabalhando em fazendas localizadas na área que já foi propriedade do grupo, mas que ‘se acabou com as invasões’. A denúncia foi ouvida pelo general Ismarth de Oliveira e o índio prometeu reunir outros guapó [sic] que restam para pedir a Funai uma reserva e a volta da tutela governamental que esses índios perderam segundo seu representante há 30 anos” (O MOMENTO, 1977, p.5).

Alguns jornalistas como Cacá Barros tentaram fazer contato com o grupo quando os Guató ainda eram oficialmente tidos como *extintos*. Porém, devido à dispersão pelos centros urbanos e fazendas da região, tornou-se difícil levantar dados para uma reportagem completa:

“Assim desistimos da idéia, lamentando que a possibilidade de se reunirem novamente fosse tão remota, apesar da luta que estava sendo travada para resgatá-los” (BARROS, 1999, p.18)¹.

¹ Parte desse artigo é plágio de um texto que Jorge Eremites de Oliveira publicou posteriormente em um jornal de Dourados, Mato Grosso do Sul, sob forma de artigos opinativos (vide OLIVEIRA, 1999a, 1999b, 1999c). Segundo o autor, o texto original foi enviado a Cacá Barros que copiou parte dele sem apresentar os devidos créditos autorais.

Em 1978 foi publicado o primeiro artigo reconhecendo a existência do grupo, o qual foi intitulado ***Guatós reaparecem após 40 anos***, de José Vicente César, fundador e diretor do Anthropos do Brasil. No trabalho há uma síntese da trajetória de luta do grupo pela sua sobrevivência, constatando que os Guató estavam vivos e não extintos.

Em fins da década de 1970, portanto, os Guató conseguiram apoio de importantes instituições que passaram a atuar junto a eles na tentativa de sensibilizar os órgãos governamentais sobre a situação vivida pelo grupo. A Pastoral Indígena, o CIMI e a Associação dos Índios Desaldeados Kaaguateca foram algumas das entidades que os apoiaram em muitos momentos.

A Associação Kaaguateca criou uma equipe para dedicar-se exclusivamente a essa causa, denominado Núcleo Guató. As primeiras atitudes tomadas foram realizar uma pesquisa para localizar e identificar outros membros ou famílias que ainda não estavam inseridos no processo de ressurgimento. Por esse movimento, os Guató gradualmente passaram a ser ter uma mobilização política cada vez maior, cujo propósito era a luta pela Ilha Ínsua e pelo seu reconhecimento como etnia viva (BOLETIM KAAGUATECA, 1990, p. 2).

Segundo as informações orais coletadas com dona Josefina, em dezembro de 2003, logo após o encontro com Ada iniciaram-se reuniões. Essas reuniões aconteciam na casa de dona Josefina ou em uma igreja católica próxima a sua casa. Segundo ela, no início eram poucos Guató a participarem; depois conseguiram realizar levantamentos de quantos existiam e o número de participantes foi aumentando. Além da Pastoral Indígena, outras pessoas começaram a ajudar na organização dessas reuniões, porém ela não soube informar, na ocasião, quem eram essas pessoas.

Uma das estratégias bem sucedidas desse movimento foi a de chamar a atenção da sociedade local para a luta dos Guató. Segue um exemplo de abaixo-assinado feito por uma entidade de apoio à causa indígena e que exemplifica a estratégia adotada para dar visibilidade a causa desse povo canoero:

“Nós, abaixo assinados, manifestamos o nosso apoio à luta dos índios Guató, pelo reconhecimento e aplicação dos seus direitos à posse e usufruto de seu território tradicional, a Ilha Bela Vista do Norte, no Rio Paraguai ao extremo noroeste do Estado de Mato Grosso do Sul. [...] A sobrevivência do último grupo indígena canoero do Pantanal e também um dos últimos do mundo, exige que sejam tomadas as seguintes providências:

1. Reconhecimento pelas autoridades competentes, do Direito à Posse e Usufruto da Ilha de Bela Vista do Norte pelos Guató.
2. Assistência à comunidade Guató através da ação integrada da União Estados e Municípios, respeitando a sua organização e condição étnica diferenciada” (CEDIN, 1989, p.1).

Em muitas ocasiões, a Kaaguatoca atuou conjuntamente com o CEDIN (Conselho Estadual do Direito do Índio). Por duas vezes a associação tentou realizar uma viagem de identificação à Ilha Ínsua. A primeira tentativa ocorreu entre outubro e dezembro de 1989, mas às vésperas da partida os representantes da Kaaguatoca não obtiveram autorização do exército para entrarem na Ilha Ínsua. Sem a autorização, o CEDIN, que teria verba para a viagem, ficou sem realizá-la (RELATÓRIO DE ATIVIDADES...,1989).

A Pastoral Indigenista foi outra entidade que apoiou os índios. A irmã Ada Gambarotto, o padre Osvaldo Scott e bispo Dom Onofre Rosa, juntamente com a Diocese de Corumbá, nos anos de 1970 identificaram muitos Guató espalhados pela Ilha Ínsua, rio Paraguai e rio São Lourenço: “Todos aguardam ansiosos por garantia a uma terra, onde novamente possam se reunir e sobreviver com dignidade” (ROSA, 1979, p.1).

Segundo consta no **Dossiê Guató**, um relatório em que consta uma síntese da história mais recente do grupo, o CIMI, por sua vez também participou desse movimento, tratando da situação jurídica da área indígena e de sua população. Em fins da década de 1980, a entidade sugeriu algumas soluções urgentes ao problema do território dos Guató, salientando que o território era de fundamental importância para a reprodução física e cultural do grupo (CIMI-MS, 1988).

No desenrolar desse movimento surgiu uma liderança tradicional entre os Guató. Essa liderança foi Celso, filho de dona Josefina. Ada Gambarotto assim falou sobre ele:

“Desde criança Celso sempre foi mais expansivo, conhecia todo guató, trazia e levava notícias. Com que animação respondia às perguntas da irmã Ada, do padre Osvaldo, do Noraldino, do Amir, da Adair, de todos enfim que começaram a se interessar pelos guató. Fez questão de acompanhar as três vagens que os moços da Pastoral fizeram até o Caracará, até a Bela Vista do Norte, para contar os guató. E como teve coragem para ir até Brasília, falar com o chefe da FUNAI! Gostava de ser chamado guia guató. Líder guató” (GAMBAROTTO, Ada *apud* RAMIRES, 1987, p. 41).

Segundo informações orais obtidas de dona Josefina, em 15 de Agosto de 2003, Celso realizava visitas às famílias Guató que ainda viviam no Pantanal. Ele costumava buscar alguns produtos que famílias tinham a disposição —peixes, sobretudo— e vendê-

los em Corumbá. Quando retornava para onde essas famílias moravam, ele levava alguns produtos por elas encomendados, além das notícias dos amigos e parentes. Dessa relação de confiança e reciprocidade nasceu um grande respeito à liderança de Celso, quem definitivamente teve papel de destaque nos primeiros momentos de luta dos Guató.

No entanto, no desenrolar da luta desse grupo por seus direitos, Celso foi assassinado. Isso se deu no dia 20 de fevereiro de 1982. Sobre este fato Ada Gambarotto, disse:

“Mas depois mataram o Celso... Apesar que, mesmo com toda dor —diz Ir. Ada— eu acho que no fim, a morte do Celso acabou contribuindo para unir mais os guató. A morte dele foi proposital, porque não querem dar a ilha aos guató. Mas os guató não são pretensiosos. Eles eram os donos do Pantanal, e hoje não pretendem mais que uma ilha...” (GAMBAROTTO, Ada *apud* RAMIRES, 1987, p. 42).

Em um primeiro momento, a morte de Celso foi interpretada por organizações indigenistas como uma tentativa de intimidação ao grupo e a seus apoiadores. Segundo essa versão, o fato de Celso ter passado a circular constantemente pela região levantou suspeitas de que ele pudesse reivindicar terras ocupadas por posseiros, os quais se sentiram ameaçados de perdê-las para os indígenas. Levantaram-se a suspeita de que Celso teria sido vítima de um assassinato encomendado por algum desses posseiros.

No entanto, segundo o consta no Processo Judicial nº 273/85, o qual apurava os motivos e os culpados pelo assassinato de Celso, nota-se que, em princípio e salvo melhor juízo, ele foi morto depois de sair de uma festa na localidade de Amolar, ao norte de Corumbá. O assassinato teria sido feito por três homens, ao que se sabe irmãos, que ficaram escondidos na mata a sua espera, com o objetivo de matá-lo. Na tarde do dia do assassinato, antes de sua morte, Celso e um dos três homens haviam discutido por causa de um machado que ele havia emprestado para esse indivíduo. Esse desentendimento acabou desencadeando outros mais, ainda menos conhecidos, a ponto dos três homens planejarem e executarem o homicídio desse líder guató, o que foi feito a golpes de faca. Os assassinos foram identificados e apontados pela polícia, porém eles fugiram para o Pantanal e continuam impunes pelo crime cometido.

Após em seguida um outro Guató assumiu a liderança do grupo: Severo Ferreira, irmão mais velho de Celso e filho de Josefina.

Assim disse o próprio Severo (1986) em um texto intitulado ***A historia que eu sei***:

“Todos os índios veteranos nos contavam que esta Ilha foi doada a eles pelo sertanista Candido Mariano Rondon. Este que gostava de estar em comunhão com os índios, e para que eles não ficassem desamparados permitiu que estes continuassem morando definitivamente na Ilha” (FERREIRA, S. 1986, p.1).

Segundo Pacheco de Oliveira (1995), os índios eram visto por Candido Mariano da Silva Rondon como guardiões das fronteiras políticas da nação, já que eles habitavam os rincões mais afastados do país. Daí compreender o simbolismo que envolve a figura de Rondon e a presença dos Guató na Ilha Ínsua.

Além disso, outros motivos fizeram com que o grupo escolhesse a ilha para ser transformada em reserva indígena. Segundo a mitologia do grupo, a ilha é tida como sagrada, sendo o centro do universo guató; dela teriam emergido seus ancestrais, segundo consta em um relatório antropológico produzido para a FUNAI (CARDOSO, 1985).

Essa é a única obra que trata desse mito, embora se saiba, como lembrou Lévi-Strauss (1993), que para as sociedades indígenas é da natureza que se pode esperar um contato com os ancestrais, os espíritos e os deuses. De acordo com Stuart Hall (1997), sobre os mitos são fundadas as nações. Esta idéia pode perfeitamente aplicar-se aos Guató no que se refere à significação de um mito para reivindicar a Ilha Ínsua como parte de seu território tradicional. Alia-se a essa explicação outros motivos de ordem histórica, geográfica e econômica que justificaram a reivindicação daquela área para se transformada em reserva indígena.

Nesse contexto foram desenvolvidos os trabalhos dos GTs (Grupos de Trabalho) constituídos pela FUNAI.

Segundo Rodrigo P. Rodrigues Chaves (2003), o trabalho de um GT é baseado na multidisciplinaridade. Um GT é composto por técnicos das áreas ambientais, fundiária, agrimensura e por um antropólogo; este último possui duas funções, a própria de sua formação e a de coordenador das atividades desenvolvidas pelo GT. No caso dos Guató, o primeiro GT foi chefiado pelo antropólogo Noraldino Cruvinel, quem coordenou uma expedição à região do Pantanal durante dez dias do mês de março de 1978; seu relatório foi considerado pela FUNAI como incompleto.

Na opinião de Pacheco de Oliveira & Berno de Almeida (1998), o fato de um relatório ser considerado falho ou incompleto se deve a uma série de fatores. Entre eles

está a “curta duração do contato com os grupos indígenas”. Esse foi o caso do primeiro GT que esteve em contato com os Guató, talvez porque nesse caso em particular:

“[...] o antropólogo não disponha das condições mínimas de controle sobre a coleta de dados, nem possa ajustar seus meios de observação às características culturais e ao contexto histórico presente no grupo” (PACHECO DE OLIVEIRA & BERNO DE ALMEIDA, 1998, p.85).

Antonio Carlos de S. Lima, em seu trabalho ***Os relatórios de identificação de terras indígenas da Fundação Nacional do Índio: notas para o estudo da relação entre antropologia e indigenismo no Brasil, 1968-1985***, fez a seguinte ponderação sobre o assunto:

“[...] as informações de caráter geográfico vêm suprir uma ausência considerável de conhecimentos sobre a simples localizações dos grupos indígenas [...]” (CARLOS DE LIMA, 1998, p. 239).

É preciso considerar as particularidades de cada relatório de identificação. No caso dos Guató, o próprio Noraldino Vieira Cruvinel expôs alguns problemas enfrentados por sua equipe:

“O período propício à navegação na área é entre os meses de maio a setembro. Outro fator que nos causou problema, é que durante as cheias, a população indígena e não indígena desloca-se, em sua maior parte, das margens dos rios, localizando-se temporariamente, nas cidades próximas e nas áreas centrais, cessando quase que de por completas as atividades econômicas nas fazendas ribeirinhas” (CRUVINEL, 1977, p. 2).

O autor registrou os problemas enfrentados para a navegação na região devido ao fato da expedição ter ocorrido no mês de março, período não adequado, segundo ele, ao transporte fluvial na área identificada. Cruvinel (1977) também se referiu ao pouco tempo que ele e sua equipe dispunham para o contato com o grupo. Diante dessas exposições torna-se claro o entendimento dos motivos que levaram o primeiro relatório ser considerado incompleto. Mas esse fato deveria ter causado a imediata designação de um novo GT para a resolução do problema. No entanto, não foi o que aconteceu e a área que deveria ser destinada aos Guató ficou sem nenhuma providência administrativa por parte da FUNAI até o ano de 1984, quando um novo GT foi designado para estudá-la. Como demonstra a Portaria nº 1771 da FUNAI de Setembro de 1984:

“Designar os servidores Paulo Alves Cardoso – Antropólogo/AESP, Luiz Antônio Sberze – Engenheiro/DPI e Erivelson Ribeiro de Almeida –

Técnico em Agricultura e Pecuária/DPI, para sob coordenação do primeiro e, acompanhados da Geógrafa Ana Maria Teixeira Ribeiro Bueno, designada pelo Incra, procederem a estudos de Identificação e Levantamento Ocupacional, visando a definição de limites da Área Indígena Guató, localizada no Rio Paraguai e São Lourenço, no Estado de Mato Grosso do Sul” (DOMINGUES, 1984, p.1).

Teve ainda a fase de demarcação, durante a qual marcos seriam colocados para delimitar a área da reserva indígena. A fase de homologação foi executada pelo presidente da República através de Decreto. A última fase seria a de registro das terras em cartórios locais de registro de imóveis.

Assim é possível notar que a designação da Portaria da FUNAI nº 1771 era apenas a fase inicial de todo o processo. Devido à demora da FUNAI para iniciar os trabalhos, ocorreram desentendimentos entre os índios e o órgão indigenista oficial, pois ele algumas vezes foi acusado de se mostrar insensível à causa guató:

“A falta de interesse da administração regional da FUNAI em Mato Grosso do Sul vem causando um clima tenso entre as lideranças indígenas que procuravam o órgão para atender suas reivindicações” (ÍNDIOS REVOLTADOS COM A ADMINISTRAÇÃO, 1986, p.5).

De acordo com a matéria intitulada ***Índios guatós denunciam a má administração da FUNAI***, publicada pelo jornal *Correio do Estado*, de Campo Grande, com o então novo delegado regional da FUNAI, Omar Gurgel do Amaral, a insensibilidade para com as reivindicações de terra pelos Guató aumentou. Segundo a matéria, sempre que era procurado pelas lideranças indígenas, o referido delegado estava viajando para o Rio de Janeiro, onde moravam seus familiares. Severo teria garantido que de todos os telefonemas dados à FUNAI nenhum foi atendido por Omar Gurgel do Amaral.

No entanto, a FUNAI distribuiu à imprensa um documento dizendo que não havia nenhuma revolta indígena contra ela e que citado delegado regional já havia recebido vários representantes indígenas. Nesse momento houve um impasse entre os índios e FUNAI.

Para o jornal *Folha de São Paulo*, em matéria denominada ***Duzentos indígenas ameaçados de extinção em MT-Sul***, publicada em 1979, a FUNAI sempre soube que os Guató não estavam extintos. O órgão sabia até onde eles viviam, porém não os reconhecia; desprezava assim sua cultura. No mesmo artigo a *Folha de São Paulo* cita o exemplo da língua guató, dizendo que nunca houve uma análise profunda sobre ela.

Sobre a língua guató, Adair Pimentel Palácio (1984) foi a responsável pela conclusão de um importante estudo apresentado sob forma de tese de doutorado na UNICAMP. Durante suas pesquisas dona Josefina foi sua principal colaboradora. O trabalho realizado por Palácio foi desenvolvido no contexto de plena luta pelo reconhecimento dos Guató como etnia viva e pela identificação e transformação de parte da Ilha Ínsua em reserva indígena. Nesse contexto, a pesquisadora deu visibilidade aos problemas enfrentados pelo grupo, inclusive junto à própria FUNAI:

“Abandonados, já foi constatada morte por Sarampo que deve estar se ampliando na área porque causou vítima tanto às margens do Paraguai como junto ao São Lourenço. Nos adultos, mais idosos sabemos da incidência de reumatismo deformante e de dentição nos jovens. Do ponto de vista científico a preservação dos Guató é considerada extremamente importante, sem contar o aspecto humanístico, que é vital. O estudo de sua linguagem pode apresentar estranhezas que reformulam totalmente a psicologia de entendimento a engrenagem da comunicação humana” (PALÁCIO, 1979, p.1).

Ela acabou se tornando em uma grande aliada dos Guató nesse processo de ressurgimento étnicos, tendo uma atuação destacada que pode ser classificada como a atuação de uma intelectual orgânica. Palácio desenvolveu planos para tornar a causa guató pública e mostrar que eles não estavam extintos; chegou mesmo a levar o índio Veridiano, que na época morava com seu irmão no Morro do Caracará, até a sede da FUNAI em Brasília. Sua ida à capital federal simbolizou uma prova irrefutável de que os Guató não estavam extintos. Ela ainda encaminhou ainda um relatório sobre o grupo, resultado de sua convivência com os índios, no qual pediu ao presidente da FUNAI uma especial atenção à causa desse povo canoeiro (PALÁCIO, 1984). Para a pesquisadora:

“Ainda acredito que se houvesse um local destinado aos Guató na beira do rio, em pouco tempo formar-se-ia um aglomerado de famílias, o que facilitaria não só a recuperação desse grupo em termos de valores humanos, como também o atendimento as suas necessidades imediatas” (PALÁCIO, 1984, p.3).

Também o bispo de Corumbá, dom Onofre Rosa, demonstrou apoio à causa guató por meio de um protesto que se tornou público:

“O direito histórico desses índios sobre a Ilha Bela Vista [*Ilha Ínsua*] é incontestável, pois ali vivem há muitos anos, ali morreram e estão enterrados seus antepassados e, de acordo com os índios, a Ilha oferecia as melhores condições para o agrupamento e sobrevivência de todos” (OS GUATÓ ATÉ AGORA SÓ OUVEM PROMESSAS, 1981, p.1).

Portanto, os Guató não estiveram sozinhos em sua luta pelo reconhecimento de parte de seu território. Eles foram apoiados por instituições indigenistas, como a Associação de Índios Desaldeados Kaaguatega e a Pastoral Indigenista, e pela própria Adair Pimentel Palácio, entre outras pessoas. Essas instituições e pessoas fizeram com que muitas autoridades tomassem ciência das reivindicações dos Guató e assistiu-os na luta dentro das instâncias legais da sociedade nacional.

Embora tenha ocorrido a aprovação do **Relatório Antropológico** coordenado por Paulo Alves Cardoso (1985), delimitando uma área de 12.756 hectares correspondente a superfície da Ilha Ínsua, o Ministério do Exército, então proprietário legal do lugar, foi procurado para discutir o assunto. Segundo Wagner Gonçalves (s.d.), esta foi a causa de uma reunião realizada em Brasília entre representantes da FUNAI e do Exército. Na ocasião, o representante do Exército, general de divisão Tamoyo Pereira das Neves, ratificou a posição do Exército em não reconhecer a Ilha Ínsua como área indígena.

Por isso, diante da negativa do Exército, em 1989, foi iniciado pela FUNAI um novo processo. Nesse novo processo foi reiterada a necessidade de toda a Ilha Ínsua ser transformada em reserva indígena e acrescentada a necessidade de negociação com o Ministério do Exército:

“[...] Encaminhado ao ‘Comando Militar do Oeste’ a sugestão da FUNAI recebeu parecer desfavorável, alegando o Comandante daquela corporação ser a Ilha Ínsua uma conquista de nossos ancestrais para além dos limites naturais de fronteira uma vez que a ilha se situa a oeste do rio Paraguai; e que o papel de sentinela avançada do destacamento ali presente só se poderia efetivar com a plena posse da ilha pelo Exército” (MENDES, 1991, p.4).

O Ministério do Exército ainda considerou os estudos antropológicos realizados para FUNAI incompletos e mais uma vez o órgão indigenista viu-se obrigado a proceder a novos estudos. Esses novos estudos passaram a ser coordenados por um outro antropólogo, Gilberto Azanha, quem passou a acompanhar o caso partir de 1991, tendo atuado junto às lideranças indígenas e seus simpatizantes. Ele sugeriu a realização, entre a FUNAI e o Exército, de um acordo para resolver o impasse.

“Tal negociação deveria resultar em um convênio entre a FUNAI Exército com a interveniência da SEMA/MS que contemplasse as reivindicações Guató (liberdade para a caça e a pesca visando a subsistência, liberdade de ir e vir, assistência escolar e de saúde) sem que o Exército devesse abrir mão de sua jurisdição sobre a ilha. O mesmo deveria ser feito com o IBAMA.

Estes convênios deveriam delimitar a participação de cada órgão federal no resguardo da área e quanto a assistência que seria dada aos Guató” (AZANHA, 1991, p.16).

Segundo Eremites de Oliveira (1998), a alegação do Exército de que a Ilha Ínsua era um importante para a segurança nacional soou como um resquício dos discursos dos regimes militares ocorridos na América Latina, na segunda metade do século XX. Assim sendo, já não tendo mais razão de ser, naquele momento poderia haver entre ambas as partes um acordo no qual nenhuma delas seria lesada.

Dessa forma, como indica o Ofício nº 374/91, de José Jaime Mancin, o presidente nacional da FUNAI procuraria negociar com o Ministro do Exército para proceder a demarcação da terra guató na ilha.

Enquanto ocorriam as negociações, os Guató permaneceram abandonados e sem nenhuma assistência, conforme denunciou Palácio (1984).

De todo modo, os Guató seguiram lutando incessantemente pelo direito de retornarem à ilha. Havia, contudo, um impasse no que diz respeito à presença do Exército na área, o qual era visto pelos próprios índios como importante para a segurança das famílias guató residentes no local.

Com o objetivo de demonstrar publicamente essa avaliação, lideranças indígenas escreveram uma carta datada de 16 de abril de 1994, na qual consideram a necessidade de manter negociação com o Ministério do Exército para a concordância de limites entre a área militar e a área indígena.

Dessa maneira, para estabelecer novos limites para a criação da Área Indígena Guató, sem que com isso fosse prejudicada a presença do exército na ilha, a FUNAI criou um novo GT, desta vez sob a liderança do próprio Noraldino Vieira Cruvinel.

Cruvinel (1995) explicou em seu relatório que muitos índios deixaram suas próprias atividades para acompanharem e discutirem as decisões tomadas pelo GT. Essas decisões “foram de total conhecimento da comunidade indígena Guató” (CARTA DOS GUATÓ ENDEREÇADA AO ..., 1995, p. 2). Os limites estabelecidos foram aceitos pelo grupo na carta datada de 15 de maio de 1995, conforme segue:

“Partindo do ponto de coordenadas geográficas aproximadas de 17° 38’ 14” S e 57° 41’ 33” WGR., localizado junto a uma cerca de divisa da casa do Rosauo, próximo a margem do rio Paraguai, segue por linha reta até o ponto de coordenadas geográficas aproximadas 17° 38’ 32” S

e 57° 41' 45" WGR., localizado no alto da Serra Norte da casa do Rosauro, junto do Gonçalo do Bugio Mucuem; daí segue por linha reta até o ponto de coordenadas geográficas aproximadas 17° 39' 49" S e 57° 44' 02" WGR., localizado na extensão máxima da área de segurança da pista de pouso do destacamento militar de Porto Índio, daí segue por uma linha reta até o ponto de coordenadas geográficas aproximadas 17° 39' 45" S e 57° 45' 33" WGR, localizado junto ao cemitério guató de Porto Índio, próximo ao Canal Pedro II" (CARTA DOS GUATÓ AO ..., 1995, p. 2).

Sobre os pontos geográficos e termos usados pela a equipe do GT, o relatório deixou claro que foi feita alusão a locais conhecidos pelo grupo, com o intuito de tornar claro os limites descritos para os próprios Guató.

Essa definição de limites estabeleceu uma superfície total de 10.900 ha para a futura reserva, dividida em duas glebas: "a Gleba I, com 9.500 ha (8.200 ha + 1.300 ha) e a Gleba II, com 1.400 ha" (CRUVINEL, 1995, p. 2).

Esses limites foram redefinidos nessa ocasião porque os primeiros estudos definiam as terras guató com 9.600 ha; posteriormente notou-se que 1.300 ha ficariam de fora. As terras definidas são compostas por ilhotas, morrotes, campos alagados e pequenas lagoas surgidas durante as cheias. Esta situação fez surgir na Ilha Ínsua "um retrato em miniatura do Pantanal", conforme registrou o próprio Cruvinel (1995, p. 2). O restante da ilha ficaria sobre domínio do Exército.

Pela sugestão retirada em meio às negociações entre o Ministério do Exército e a FUNAI, conforme conta no Ofício nº 32 enviado a FUNAI, ficou estabelecido que a parte sul ficaria sob jurisdição militar, já que ela engloba os dois destacamentos, a estrada que os interliga e o campo de pouso de aeronaves (AZANHA, 1991). Esta proposta foi aceita pelos Guató.

Após muitas negociações, enfim,

"O Exército aceita devolver a Ilha Ínsua aos índios Guató, localizada no Pantanal de Corumbá, desde que seja preservada a área ocupada pelo destacamento do 18ª Brigada de Infantaria. A informação foi dada pelo Comandante Militar do Oeste (CMO), General Francisco Arnolfo Pamplona Pessoa, salientado que não existe nenhuma disputa com os índios pela posse da terra" (EXERCITO ACEITA DEVOLVER ILHA AOS ÍNDIOS, 1993, p. 6).

Foi ainda formulado um termo de anuência contendo os limites do território guató, o qual, segundo Mendes (1992), continha os mesmos limites referentes aos processos

FUNAI/BSB/2828/85, FUNAI/BSB/4683/77 e FUNAI/BSB/4562/78. Além disso, foi eliminado o índio Severo Ferreira para promulgar a decisão do povo Guató.

“Termo de Anuência – Norte/Leste: partindo do Ponto 01 de coordenadas geográficas aproximados 17°32’30” S e 57°41’22” WGR., localizado na confluência com o Rio Paraguai, daí segue por este no sentido jusante até o Ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas 17°43’04” S e 57°41’05” WGR., localizado nas margens da Lagoa Gaíba. Sul: do ponto 03 segue margeando a Lagoa Gaíba passando pelo retiro São Jorge até o Ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas 17°43’32” S e 57° 42’38” WGR., localizado na Foz do Canal Pedro II. Oeste: do ponto 04 segue pelo canal Pedro II no sentido montante com a distância de 20 km aproximadamente, até o ponto 05 de coordenadas 17°36’00”S e 57°46’00” WGR., localizado na entrada de um canal em denominação e segue por este até a Lagoa Uberaba, daí, segue margeando a Lagoa até o ponto 01 início deste memorial. Área total: 12.716 ha Perímetro 84 km” (MENDES, 1992, p. 1-2).

Esse termo foi enviado ao grupo e oficialmente aceito por eles.

“Em 1992, conforme Portaria do Ministério da Justiça nº 299, publicada no DOU de 22/07/92. Seção I, FL 7808. foi declarada a Terra Indígena Guató (Proc. FUNAI BSB2928/ 98: 262), após 14anos de esforços dos Guató, da FUNAI e do CIMI – Missão Salesiana especialmente” (CRUVINEL, 1995, p. 4).

Os Guató retornaram à Ilha Ínsua em muitas viagens de barco a partir do dia 25 de novembro de 1994. O barco utilizado, o *Guató I*, foi financiado por uma entidade alemã chamada Misereor. Essas viagens traziam os Guató e suas mudanças de volta à ilha. O barco permanecia na área e vinha até Corumbá quinzenalmente; trazia, além de produtos para serem vendidos na cidade, como peixes, pessoas para fazer compras, receber benefícios do governo, como aposentadoria, e também para buscar assistência médica (BRITO, 1997).

A volta desse grupo a Ilha Ínsua constituiu-se no início oficial do processo de reterritorialização; ele guarda em si novos traços e trajetórias culturais, os quais representam uma nova rede de relações sociais. Dessa maneira,

“O processo de territorialização não pode ser pensado como uma interação entre um pólo ativo (a administração colonial) e um outro passivo (a sociedade indígena ou um de seus segmentos). As transformações (territoriais, políticas, identitárias e culturais) não são apenas ‘impostas’ ou ‘sofridas’ pelos indígenas, mas possibilitam também certas iniciativas indígenas, favorecendo determinadas estratégias (em detrimento de outras) no sentido de atualização de sua

cultura e de reafirmação de sua identidade” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2000, p.301).

É importante lembrar que nem todas as famílias Guató que retornaram à Ilha Ínsua permaneceram por lá. Algumas não conseguiram se adaptar a uma nova realidade sociocultural, às incluindo conflitos internos, e então retornaram para a cidade de Corumbá. Em contra-partida, muitas pessoas permanecem na ilha:

“Hoje em dia os Guató estão passando por um processo de fortalecimento de sua etnicidade e para aqueles que nasceram ou viveram no meio urbano de resgate de sua própria identidade social” (EREMITES DE OLIVEIRA, 1998, p.131).

Haja vista que a identidade é uma construção que se produz através das situações e das experiências vividas de um indivíduo, essa identidade é também construída pelo contato com outras pessoas. Sendo assim: “O sujeito é um feito de composição” (MAFFESOLI, 1996, p. 305).

Portando, atualmente os Guató estão passando por um processo de fortalecimento de sua identidade étnica em meio a um complexo processo de reterritorialização:

“Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento” (HALL, 1997, p. 38).

Desta forma é possível compreender a luta desse povo para ser reconhecido como etnia nativa, como etnia viva, já que nesse momento os Guató queriam ser identificados como tal e ter seus direitos respeitados, sobretudo o direito a terra. Nas palavras de Barth:

“Assim, a persistência de grupos étnicos em contato implica não apenas critérios e sinais de identificação, mas igualmente uma estruturação da interação que permite a persistência das diferenças sociais” (BARTH, 1998, p. 196).

Segundo o autor, isso implica no surgimento de limites culturais, haja vista que mesmo ocorrendo transformações culturais sempre haverá limites que permitam que essas transformações não sejam totais. Transformações desse tipo, portanto, não excluem o indivíduo de seu grupo étnico.

No âmbito desse processo de reterritorialização, as transformações e persistências acompanham o grupo e esse processo se dá a partir da preparação de uma infraestrutura para recebê-los. A partir daí o próprio grupo desenvolve códigos e símbolos

para a particularização e identificação com o lugar, principalmente para aqueles que há muito estavam fora de seu território tradicional.

Na ilha, por exemplo, as casas foram construídas em sistema de mutirão com materiais da própria região (madeira, folhas da palmeira acuri para a cobertura das casas etc.). Árvores frutíferas e mudas de erva-mate foram plantadas nas áreas ocupadas pelos índios, os quais também começaram a plantar mandioca, milho e feijão (BRITO, 1997). Essa foi a primeira etapa da reocupação da Ilha.

“Através de um projeto em parceria com uma entidade inglesa, estão sendo adquiridas cinco cabeças de gado, além de um casal de carneiros, que deverão ser instalados num local conhecido como Carandá, uma internada que foi abandonada pela Fazenda Bela Vista. Ali o terreno já se encontra ‘limpo’ e ocupado pelos índios. Quanto a questão da pesca, o IBAMA já está providenciando a regulamentação da pesca para 30 índios Guató, além de ter prometido o fornecimento de material, roupas, sementes e mudas de árvores frutíferas. Através de um convênio com a PROMOSUL, os Guató conseguiram dezoito meses de alimentos básicos (arroz, feijão, farinha, sal, açúcar, etc.) para o sustento das famílias que retornaram a ilha” (BRITO, 1997, p. 35).

Também foram cadastradas e fornecidas a pessoas do grupo *carteirinhas* de pescador. Com esse documento eles puderam pescar legalmente no rio Paraguai, porém na condição de pescadores amadores, podendo comercializar o pescado excedente (MARCOS, 1995).

Segundo Araújo (1997), em fins da década de 1990 funcionava na Ilha a *Escola Municipal de Primeiro Grau Comunidade Guató*. O professor da escola era o filho mais velho de Severo, o líder constituído pela FUNAI junto à comunidade. Lá estudavam 17 alunos em 1997. Há, no entanto, muita coisa que precisa ser feita para que o povo Guató realmente consiga ter melhores considerações de vida na Ilha Ínsua.

A partir de setembro de 1999, por exemplo, alguns Guató passaram a receber o benefício da aposentadoria por parte do Governo Federal. Nessa época outras etnias no Estado há muito já tinham recebido este benefício, conforme informação divulgada pelo jornal *Correio do Estado*:

“Como não há representantes da FUNAI no local, eles demoram muito tempo para serem beneficiados. Alguns têm muito mais que 60 anos, afirma Lisio Lili, administrador regional da FUNAI, em Campo Grande” (GUATÓS RECEBEM APOSENTADORIA, 1999, p. 01).

Esse fato e tantos outros possibilitam uma reflexão sobre até que ponto a FUNAI em Mato Grosso do Sul, na condição de órgão tutor dos índios, vem atuando junto ao povo Guató. Isso porque, segundo divulgou a jornalista Márcia Oliveira, a partir de informações repassadas a ela por Jorge Eremites de Oliveira, atualmente podem existir mais de mil Guató, entre aldeados e desaldeados: “A maioria se confundem com o brasileiro pobre seguindo o rumo que a vida lhe dá” (MÁRCIA OLIVEIRA, 2000, p.1).

Segundo Eremites de Oliveira (1999), existem informações de que há pouco tempo o filho do fazendeiro Milton Pessoa retornou a Ilha Ínsua por determinação judicial. Em uma carta datada de 29 de Novembro de 1996, endereçada ao CIMI-MS, Severo Ferreira e sua esposa Dalva pediram socorro ao órgão, pois o fazendeiro estava invadindo suas terras e retirando as cercas, correndo o risco dos animais criados pelos índios saírem de suas terras e se perderem.

É de causar estranheza o fato da própria Justiça que decretou a Ilha Ínsua território da União e, posteriormente, a declarou como reserva indígena, tenha permitido ao fazendeiro Mauro Gattass retornar a ilha.

Sobre casos assim consiste uma explicação de Pacheco de Oliveira e Berno de Almeida (1998). Para eles muitas vezes após a demarcação dos territórios indígenas, sob a alegação de falta de verbas para a manutenção da inviolabilidade da demarcação, os grupos indígenas têm de se organizar para manter seus territórios para o usufruto exclusivo e permanente da comunidade.

Para Roque de Barros Laraia (1995, p. 285), para o “Estado cabe reassumir o papel de proteção aos índios, principalmente nas áreas de saúde e educação, finalmente é necessário que a Constituição seja cumprida”.

Ao longo de mais de duas décadas, a situação dos Guató teve visibilidade para sociedade nacional. Isso se deu, por exemplo, através das várias pesquisas e publicações feitas por pesquisadores brasileiros. Mais recentemente, em 2004, a história dos Guató passou foi o tema central do filme **500 Almas**, do cineasta Joel Pizzini Filho. Também foi tema de duas reportagens da Rede Globo de Televisão para o programa *Globo Rural*, no qual foram mostrados aspectos da história e da cultura do grupo. A primeira reportagem foi realizada em dezembro de 2002 e a segunda em setembro de 2004. Na última reportagem os repórteres Fábio Menegóti e Marcos Alves notaram uma pequena melhoria nas condições de vida do grupo, haja vista a construção de uma nova sede para a escola

municipal que atende o grupo. Tal fato está provavelmente atrelado ao decreto que transfere essa escola para a responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação:

“Decreto nº 11.671, de 3 de Agosto de 2004.
Cria a Escola Estadual Indígena João Quirino de Carvalho ‘Toghopanã’, com sede no Município de Corumbá/MS, e dá outras providências” (DIÁRIO OFICIAL, 2004, p. 1).

Além dessa melhoria, houve também a instalação de captadores de energia solar, favorecendo a chegada de energia elétrica às famílias que habitam a ilha. As verbas de tal projeto provieram do PRODEEM (Plano de Revitalização e Capacitação do Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios). Segundo informou o *Aquidauna Repórter* (2004), a ilha foi escolhida para ser a primeira a receber esse sistema de energia, devido ao fato de ser considerado o lugar mais isolado do Estado.

Há ainda que de ser considerado, como dito amiúde, que o processo de ressurgimento guató não está completo; ele segue em andamento e a todo o momento surgem mais Guató em várias partes do Pantanal, conforme avaliou Eremites de Oliveira (2002b).

Sobre a Ilha Ínsua, ela foi declarada de posse permanente dos índios por meio da Portaria nº 309, de 17 de maio de 1996, sendo determinado que a FUNAI providencia a demarcação definitiva da área para a posterior homologação pelo Presidente da República.

Após a demarcação realizada pela FUNAI ocorreu a fase de registro da terra. Dessa forma, conforme conta na Certidão nº 001/2004, a Ilha Ínsua foi registrada como *Terra Indígena Guató* na GRPU (Gerência Regional do Patrimônio da União) de Mato Grosso do Sul, sob o RIP (Registro de Imóveis Particulares) nº 9063.00186.500-2. A mesma terra já se encontra registrada no Cartório do 1º Ofício de Registros de Imóveis da Comarca de Corumbá, em nome da União sob o nº 24.808 e nº 24.809.

Mais recentemente, finalmente a área foi homologada pelo Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, como segue:

“Decreto de 10 de Fevereiro de 2003.
Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Guató, localizada no Município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul” (DECRETO..., 2003, p. 1).

A validade desse Decreto passou a contar desde a data da publicação no *Diário Oficial da União*, ocorrido na Seção I, de 11 de Fevereiro de 2003.

Em suma, esta é, em linhas gerais, a história de lutas de um povo canoeiro e seus aliados em defesa de seus direitos, em especial do direito de serem reconhecidos com índios e de terem um território onde possam seguir sua trajetória histórica, trajetória esta marcada por continuidades, mudanças e contínuas e novas significações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de analisar diversas fontes, pode-se afirmar, sem margem para erros, que no início dos primeiros contatos entre índios e europeus no Pantanal, que ocorreram na primeira metade do século XVI, os Guató já estavam estabelecidos na região. Através de uma análise de alguns documentos é possível constatar que além dos Guató havia outros grupos canoeiros na região, a exemplo daqueles que ficaram conhecidos na historiografia e na literatura etnológica como Guaxarapo e Payaguá. No entanto, muitos desses grupos, canoeiros ou não, gradualmente deixaram de ser citados na documentação histórica produzida a partir da segunda metade do século XVIII. Este é o caso dos Xaray contatados pelos espanhóis e paulistas na primeira metade do século XVI e na primeira do XVIII, respectivamente.

No caso dos Xaray, apenas para exemplificar, tudo indica que o grupo ou foi realmente exterminado ou sofreu um drástico processo de desterritorialização no século XVIII, cujas conseqüências não são conhecidas até o presente momento.

De todo modo, por conta dos contatos entre índios e espanhóis não terem sido muito freqüentes no século XVI, ao menos na região do Pantanal, a documentação existente sobre isso também não é abundante. Somente a partir da segunda metade daquele século, quando ocorreu um certo desânimo por parte dos conquistadores em relação à procura de metais preciosos na região, os contatos com os indígenas tornam-se mais intensos e os índios passaram a ser alvos das *encomiendas*, ou seja, da captura de índios para mão-de-obra escrava na América Espanhola.

A documentação existente sobre o século XVII diz respeito, sobretudo, a fontes textuais produzidas por padres da Companhia de Jesus que atuaram em missões constituídas para o trabalho de catequese entre povos indígenas no Pantanal. Nessas fontes muito pouco se encontrou sobre os Guató.

Para o século seguinte, visto que no início dos oitocentos os bandeirantes atingiram a porção setentrional da bacia do alto Paraguai, onde o Pantanal está inserido,

e ali descobriram ouro no vale dos rios Coxipó e Cuiabá, os Guató passaram a ser citados em um número maior de documentos, desta vez não mais hispano-americanos, mas luso-brasileiros.

Juntamente com os conquistadores de São Paulo os contatos interétnicos se tornaram mais intensos. Com eles vieram doenças como varíola, catapora e sarampo, entre outras. Essas doenças foram responsáveis pela diminuição da população guató e de outros grupos que habitavam a região. A partir desses novos contatos teve início não apenas um processo de depopulação causado pela ação de agentes patogênicos de além-mar, mas também um gradual processo de desterritorialização do grupo. Mas o fato é que os Guató conseguiram resistir a diversas epidemias e também aos ataques dos bandeirantes e até mesmo de alguns grupos inimigos. Uma das formas de resistência consistiu na manutenção de sua própria organização social, baseada em famílias nucleares e poligâmicas que entre si mantinham relações de parentesco, aliança e reciprocidade. Muitas dessas famílias constituíram parentelas que se deslocaram para locais menos acessíveis de seu imenso território, evitando assim os contatos mais duradouros com os não-índios, sobretudo evitando os conflitos bélicos com os paulistas.

Já no século XIX, iniciou-se a tomada e ocupação de seu território por não-índios, principalmente com a finalidade da criação de gado que estava se alastrando pela região. Os órgãos governamentais pregavam a existência de grandes vazios demográficos no Pantanal, ignorando a presença dos povos indígenas, na tentativa de atrair mais fazendeiros para o devassamento da bacia do alto Paraguai.

Nesse momento, as terras ocupadas pelos Guató se tornaram bastantes atrativas para a criação de gado, principalmente aquelas compostas de grandes campos nativos úteis para a criação de bovinos. Nesses campos, provavelmente os aterros indígenas passaram a ser os locais escolhidos para a construção de sedes de fazenda e currais de gado, por exemplo.

Entre 1864 e 1870 ocorreu a guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, durante a qual o antigo sul de Mato Grosso, *grosso modo* correspondente ao atual Estado de Mato Grosso do Sul, foi uma das mais regiões mais afetadas. Essa região foi a primeira a ser invadida pelos paraguaios, em fins de 1864. Nesse episódio, diversos grupos étnicos, inclusive o Guató, passaram a manter um contato intenso com os soldados brasileiros, chegando inclusive a lutarem e a servirem como guias durante a guerra.

A partir desse conflito, o grupo sofreu nova deflação populacional devido ao alastramento de varíola. Com essa depopulação foi mais fácil concluir a espoliação de territórios indígenas para transformá-los em fazendas de gado.

Após o término da guerra, uma nova frente de ocupação econômica da sociedade nacional atingiu a região. Esta frente estava constituída de soldados, tanto brasileiros como paraguaios, que não retornaram a sua região de origem. Também ocorreu a volta de muitos fazendeiros que haviam fugido das tropas invasoras e depois retornaram para a região. Via de regra, essa frente teve na pecuária sua atividade econômica mais importante.

Dessa forma, mais uma vez os Guató passaram a ter suas terras espoliadas por não-índios. A solução encontrada por muitas famílias indígenas foi procurar refúgio em áreas de difícil acesso para os criadores de gado. Uma dessas áreas foi a Ilha Ínsua ou Bela Vista. Outras famílias permaneceram em seus territórios resistindo de diversas maneiras, inclusive trabalhando nas fazendas de gado com a finalidade, também, de continuar mantendo vínculos tradicionais com seu território.

No entanto, no limiar do século XX a Ilha Ínsua também passou a ser alvo de invasões por parte de novos fazendeiros, os quais soltavam o gado para destruir as plantações das famílias indígenas, assim como muitos dos recursos naturais ali disponíveis. Nessa época, a mobilidade espacial dos Guató parece ter sofrido alguma diminuição, pois eles já não mais dispunham de um imenso território para nele se locomover e viver de acordo com seus usos, costumes e tradições. Também a agricultura paulatinamente parece que passou a ter mais importância na economia do grupo, embora atividades ligadas à coleta, à caça e à pesca ainda fossem de grande relevância no que se refere a subsistência das famílias.

Anos mais tarde veio a proibição, por parte do governo brasileiro, da caça e da pesca no Pantanal, cuja fiscalização ficou por conta do antigo INAMB. Essa fiscalização muitas vezes confundiu os Guató com *coureiros*, isto é, com caçadores clandestinos de animais e vendedores de peles. Por conta disso, muitos índios acabavam presos e castigados como criminosos, pois os fiscais ignoravam que animais como o jacaré e a capivara, por exemplo, faziam parte da alimentação tradicional do grupo e, na maioria dos casos, não eram abatidos para fins comerciais.

Na Ilha Ínsua, muitos Guató que não aceitaram trabalhar para os fazendeiros foram ameaçados de morte e expulsos do lugar. Muitos se viram obrigados a migrar para as cidades em busca de uma vida melhor, sendo posteriormente declarados como extintos. Além disso, por motivos que ainda não estão claros, cidades como Corumbá acabaram exercendo certa atração para famílias que então estavam sendo expulsas de seus territórios.

A partir 1957 os Guató passaram a ser considerados extintos e a viverem ignorados por parte dos órgãos governamentais. Muitas famílias foram viver na periferia de cidades como Corumbá, Ladário, Aquidauana, Poconé e Cáceres, dentre outras. Foram poucas as famílias que continuaram a viver na Ilha Ínsua.

Algumas famílias permaneceram na ilha devido por conta da intervenção do Ministério do Exército no sentido de instalar uma base militar na área, o que ocorreu em fins da década de 1950. Posteriormente, o Exército entrou com uma demanda judicial requerendo a posse da ilha na Justiça Federal. Como o fazendeiro instalado na região não possuía nenhum documento que comprovasse ser proprietário da área, a Justiça Federal concebeu ao Exército a posse regularizada do lugar. Porém, como o Destacamento de Porto Índio só ocupava parte da ilha, a outra ficou arrendada ao fazendeiro que continuou a criação de gado iniciada pelo seu sogro, ao mesmo tempo em que algumas famílias seguiam instaladas na localidade.

Enquanto isso, os Guató continuavam em seu estado de *extinção* até o ano de 1976, quando a irmã salesiana Ada Gambarotto encontrou, em Corumbá, com a dona Josefina, filha de uma Guató com um não-índio. Irmã Ada Gambarotto, juntamente com a Pastoral Indigenista e outras entidades de apoio à causa indígena, comprovaram que os Guató ainda existiam; organizaram excursões e descobriram que eles estavam em maior número do que se imaginava. Somou-se a esse grupo de apoio a lingüística Adair Pimentel Barbosa, quem passou não apenas a estudar a língua guató, mas a atuar em defesa dos direitos do grupo, assim agindo como uma intelectual orgânica.

Dessa maneira o grupo começou a se reorganizar, a realizar reuniões e atividades para levar até sociedade civil organizada os problemas por eles vividos. Assim os Guató passaram a lutar pelo reconhecimento como etnia viva, iniciando um processo denominado de ressurgimento étnico.

Nesse contexto, a atuação da FUNAI iniciou-se no ano de 1977 com a comprovação da existência dos Guató. A partir daí, algumas expedições foram organizadas pelo órgão indigenista oficial e pela Pastoral Missionária Indigenista, culminando com o reconhecimento da área como terra de ocupação tradicional indígena.

Começou, então, a luta pela Ilha Ínsua, visto que o local pertencia ao Exército e, se fosse promulgada como área indígena, nenhum não-índio poderia habitar o local, nem mesmo o Exército que alegava tratar-se de uma área de segurança nacional, pois a ilha está localizada na fronteira Brasil-Bolívia.

Essa disputa judicial, entre o Ministério do Exército e a FUNAI, perdurou por anos, até o momento em que ambos acertaram um acordo. Por meio desse acordo ficou acertado que Exército permaneceria em uma parte da ilha e os Guató em outra.

Foi mais ou menos assim que os Guató ressurgiram e conseguiram de volta uma parte de seu território de ocupação tradicional. A partir daí eles seguiram reorganizando sua cultura no contexto de um complexo processo de reterritorialização, o qual ainda está em curso e para seu melhor entendimento será necessário aprofundar os estudos ora apresentados.

Portanto, a luta de grupos indígenas no Brasil, em especial em Mato Grosso do Sul, em defesa de seus direitos, vem ocorrendo por caminhos bastante complexos e até pouco tempo praticamente desconhecidos no âmbito da historiografia e da etnologia. Esses grupos têm demonstrado uma grande capacidade de resistir a diversas situações impostas pelo contato, sem atuando como sujeitos históricos plenos que constroem sua própria história.

Neste sentido, espera-se que este trabalho possa contribuir para escrever e reescrever muitas páginas de nossa história. Além disso, na medida em que todo trabalho historiográfico não pode ser considerado como um produto acabado e sim como um momento de reflexão, o tema aqui analisado não poder ser dado como esgotado. Pelo contrário, ele poderá ser mais bem analisado a partir de pesquisas mais exaustivas e até mesmo a partir de outras orientações teóricas.

Sobre os Guató, atualmente parte do grupo vive na Ilha Ínsua e, como vem sendo constatado em praticamente todas as sociedades indígenas, a população está crescendo. Também o processo de ressurgimento étnico não está completo, pelo contrário. Ele continua em andamento e freqüentemente surgem mais Guató em várias partes do Pantanal. Este fenômeno está diretamente ligado à reivindicação de outras áreas de ocupação tradicional indígena que ficaram de fora da demarcada na Ilha Ínsua, o que já está ocorrendo no Estado de Mato Grosso. Mas é uma outra história.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes eletrônicas

A IGREJA no Brasil aberta ao mundo. *CIMI/CNBB*. Disponível em: <www.ospiti.peacelink.com.br>. Acesso em: 14 jan. 2004.

AS LÍNGUAS indígenas. Reserva Indígena. Disponível em: <www.dourados.ms.gov.br>. Acesso em: 01 jul. 2003.

CAMPANHA pela ampliação da área indígena Ofaié. Disponível em: <www.mur.com.br>. Acesso em 18 jan. 2004.

ENERGIA solar retira comunidade indígena do isolamento. *Aquidauana Repórter*. Aquidauana-MS, abr. 2004. Disponível em: <www.aquidaunareporter.com>. Acesso em: 10 mai. 2005.

GUATÓS será o fim? *Globo Rural*, São Paulo, 28 mar. 2004. Disponível em: <www.achetudoeregiao.com.br>. Acesso em: 30 mar. 2005.

INDIOS realizam o Primeiro Encontro Nacional de Povos Ressurgidos. *Associação Brasileira de antropologia*. <www.abant.org.br> Acesso em 07 jan. 2004.

INFORMAÇÕES sobre a situação indígena no Brasil. *Reserva indígena*, Dourados. Disponível em: <www.dourados.ms.gov.br>. Acesso em 01 Jul. 2003.

OS DIREITOS violados dos indígenas. *Tipiti*. Disponível em: <www.tipitima.hpg.ig.com.br>. Acesso em: 08 jan. 2004.

RADIO NEDERLAND. *Cores do Brasil*. Disponível em: <www.rnw.br>. Acesso em: 18 jan. 2004.

Fontes imagéticas

RIBEIRO, José Hamilton. Remanescentes esparsos de uma tribo que se julgava extinta voltam a se reunir em uma ilha do Pantanal para tentar reconstruir sua cultura e sua liberdade. *Globo Rural*, Dez. 2002.

MENEGÁTI, Fabio; ALVES Marcos. *Globo Rural*, Set. 2004.

Fontes Impressas

ALINCOURT, Luiz D'. Reflexões sobre o systema de defesa que se deve adaptar na fronteira do Paraguay, em consequência da revolta e dos insultos praticados ultimamente pela nação dos índios guaicurus ou cavalheiros. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Tomo XX. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laimmert, 1857. p. 360-365.

_____. *Memória sobre a viagem do Porto de Santos a Cidade de Cuiabá*. Prefacio de Mario Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. (Coleção Reconquista do Brasil, 25)

A RESPEITO do problema dos índios Guató. Carta endereçada a Severo Ferreira. Brasília, 01 Jul. 1986.

ALVARENGA, Iddma Muille. *Ofício nº 251 endereçado ao chefe da ASP*. Brasília, Ago.1985.

ATA da vigésima Quarta sessão ordinária a que se propõe a portaria de N.º 398/91. Brasília, 20 out. 1991.

BRANDÃO, Antonio Luiz. *Carta destinada ao Ilmo e Exmo Sr. Presidente da Provincia de Mato Grosso*. Diretoria Geral de Índios, 1872.

BEAUREPAIRE-ROHAN, Henrique de. Annaes de Matto Grosso. *Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo*. Vol. XV. [1910]. Prefacio de Affonso D'Escragnolle Taunay. São Paulo: Typographia do "Diario Official". 1912. p. 37-116.

_____. Viagem de Cuyaba ao Rio de Janeiro, pelo Paraguay, Corrientes, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em 1846. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Tomo IX. 2ª ed. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignácio da Silva, 1869. p. 376-397.

BERTHOD, Pe. Manuel. *Testemunho do Padre Manuel Berthod Sobre a Historia da Redução do Itatim*. 20-III-1652. In: CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e bandeirantes no Itatim (1596-1760)*. Introdução, Notas e Glossário por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional – Divisão de Obras Raras e Publicações, 1952. p. 98-103 (Manuscritos da Coleção de Angelis, II).

BOSI, C. Bartolomé. *Viaje pintoresco por los ríos Paraná, Paraguay, Sn Lorenzo, Cuyaba y el Arino tributario del grande Amazonas con la descripción de la Provincia de Mato Grosso bajo su aspecto físico, geográfico, mineralógico y sus producciones naturales*. Paris: Librería Parisiense – Supray de la Maharie, 1863.

BUENO, Jose Antonio Pimenta. Extracto do discurso do presidente da provincia do Mato Grosso, o doutor Jose Antonio Pimenta Bueno, na abertura da Assembléa Legislativa

Provincial, em o dia 1 de março de 1837. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo II. 3ª ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916. p. 172-176.

BRASÍLIA. Decreto de 10 de Fevereiro de 2003. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Guató, localizada no Município de Corumbá no Estado de Mato Grosso do Sul.

_____. Portaria nº 309, de 17 de Maio de 1996. Objetiva a definição de limite da Terra Indígena Guató, constante do processo FUNAI/BBS/Nº 0846/92.

_____. Despacho nº 86, de 25 de Agosto de 1995. Aprova o Relatório Técnico de Adequação de Limites da Terra Indígena em que se refere, com fulcro no Decreto nº 22, de 04 de Fevereiro de 1991.

CABEZA DE VACA, Alvar Núñez. *Naufragios Y Comentarios*. Edición, introducción y notas de Roberto Fernando. 2ª ed. Madrid: Raycar, 1944. (Colección História, 16: Série Crônicas de América, 3)

CALDAS, João Augusto. *Memória Histórica Sobre os Indígenas da Província de Matto-Grosso*. Rio de Janeiro: Moraes & Filhos Editoras, 1887.

CAMPOS, Antônio Pires de. Breve noticia que da o capitão Antônio Pires de Campos do gentio bárbaro que há na derrota da viagem das minas do Cuyaba e seu recôncavo. *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXV. Rio de Janeiro: Typographia de D. Luiz dos Santos, 1862. p. 437-449.

CARDOSO, Paulo Alves. Ofício nº 274/85 – AESP. Endereçado ao Assessor – Chefe da AESP. 15 Mai. 1985.

CASTELNAU, Francis. 1949. *Expedição as Regiões Centrais da América do Sul*. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. Vol. 266-A São Paulo: Cia Editora Nacional. (Coleção Brasileira, II)

CEDIM. Abaixo Assinado pelo Reconhecimento dos Direitos do Povo Guató. 1989.

CIMI. O Mapa real das terras indígenas em 1993.

CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e Bandeirantes no Itatim (1596-1760)*. Introdução, Notas e Glossário por Jaime Cortesão. Vol. II. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional – Divisão de Obras Raras e Publicações, 1952. (Manuscritos da Coleção de Angelis)

CUNHA, H. Pereira. *Viagens e Caçadas em Mato Grosso*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1949.

DOCUMENTÁRIO com Pizzini está em andamento. *Correio do Estado*. Campo Grande. 20 Jul. 1999.

DOMINGUES, Nelson Marabuto. *Portaria n.º 1771*. FUNAI: 24 Set. 1984a.

_____. *Portaria n.º 1789*. FUNAI: 16 Out. 1984b.

DOSSIÊ Guató. Campo Grande: CIMI-MS, 1988.

DUZENTOS Índigenas Guatós ameaçados de extinção em MT-Sul. *Folha de São Paulo*. 4 Fev, 1979.

EXÉRCITO aceita devolver ilha a índios. *Correio do Estado*. Campo Grande. p.6, 16 Jul. 1993.

EXTINÇÃO dos Índios Brasileiros. *O Momento*, Corumbá-MS, 10 fev. 1978.

FERREIRA, Severo. *Abaixo-assinado pelo Reconhecimento dos Direitos do Povo Guató*, s/d.

_____. Carta s/nº endereçada ao presidente da FUNAI. Campo Grande, 20 Jul. 1994.

_____. Carta destinada ao administrador da FUNAI em Campo Grande-MS. Corumbá, Jan. 1988.

FERREIRA, Joaquim Alves. *Relatório da Catequese e Civilização dos Índios destinado a Pedro Dias de Carvalho Ministro e Secretario do Estado de Negócios do Império*. Cuiabá, 02/12/1848. Arquivo da Diretoria Geral de Índios 1848-1860. (Arquivo de Mato Grosso, 1848)

_____. Noticia sobre os Índios de Matto-Grosso dada em officio de 2 de Dezembro de 1848 ao Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios do Império, pelo Director Geral dos Índios da então Província. *O Archivo, Revista destinada á vulgarização de documentos geographicos e históricos do Estado de Matto-Grosso*. Anno I. Vol. I. Cuyaba. Fevereiro de 1905. p. 79-96. Edição Fac-similar completa 1904-1906. Várzea Grande: Fundação Julio Campos, 1993. (Coleção de Memórias Históricas da Fundação Julio Campos, 3)

FERRER, Pe. Diego. *Anua do Padre Diogo Ferrer para o Provincial Sobre a Geografia e Etnografia dos Indígenas do Itatim (21-VIII-1633)*.

_____. *Anua do Padre Diogo Ferrer para o Provincial Sobre a Geografia e Etnografia dos Indígenas do Itatim (21-VIII-1633)*. In: CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e Bandeirantes no Itatim (1596-1760)*. Introdução, Notas e Glossário por Jaime Cortesão. Manuscritos da Coleção de Angelis. Vol. II. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional – Divisão de Obras Raras e Publicações, 1633. p. 29-49.

FLORENCE, Hercules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas – De 1825 a 1829*. Trad. Visconde de Taunay. São Paulo: Melhoramentos. 2ª ed, 1948.

_____. Esboço da Viagem feita pelo Sr. De Langsdorff no interior do Brasil, desde Setembro de 1825 ate marco de 1829. Tradução de Alfredo D'Escragnolle Taunay. *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXXVIII (Segunda Parte). Rio de Janeiro, 1875. p. 355-469.

FONSECA, João Severiano da. 1880-81. *Viagem ao redor do Brasil (1875-1878)*. I. Rio de Janeiro: Typ. De Pinheiro.

FUNAI afirma que não existe nenhuma revolta. *Correio do Estado*, Campo Grande. 1986.

GONÇALVES, Wagner. *Ofício n.º 223 endereçado ao Presidente da FUNAI*. Brasília, 11 Dez. 1991.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Decreto n. 11.671. Campo Grande, 3 ago. 2004. Disponível em: <www.gov.br> Acesso em: 10 mai. 2005.

GUATÓS recebem aposentadoria. *Correio do Estado*. Campo Grande. 02 Set. 1999.

GUATÓS ou índios canoeiros. *Koxixo*: Cuiabá, p.3-4, 22 Mai, 1988.

GUATÓS querem rever suas terras em Corumbá. *Jornal da Cidade*. Campo Grande, 20 a 26 Abr. 1986.

GUATÓS vão à FUNAI e pedem de volta suas terras. *Jornal da Cidade*. Campo Grande, 20 a 26 Abr. 1986.

GUZMÁN, Ruy Díaz de. *Anales del Descubrimiento, Población y conquista del Río de La Plata*. Observação, notas, etc. de Roberto Quevedo. Asunción: Comuneros, 1980.

ÍNDIOS Guató podem voltar a “Ilha Ínsua” – a tribo tida como extinta na década de 70, briga na Justiça com o Exército pela posse das terras. *Correio do Estado*, Campo Grande, 12 Jul. 1993.

ÍNDIOS Guatós reconquistam ilha em Corumbá. *Diário da Serra*, Nov. 1994.

ÍNDIOS revoltados com administração. *Correio do Estado*. Campo Grande, 07 Out. 1986.

INFORMAÇÕES sobre os índios Guató. Rio de Janeiro: FUNAI, 1981.

JARDIM, Ricardo José Gomes. Creação da Directoria dos Índios na Província de Mato Grosso. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Tomo IX. 2ª ed. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silca, 1869. p. 548-554.

JOSEFINA do Agupapé. *Jornal da Cidade*, Campo Grande, 20 a 26 Abr. 1986.

LEITE, Alexandre José. *Relatório exigido pelo presidente da Província Augusto Leverger, em ofício de 10/06/1869, Directoria Geral de Índios, Cuiabá*: Arquivo Público de Mato Grosso, 1869. Transcrição de Elizabeth Madureira Siqueira.

LEVERGER, Augusto. Roteiro da Navegação do rio Paraguay desde a foz do rio Sepotuba ate a do rio S. Lourenço. *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXV. Rio de Janeiro: Typographia de D. Luiz dos Santos, 1862. p. 287-352.

_____. Roteiro da navegação do rio Paraguay desde a foz do S. Lourenço até o Paraná. *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXV. Rio de Janeiro: Typographia de D. Luiz dos Santos, 1862. p. 211-284.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. Os relatórios antropológicos de identificação de terras indígenas da Fundação Nacional do Índio: Notas sobre o estudo da relação entre Antropologia e Indigenismo no Brasil, 1968-1985. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.).

Indigenismo e territorialização: Poderes, rotinas e saberes no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

LIZARRAGA, Reginaldo de. Carta del obispo del Rio de La Plata, fray Reginaldo de Lizarraga, al Rey, en que informa sobre el estado eclesiastico de su diocesis. 30 de septiembre de 1609. In: REVELLO, José Torre. *Documentos Históricos y Geográficos Relativos a la Conquista y Colonización Rioplatense*. Tomo I (Memorias y Relaciones Históricas y Geográficas). Introducción de José Torre Revello. Buenos Aires: Talleres S. A. Casa Jacobo Peuser, Ltda., 1941. p. 211-217.

LOZANO, Pedro. Exame Necessário do Padre Lozano Sobre o Manifesto do Padre Vargas Machuca. C. 1760. In: CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e Bandeirantes no Itatim (1596-1760)*. Vol. II. Introdução, Notas e Glossário por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional – Divisão de obras Raras e Publicações, 1952. p. 311-330 (Manuscritos da Coleção de Angelis).

MACERATA, Frei José Maria de. *Relatório de Frei José Maria de Macerata ao Sr. Zefirino Pimentel Moreira Freire, onde descreve as diversas nações de índios que residem em diversos lugares da Província de Mato Grosso*. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1843. Transcrição do Frei Alfredo Sganzerla.

MANCIN, José Jaime. *C.I. 082/CEA ao Presidente da FUNAI*. 18 Dez. 1991a.

_____. *Portaria nº 398/91*. Brasília: FUNAI, 18 Nov. 1991b.

MAPA da População Indígena da Província de Mato Grosso. Relatórios do presidente da Província de Mato Grosso, 1841-1851.

MEDEIROS, D N. de. *Ofício nº 424*. Endereçado ao Ministério do Exército. Brasília. 26 Jul. 1994.

MENDES, Antônio. *Portaria nº 398/91*. Brasília: FUNAI, 29 Abr. 1991.

MENDES, Artur Nobre. *Portaria n.º 398/91*. Brasília: FUNAI, 29 Abr. 1991.

_____. *Memorando n.º 026/DAF endereçado ao administrador regional de Campo Grande*. Brasília: FUNAI, 14 Jan. 1993.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. *Certidão nº 001/2004*. Corumbá-MS, 2003.

MUNIZ, Luiz Seldon da Silva. *Ofício n.º 032 endereçado ao chefe do gabinete do Ministério do Exército*. Campo Grande, 15 Abr. 1993.

OFÍCIO/DPV/MS-MT/GAB/Nº178/89. Do Delegado Milton Jorge Fiorenza, do Patrimônio da União/MS-MT, ao Secretário Executivo do CED/MS. 28 Nov. 1989.

OFÍCIO Nº 256-SP. Do Comandante Militar do Oeste, General Geise Ferrari, ao Delegado de Patrimônio da União/MT. Campo Grande: 27 Out. 1989.

OFÍCIO Nº 500/89. De Íris Pedro de Oliveira. Brasília: FUNAI. 21 Dez. 1989.

OLIVEIRA, S. & FERREIRA, D. *Carta endereçada ao CIMI de Campo Grande-MS*. Corumbá. 1996.

OLIVEIRA, João Baptista de. *Carta endereçada ao Exmº e Ilmº Sr. Conselheiro Herculano Ferreira Penna, digníssimo Presidente da Província de Mato Grosso*. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 2 de maio de 1864.

_____. *Relatório da Catechese e Civilização dos Índios destinado ao Conselheiro Herculano Ferreira Penna Serra, digníssimo Presidente de Província de Mato Grosso*. Cuiabá, 28 de abril de 1862.

_____. Carta indelicada ao Ilmº e Exmº Sr. Conselheiro Herculano Ferreira Penna, digníssimo Presidente da Província de Mato Grosso. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 10 de Julho de 1862.

OS GUATÓS até agora só ouvem promessas. *Porantim*. Ago, 1981.

PADRE DEFENDE a União dos Índios. *O Momento*, Corumbá_ M.S, 07 set., 1977.

PALÁCIO, Adair P. *Carta ao presidente da FUNAI*. Campinas, Abr. 1984.

PARA O antropólogo é errado integrar índios. *O Momento*, Corumbá-MS, 02 fev. 1977.

PODER JUDICIÁRIO. *Autos de Ação Penal*: Processo nº 273/85. Corumbá – M.S.

RELATÓRIO de Atividade. Associação de índios Desaldeados Kaaguatoca “Marçal de Souza”. Jan.-Jun.

RELATÓRIO de Atividade. 1989. Associação de Índios Desaldeados Kaaguatoca “Marçal de Souza”. Set.-Dez. 1989.

RELATÓRIO do deslocamento à região habitada pelos índios Guató. FUNAI. 17 Jan. 1991.

RESENDE, E. K. de. *Ofício SEMA/MS nº 172/91 endereçado ao administrador regional da FUNAI*. Campo Grande. 23 Mai. 1991.

RIBEIRO, L. A. *Ofício n.º 047180*. Brasília: FUNAI. 20 Abr. 1992.

ROMEIRO, Cláudio dos Santos. *Ofício nº 016/Pres/FUNAI. Endereçado ao Gen. Div. Tomoyo Pereira de Neves*. Brasília, 4 Jan. 1991.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Relatório dos trabalhos realizados de 1900-1906 pela Comissão de Linhas Telegráficas do Estado de Mato-Grosso*. Rio de Janeiro: CNPI/Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

ROSA, Onofre. *Os Guatós querem retornar para sua terra*. Corumbá: Pastoral Indigenista, 8 Dez. 1979.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Parecer sobre o aldeamento dos índios uaicurus e guanás, com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costumes. *Revista Trimensal de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico*

Brasileiro. Tomo VII. 2ª ed. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1866. p. 204-218.

SEVERO – Falando por sua gente. *Jornal da Cidade*. Campo Grande. s/d.

VIEIRA, Henrique José. *Relatório de Catechese e Civilização dos Índios destinado ao Ilmo e Exmo Sr. Capitão de Mar e Guerra Augusto Leverger, digníssimo Presidente da Província de Mato-Grosso*,. Cuiabá, 28 de Dezembro de 1852.

_____. *Relatório do estado da catechese e civilização dos Índios destinado ao Ilmo e Exmo Sr. Captao de Mar e Guerra Augusto Leverger, Dignissimo Presidente da Província*. Cuiabá: Arquivo da Diretoria Geral de Índios, 16 de Dezembro de 1853. Transcrição de Elizabeth Madureira Siqueira.

_____. *Relatório do estado de catechese e civilização dos Índios desta Província destinado ao Dignissimo Presidente da Província, Senhor Chefe de Divisão Augusto Leverger*. Cuiabá, 03 de Dezembro de 1855. Transcrição de Elizabeth Madureira Siqueira.

_____. *Relatório dos estado da catechese e civilização dos Indígenas da Província de Mato Grosso*. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1856. Transcrição de Elizabeth Madureira Siqueira.

WAGNER G. *Ofício nº 223/WG/PGR/CDDIPI*. Ao Presidente da FUNAI. Brasília, 11 Dez. 1991.

Fontes Orais

ENTREVISTA com Josefina Ribeiro (fita cassete), 03 de dezembro de 2003.

ENTREVISTA com Josefina Ribeiro (fita cassete), 15 de agosto de 2004.

ENTREVISTA com Francolina Rondon [dona Negrinha] (fita cassete), 04 de dezembro de 2003.

ENTREVISTA com Francolina Rondon [dona Negrinha] (fita cassete), 16 de agosto de 2004.

Fontes Bibliográficas

ALMEIDA, Rosemeire A. de. A luta pela terra no Brasil. *Fronteiras: Revista de História*, Campo Grande, v. 3, n. 6, p 135-149, 1999.

AMORIM, Siloé S. *Reconhecimento étnico no Brasil e o Indigenismo*. Disponível em: <www.studium.iar.unicamp.br>. Acesso em 07 Jan. 2004.

_____. *Índio brasileiro quer (voltar a) ser índio*. *Jornal da Unicamp*. Campinas, 31 mar. a 06 abr. 2003.

ARAÚJO, Rose Mary P. de. *Etnoturismo: atividades turísticas em áreas indígenas. Programa Piloto da Ilha Ínsua, área indígena Guató*. Projeto de Pesquisa. Corumbá: Centro de Ação Ambiental do Pantanal. 1997a. (não publicado)

_____. *Relatório da Expedição para a Ilha Ínsua – Terra Indígena Guató*. Corumbá: Centro de Ação Ambiental do Pantanal. 1997b. (não publicado).

AZANHA, Gilberto. *Relatório Guató*. Campo Grande: CEDIN-MS/CII, Fev. 1991.

AZARA, Felix de. Descripción e historia del Paraguay y del Río de La Plata. In: GIBROS, M. B. (Org.). *Viajes por América del Sur*. Madrid: Aguilar. 1962. p. 3331-497.

BARROS, Myriam Lins de. *Autoridade e afeto: avós, filhos e netos na família brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTGNAT, P. & STREIFF-FENART, J. (Org.). *Teorias da etnicidade*. São Paulo: EdUnesp, 1998. p. 188-227.

BRAND, Antônio. *O Impacto da perda da terra sobre a Tradição Kaiowá/Guarani: Os Difíceis Caminhos da Palavra*. 1997. Tese de Doutorado. PUCRS. Porto Alegre.

_____. História oral: perspectivas, questionamentos e sua aplicabilidade em culturas orais. *Revista Unisinos*, v. 4, n. 2, p. 195-227, 2000.

BRASIL NATURE, Pantanal – História. Disponível em: <www.brazilnature.com>. Acesso em: 06 jul. 2003.

BOGGIANI, Guido. Etnografía del Alto Paraguay. *Boletín del Instituto Geográfico Argentino*. Vol. XVIII. Buenos Aires. 1898.

BOMBIERI, Cláudio. Os direitos violados dos indígenas. *Tipiti*. Disponível em: <www.tipitima.hpg.ig.com.br>. Acesso em: 08 jan. 2004.

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: EdUnesp, 1992.

BRITO, Sílvia Helena de (Coord.). *Culturas Indígenas*. In: PLANO DE CONSERVAÇÃO DA BACIA DO ALTO PARAGUAI. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1997. p.173-176.

CALEFFI, Paula. O que é ser índio hoje? A questão indígena na América Latina/Brasil no início do século XXI. *Unissinos*. Disponível em: <www.biblioteca.bib.unrc.edu.ar>. Acesso em: 12 Jul. 2005.

CANCLINI, Nestor G. *Culturas híbridas*. São Paulo: EDUSP, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Paulo Alves. *Relatório*. Brasília: FUNAI, 09 mai. 1985.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *O trabalho do antropólogo*. 2ª ed. São Paulo: EdUnesp, 2000.

_____; LARAIA, Roque de B. & OLIVEIRA, A. G. de. *Os Índios do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul*. Relatório. Brasília. 1979. 134p.

CARMARCK, Robert M. *Etnohistoria y teoria antropológica*. Guatemala: Ministério de Educación, 1979.

CARVALHO, Sílvia M. Schmuziger. Chaco: Encruzilhada de Povos e “Melting Pot” Cultural – Suas relações com a bacia do Paraná e o Sul Mato-grossense. In: CUNHA, Manoela Carneiro da (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 457-474.

CHAVEAU, Agnes; TÉTART, Philipp (Org.). *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999.

CHAVES, Rodrigo P. Rodrigues. A identificação de terras indígenas e os relatórios de identificação e delimitação da Funai: Reflexões sobre a antropologia no Brasil. *Habitus*, Goiânia, v. 1, n. 2, p. 317-329, jul./dez. 2003.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. *Um outro mundo é possível*. Disponível em: <www.cimi.org.br>. Acesso em: 17 jul. 2005.

_____. Semana dos Povos Indígenas. *Sem Fronteiras*, São Paulo, n. 239, abr. 1996. Disponível em: <www.cimi.org.br>. Acesso em: 14 jan. 2004.

CORREA, Valmir Batista. *Historia Regional*. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Centro Universitário de Corumbá, 1979.

CORREA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. 1969.

_____. *Historia de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969. (Coleção Cultura Brasileira. Série “Estudos”, 2).

_____. *Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Co-editora Brasília. 1939.

_____. *Historia de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/MEC, 1969 (Coleção “Cultura Brasileira”, Série “Estudos”, n.º 2).

_____. *Pantanaís Matogrossenses (devassamento e ocupação)*. Série A. Publicação N.º 3. Rio de Janeiro: IBGE/Conselho Nacional de Geografia, 1946. (Biblioteca Geográfica Brasileira)

COSTA, Maria de Fátima. *História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade/Kosmos, 1999.

COUTO DE OLIVEIRA, Benícia. A colonização do Estado Novo em Mato Grosso, 1937-1945: o discurso da história. *Fronteiras: Revista de História*, Campo Grande, v. 1, n. 2, p. 13-26, 1997.

CRUVINEL, Noraldino (Coord.). *Terra indígena Guató*. In: Relatório de Viagem – Portaria nº 312/Pres/77. Brasília: FUNAI, 1977.

_____. *Terra indígena Guató*. In: *Relatório de Viagem* – Portaria nº 4683/77. Brasília: FUNAI, 1978.

_____. *Terra indígena Guató*. In: *Relatório de Viagem* – Portaria nº 403/Pres/95. Brasília: FUNAI, 1995.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: Cunha, M. C. da (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: FAPES/SMC/Cia das Letras, 1992.

_____. Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível. In: CUNHA, Manuela Carneiro (Org.). *Antropologia do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995. p. 99-119.

_____. O futuro da questão indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPPIONI, Luís D. Benzi (Org.). *A Temática Indígena na Escola: Novos Subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/ MARI/UNESCO, 1995. p. 129-227.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. *Guató: Argonautas do Pantanal*. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

_____. Diagnóstico Sócio-ambiental da Reserva Indígena Guató – Ilha Ínsua: Contribuições de um Arqueólogo. *Fronteiras: Revista de História*. Campo Grande, v. 2, n. 4, p. 123-142, Jul./dez. 1998.

_____. *Da pré-história à história indígena: (re) pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – PUCRS, Porto Alegre, 2002a.

_____. *Povos Indígenas – Conheça a breve história do povo Guató*. Corumbá-MS, Out. 2002b. Disponível em: <www.riosvivos.org.br>. Acesso em: 06 ago. 2003.

_____. *A religião dos Guató sob o olhar de viajantes e missionários: uma releitura de velhas fontes*. In: *Anais do I Simpósio sobre Religiões, Religiosidades e Cultura*, 2003, Dourados-MS. (cd-rom)

_____. *Sobre os conceitos de etnohistória e história indígena: uma discussão ainda necessária*. In: OLIVEIRA, M.M. D. de. (Org.). *Anais Eletrônicos do XXI Simpósio Nacional de História*. João Pessoa: ANPUH/UFPB. 2003. p. 1-8.

FARRAGE, Nádia. Anciãos transmitem cultura indígena. *Com Ciência*. Disponível em: <www.conciencia.br>. Acesso em: 29 nov. 2004.

FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. *Mini Aurélio: Século XXI Escolar*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001.

FERREIRA, Joaquim Alves. Notícias sobre os índios de Mato Grosso. In: AYALA, S. Cardoso & Simon, F. *Algum Graphico do Estado de Matto-Grosso*. Corumbá/Hamburgo: S.E, 1914.

FERREIRA NETO, Edgard. História e Etnia. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 313-328.

FIGUEIREDO, Lima. *Índios do Brasil*. Vol. 163. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. (Coleção Brasileira)

FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: Edusc, 1998.

FREIRE, José R. Bessa. *O Ensino de Etnoistória*. Disponível em: <www.etnoistóriaensino.com.br>. Acesso em 26 ago. 2004.

GALDAMES, Oswaldo S. Etnoistória ou história indígena? Disponível em: <www.planeta.terra.com.br>. Acesso em: 25 ago. 2004.

GEERTZ, Clifford. *Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1973.

GRUPPIONI, Laraila. *Brasil Indígena*. MEC: Brasília, Abr. 2001.

GRUPPIONI, Luís Donizete B. (Org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.p.150-165.

GONÇALVES, Wagner. Terras de ocupação tradicional: aspectos práticos da perícia antropológica. In: SILVA, Orlando S; LUZ, Lídia; HELM, Cecília M; (Org.). *A perícia antropológica em processos judiciais*. Florianópolis: EdUFSC, 1994.

HAESBAERT, Rogério. *Desterritorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste*. Niterói:Eduff, 1997.

_____. *Identidades territoriais*. In: ROSENDAHL, Z & CORREA, R.L. (Org.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DFP& A, 1997.

KERSTEN, Ludwig. *Las tribus indígenas del Gran Chaco hasta fines del siglo XVIII: Una contribución a la etnografía histórica de Sudamérica*. Traducción de Jorge Von Hauenschild. Resistencia: Universidad Nacional del Nordeste, 1968.

KOSLOWSKY, Julio. *Tres semanas entre los indios Guatós. Excursión efectuada en 1894*. Tomo VI. La Plata: Talleres de Publicaciones del Museo, 1895. (Separata da Revista del Museo de La Plata)

LABRADOR, José Sánchez. *El Paraguay Católico*. Tomo I. Buenos Aires: Imprenta de Coni Hermanos, 1910.

LARAIA, Roque Barros de. Nossos contemporâneos Indígenas. In: SILVA, A. L. & GRUPPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p.261-285.

LANGER, Protasio P; CERMIN, Valdir. *Conflitos étnicos no Oeste de Santa Catarina – Diáspora e reagrupamento no Araçá’í*. Disponível em , <www.highisemarketing.com > Acesso em: 15 Jan. 2004.

LE GOFF, Jacques (Dir.). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

_____. Memória. In: Enciclopédia Einaudi. Rio de Janeiro: Nacional, 1984. p. 11-50.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural Dois*. Trad. de M. do C. Pandolfo. 4ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

_____. *O uso das plantas Silvestres da América do Sul Tropical*. In: RIBEIRO, Berta G. (Coord.). *Suma etnológica Brasileira*. Tomo 1 (Etnobiologia). 2ª ed. Petrópolis: Vozes/FINEP, 1987.p. 29-46.

MACIEL, Nely Aparecida; EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. *A Cerimônia do Kunumi pepy entre os Kaiowá da aldeia Panambizinho*. In: *Anais do I Simpósio de Religiões, Religiosidades e Cultura*, 2003, Dourados-MS. (cd-rom)

MAFFESOLI, Michael. *No fundo das aparências*. Petrópolis: Vozes, 1996.

MAGALHÃES, J. V. Couto de. *O Selvagem*. Rio de Janeiro. Typographia da Reforma. 200 p. Edição fac-símile. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1876. (Coleção Reconquista do Brasil. Vol. 16)

MAGALHÃES, Almicar A. Botelho. *Impressões da Comissão Rondon*. Episódios inéditos ou pouco vulgarizados, ocorridos durante as explorações e nos acampamentos da Comissão Rondon. 5ª ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1942. (Coleção “Brasiliana”. Vol. 211)

MALDI, D. *A teia da memória: proposta teórica para a construção de uma etnohistória*. Cuiabá : EdUFMT. 1993.

MANIZER, G.G. *A expedição do acadêmico G. I. Langsdorff ao Brasil (1821-1928)*. Tradução de Osvaldo Peralva. Edição póstuma organizada por B. G. Xprintsin. In: *Coleção Brasiliana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1967.

MARTINS, Maria Cristina Bohn. *Da Virgem e de São Miguel: As Irmandades Leigas nas Reduções do Paraguai*. Disponível em: <www.unicamp.com.br>. Acesso em: 28 ago. 2004.

MATTOSO, José. *A escrita da história: teoria e métodos*. Lisboa: Estampa. 1988.

MEIHY BOM, José Carlos S. *História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MELIÀ, Bartolomeu. El encobrimiento de América. *Acción*, Asunción, n.102, p. 37-41. 1990.

MÉTRAUX, Alfred. *Estudos de Etnografia Chaquense*. In: *Anales del Instituto de Etnografía Americana*. Vol. V. Tradução de Salvador Canals Frau. Universidad Nacional de Cuyo, 1944. p. 163-314.

_____. The Guató. In: STEWARD, Julian H. (Ed.). *Handbook of South American Indians*. Vol. 1 (The Marginal Tribes), New York, Cooper Square Publishers. 1963. p. 409-419.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Histórico do destacamento federal de Porto Índio. Disponível em: <www.17bfron.eb.mil.br>. Acesso em: 05 mai. 2005.

MONOYER, E. Les Indiens Guatos do Matto-Grosso. *Journal de la Societe des Americanistes de Paris*. Vol. 2, 1905. p. 155-158.

MONTEIRO, John Manuel. O Desafio da História Indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy de; GRUPPIONI, L.D.B. (Org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p.221-236.

_____. *Guia de fontes para a história indígena e do indigenismo em arquivos brasileiros*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1993.

_____. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens paulistas*. São Paulo: Schwarcz, 1995.

MORAES, Marieta (Org.). *História oral*. Rio de Janeiro: Diadorim Editora Ltda, 1994.

MOURE, Amedee. *Les Indiens de La Province de Mato-Grosso (Brésil)*. Paris: E. Thunot et Ce. 1862.

NETO, Edgard F. *História e Etnia*. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 313-328.

NIMUENDAJÚ, Curt. *Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendajú*. Rio de Janeiro: FIBGE/Fundação Nacional Pró-Memória, 1981.

NOELLI, Francisco S. Os antigos habitantes do Brasil. *Educação e Sociedade*. Campinas, 2003. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 25 ago. 2004.

NOGUEIRA, Albana Xavier. *O que é Pantanal*. São Paulo: Brasiliense, 1990 (Coleção "Primeiros Passos", N.º 233).

NÚÑEZ, Alfredo Jiménez. *Sobre el Concepto de Etnohistoria*. Sevilha: Universidade de Sevilha, 1975.

OLIVEIRA, M. C de. *Parecer-Relatório Guató*. Campo Grande. 16 de Mai. 1991.

PACHECO DE OLIVEIRA, João Pacheco de [J. P. de Oliveira Filho]. *Ensaios em Antropologia Histórica*. Prefácio de Roberto C. de Oliveira. Rio de Janeiro, EdUFRJ. 1999.

_____. Uma etnologia dos "índios misturados": situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: PACHECO DE OLIVEIRA, J. P. (Org.). *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999b.

_____. Muita terra para pouco índio? Uma introdução (crítica) ao Indigenismo e à atualização do preconceito. In: SILVA, L & GRUPPIONI, L. D. B. (Org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p. 150-165.

_____. Redimensionando a questão indígena no Brasil: uma etnografia das terras indígenas. In: PACHECO DE OLIVEIRA, João (Org.). *Indigenismo e Territorialização: Poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998. p. 15-42.

_____. Instrumentos de bordo: expectativas e possibilidades de trabalho do antropólogo em laudos periciais. In: PACHECO DE OLIVEIRA, João (Org.). *Indigenismo e Territorialização: Poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998. p. 269-298.

_____; ALMEIDA, Alfredo W. Berno. Demarcação e reafirmação étnica: um ensaio sobre a FUNAI. In: PACHECO DE OLIVEIRA, João (Org.). *Indigenismo e Territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998. p. 69-124.

_____. Ação Indigenista e utopia milenarista: as múltiplas faces de um processo de territorialização entre os Ticuna. In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita (Org.). *Pacificando o Branco: cosmologias do contato no Norte Amazônico*. São Paulo:UNESP, 2000.

PRINS, Guy. História oral. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: EdUnesp, 1992. p. 163-178.-

PALÁCIO, Adair P. *Guató: a língua dos índios canoeiros do Rio Paraguai*. 1984. Tese (Doutorado em Linguística) – UNICAMP, Campinas.

_____. Guató: Uma língua redescoberta. *Ciência Hoje*, v. 5, n. 29, p. 74-75, mar.1987.

PEREIRA, Levi Marques. *Imagens Kaiwa do Sistema Social e seu entorno*. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia) – USP, São Paulo.

_____. O movimento étnico-social pela demarcação das terras guarani em MS. *Tellus*, Campo Grande, n.4, p. 137-145, abr. 2003.

PIMENTEL, Carla. Cavahada Pantaneira. *Eco Tur*, Cuiabá, p. 6-10.

PORTO ALEGRE, Maria Silva. *O sentido do desaparecimento*. Pernambuco. Disponível em: <www.ufpe.br> . Acesso em: 07 Jan. 2004.

POVOS INDÍGENAS no Brasil. *Aconteceu*, Rio de Janeiro, p. 80-81, 1982.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimo. As Condições Econômicas do Sul de Mato Grosso no Início do Século XX. *Fronteiras: Revista de História*. Campo Grande, v. 1, n. 2, p. 113-136, 1997.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo:Ática, 1993.

RAMIRES, M. A volta de Maguató: o frango d'água Pantaneiro. *MS Cultura*, Campo Grande, 1987. vol.7, p.37-46.

RIBEIRO, Carolina da Silva. *A escrita da memória*. Rio de Janeiro, disponível. In <<http://www.Maderazinco.tropical.co.mz/artigos/carol.htm>> Acesso em: 01 Jul. 2003.

RIBEIRO, Darcy. *Culturas e línguas indígenas do Brasil*. Educação e Ciências Sociais, São Paulo. 1957.

_____. *Os índios e a civilização. A Integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986. 520p.

RIBEIRO DA SILVA, Marilene. *A luta dos índios Guató pela Ilha Ínsua (1976-1996)*. Monografia de Iniciação Científica. Dourados: UFMS, 2001. (não publicado)

_____. *Discussões sobre o fenômeno do ressurgimento étnico e o caso Guató*. Dourados: UFMS, 2004. (não publicado)

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas Ameríndias*. In: Grande *Enciclopédia Delta Larouse*. Rio de Janeiro: Editora Delta.

RODRIGUES, Sandra, MATSUNAKA, Yuri & DUARTE, Paulo. Guató – povo canoeiro do Pantanal. Campo Grande: *Boletim Kaaguatoca*, n. 2, Ago. 1991.

RONDON, J. Lucídio Nunes. *No Pantanal e na Amazônia em Mato Grosso*. São Paulo: Gráfica Urupês, 1971.

_____. *Tipos e aspectos do Pantanal*. São Paulo: Gráfica Urupês, 1972.

RONDON, Frederico. *Na Rondônia Ocidental*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1938 (Coleção Brasileira. Vol. 130)

ROOSEVELT, Theodoro. *Através do Sertão do Brasil*. Tradução de Conrado Erichsen. São Paulo, Cia Editora Nacional. 1944 (Coleção Brasileira. Vol. 232).

ROQUETTE-PINTO, Edgar. *Rondônia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975 (Coleção Brasileira. Vol. 39).

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAHLINS, Marshall D. *Sociedades tribais*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

_____. *Ilhas de História*. Tradução de B. Sette. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

SENATORE, Maria X. Arqueología del contacto europeo-americano: discusión teórica y modelos de análisis en áreas marginales. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Suplemento 3, p. 103-118, 1999.

SGANZERLA, Alfredo. *A História do Frei Mariano de Bagnaia: o missionário do Pantanal*. Campo Grande: FUCMT, 1992.

SCHMIDT, Max. Ergebnisse meiner zweijährigen Forschungsreise in Mato-Grosso. September 1926 bis August 1928. *Zeitschrift für Ethnologie*, n.º 60. Berlin, 1928. p. 85-124.

_____. Anotaciones sobre las plantas de cultivo y los métodos de la agricultura de los Indígenas sudamericanos. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo. 1951. p. 239-252. (Nova Série. Vol. V).

_____. *Estudos de Etnologia Brasileira*. Peripécias de uma viagem entre 1900 e 1901. Seus resultados etnológicos. Tradução de Catharina Baratz Cannabrava. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942 (Coleção Brasileira. Série 5ª. Vol. 2).

_____. Resultados de mi tercera expedición a los Guatós efectuada en el año de 1928. *Revista de La Sociedad Científica del Paraguay*. Tomo V. n.º 6. Asunción: La Colmena S. A, 1942. p. 41-75.

SQUINELO, Ana Paula. A Guerra do Paraguai em novos campos de batalha. *Fronteiras: Revista de História*, Campo Grande, v. 4/5, n. 7/9, p. 77-96, 2000/2001.

SCHUCH, Maria Eunice. O Índio enquanto etnia: etno-história dos Xaray e Chané. *Estudos Leopoldenses*, São Leopoldo, v. 31, n. 143, p. 109-125, 1995.

SILVA, Edson. Povos indígenas no Nordeste: contribuição à reflexão histórica sobre o processo de emergência étnica. *Revista de Humanidades: Natal*. Disponível em: <www.seol.com.br>. Acesso em: 7 Jan. 2004.

SILVEIRA, Luzia. O último Pantanal. *Terra*: São Paulo. p. 44-55, mai, 1999.

SIRINELLI, Jean-François. Ideologia, tempo e história. In: CHAVEAU, Agnes; TÉTART, Philipp (Org.). *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999.

SOUZA, Lécio Gomes de. *Historia de uma Região: Pantanal e Corumbá*. Vol. I. pré-história e Tribos Indígenas. São Paulo: Editora Resenha Tributaria Ltda, 1973.

SOUZA, Paulo Robson de. *A Ilha Ínsua e a comunidade Guató. Registro Fotográfico*. In: ARAÚJO, Rose Mary Paes de (Org.). *Diagnóstico Sócio-ambiental da Área Indígena Guató – Ilha Ínsua*. Corumbá: Ecoa, 1998. (não publicado)

SUSNIK, Branislava. *Etnología del Chaco Boreal y su periferia (Siglos XVI y XVII)*. Asunción: Museo Etnográfico “Andrés Barbero”, 1978.

_____. Dimensiones migratorias y pautas culturales de los pueblos de Gran Chaco y de su periferia. *Suplemento Antropológico*, Vol. 7.n.1-2. p. 85-105, 1972.

_____. *Cultura material*. Asunción: Museu Etnográfico “Andrés Barbero”. 1982.

_____. Las características etno-socio-culturales de los aborígenes del Paraguay en el Siglo XVI. *Anuario de la Academia Paraguaya de la Historia*, Asunción, v. 14, 1987, p. 81-113.

_____. Hallazgos prehistoricos en Matto-Grosso. *Revista de La Sociedad Científica del Paraguay*. Tomo V. N.º 1. Asunción: Imprenta Guarani. 1940. p.27-62.

TASSINARI, Antonella M. Imperatriz. *Os povos indígenas do Oiapoque*. Disponível em: <www.cfh.ufsc.br>. Acesso em: 8 de jan. 2004.

TEIXEIRA, Gerson. *Página Agrária*. Brasília, ano 3, n. 22, 12 jan. 2001. Disponível em: <www.pt.org.br>. Acesso em: 8 jan. 2004.

TRIGGER, Bruce. Etnohistoria: problemas y perspectivas. *Traduciones y Comentarios*. San Juan: Universidad Nacional. 1982. p. 27-55.

ULRICH, Otto W. *Os curandeiros indígenas*. S.l., ano 3, n. 35, jul. 2001. Disponível em: <www.jangadado brasil.com.br>. Acesso em: 23 abr. 2003.

VARGAS, Vera Lúcia. A construção do território Terena (1870-1965): uma sociedade entre a imposição e a opção. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados – M.S.

VASCONCELOS, Cláudio A. de. *A questão indígena na província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade*. Campo Grande: EdUFMS, 1999.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil*. 10. ed. São Paulo: Edusp, 1981.

VIEIRA, Maria do P. Araújo; PEIXOTO, Maira do R. da Cunha; KHOURY, Yara Maria A. *A pesquisa em História*. São Paulo: Editora Ática, s.d. (Série Princípios).

VILANOVA, Mercedes. Pensar a subjetividade – estatísticas e fontes orais. In: MORAES FERREIRA, Marieta (Org.). *História Oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. p. 43-73.

VILAR, Pierre. *História e representação*. In: D' Alessio; Maria M. *Reflexões sobre o saber histórico*. Pierre Villar, Michael Vovelle e Madelaine Reberiox. São Paulo: Unesp, 1998.

ANEXOS

ANEXOS A: DOCUMENTOS

ANEXO 1 – A história que eu sei.

ANEXO 2 – Abaixo assinado pelo reconhecimento dos direitos do povo Guató.

ANEXO 3 – Índios Guató podem voltar a Ilha Ínsua.

ANEXO 4 - Carta dos Índios Guató a FUNAI.

ANEXO 5 – Diário Oficial de 21 de maio de 1996.

ANEXO 6 – Decreto de 10 de fevereiro de 2003.

ANEXO 7- Certidão nº 001/2004.

ANEXO 1

Fonte: Boletim Kaaguatoca, Campo Grande: Associação de índios Desaldeados Kaaguatoca "Marçal de Souza, n. 2, p. 4, agosto de 1991.

A HISTÓRIA QUE EU SEI

Transcrevemos alguns trechos da carta escrita por Severo em 02 de agosto de 1986

"Dona Maria Domingas, minha avó, nas horas de folga quando não estava pescando ou caçando, ela começava a me contar as histórias dos antigos índios Guató.

Ela contava que no ano de 1910 morava na Ilha de Bela Vista mais de 600 índios Guató. Quando secava o Rio Paraguai, nos lugares como o Cracará, ou no Porto Conceição, ou no Rio Alegre; aí, quando vinha a enchente todos se reuniam novamente na ilha.

Os veteranos e principais chefes eram Seu João Matias, que foi criação do sertanista e amigo dos índios, Marechal Rondon; o Senhor João Artuja, falecido, D. Maria do Rosário, que era minha bisavó, Sen Leonor de Carvalho, a minha avó, e outros, que faleceram e que estão sepultados na ilha. E outros que ainda estão vivos, como o Seu João Quirino (*hoje morando com a família de Severo).

...

Naquele tempo, o nome da ilha não era Bela Vista, era Uberaba. Em 1925 chegava a ilha o Sr. Olatio Pires, que tinha o apelido de Cholo, que era muito amigo dos índios. E ficou com a sua família e

colocou o nome no lugar onde morava de Porto de Bela Vista.

Cholo criou ali filhos e filhas, criou gado e plantou roça, auxiliado pelo Sr. Miguel Gatass e seu filho José Grande.

José Grande foi quem mediu a ilha pela 1ª vez e foi também quem pela 1ª vez expulsou maior parte dos índios. Os que foram expulsos ficaram perambulando pela beira do Rio Paraguai.

Os índios que ainda moram na ilha vivem perseguidos pelo fazendeiro e seu gado. *

Em 1928 existia um pequeno destacamento na boca da Galva, que foi recolhido para Cáceres. E depois que os soldados foram embora, lá começou uma mortandade sem fim e aí o Sr. Cholo com alguns índios pediram o destacamento outra vez. Isto foi em 1930.

Espero que tenhamos vitória, porque o que nós mais precisamos é a demarcação das terras; um barco a motor, uma escola e um posto de saúde, pois tem muito índio necessitado.

Os meus antepassados contavam também que não eram só os Guató que moravam na ilha, eles diziam que tinham outras raças de índios de línguas diferentes e que

com o passar do tempo eles desciam o rio Paraguai em caravanas de 10 e 15 famílias a fim de procurarem outros lugares para formarem suas aldeias".

...

nós os Guató ainda não temos o nosso lugar legalizado e sofremos pressões de todos os lados, principalmente eu que estou como capitão da tribo, me sinto enjaulado porque os que estão na ilha me escrevem pedindo para que eu tome providências para a respeito do sofrimento deles lá, diante do fazendeiro que quer que eles saiam de lá, persegue de todo jeito, não vendendo alimentos, e os outros que estão na beira do rio querendo voltar para a ilha e o fazendeiro não deixa eles entrarem, os que estão em Corumbá também querem saber quando é que eles podem ir, eles querem morar na ilha. Ainda a ilha que pertenceu aos seus pais, seus avós, e eu o que faço, pois eu também quero ir prá lá, a minha vida é lá, lá eu nasci, lá eu me criei, caçando, pescando e brincando naquela ilha maravilhosa. Todos querem voltar ao seu verdadeiro lar.

ANEXO 4

Fonte: FUNAI (1995, p. 19 - 22)

ANEXO 2, H/1 46B

ALDEIA UBERABA; 15 DE MAIO DE 1995.

NÓS, INDIOS DA COMUNIDADE GUATÓ, REUNIDOS NA ALDEIA UBERABA NO DIA 15 DE MAIO DE 1995, CONCORDAMOS PLENAMENTE COM OS LIMITES DIVISÓRIOS, ENTRE A TERRA INDÍGENA GUATÓ E A ÁREA DO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, IDENTIFICADOS PELOS SEQUINTE PARTICIPANTES DO GRUPO DE ESTUDO, TENDE COMO DETERMINANTE A CORRÉSPONDÊNCIA ASSINADA POR NÓS, GUATÓ, ÀS 14 HORAS DO DIA 16 DE ABRIL DE 1994, EM ANEXO:

- NORALDINO VIEIRA CRUVINEL - ANTRÓPOLOGO / FUNAI (PORT. 403/PT)
- LUIZ ANTONIO SBERZE - ENGENHEIRO / FUNAI (PORT. 403/PREY/PS)
- SEVERO FERREIRA - CACIQUE GUATÓ
- ALFREDO ASSUNÇÃO - ÍNDIO GUATÓ
- MAJOR FREDMAR DA SILVA TORRES - MIN. EXÉRCITO (PORT. 403/PS)
- MAJOR MÁRIO ANTONIO RAMOS ANTUNES - REPRESENTANTE 18º BDA INF. PRA
- CAPITÃO MANOEL RODRIGUES ROSADA NETO - " 17º BDA INF. PRA

A DESCRIÇÃO DOS LIMITES, COM A QUAL CONCORDAMOS, SEQUE PELOS SEQUINTE PONTOS:

" PARIUNDO DO PONTO DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS APROXIMADAS $17^{\circ} 38' 14'' S$ e $57^{\circ} 41' 33'' WGR.$, LOCALIZADO JUNTO A UMA CERCA DE DIVISA DA CASA DO ROSAURO, PRÓXIMO A MARGEM DO RIO PARASUAI, SEQUE POR LINHA RETA ATÉ O PONTO DE COORDENADAS

Proc.	0846/92
Fls.	266
Rubrica:	

GEOGRÁFICAS APROXIMADAS $17^{\circ} 38' 32'' S$ e $57^{\circ} 41' 45'' WGR.$, LOCALIZADO NO ATO DA SERRA NORTE DA CASA DO ROSAURO, JUNTO DO GONFALO DO BUGIO MUCUEM; DAI, SEGUE POR LINHA RETA ATÉ O PONTO DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS APROXIMADAS $17^{\circ} 39' 49'' S$ e $57^{\circ} 44' 02'' WGR.$, LOCALIZADO NA ELEVACÃO DA SERRINHA ENTRE OS DESTACAMENTOS DE PORTO ÍNDIO E BELA VISTA; DAI, SEGUE POR LINHA RETA ATÉ O PONTO DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS APROXIMADAS $17^{\circ} 39' 23'' S$ e $57^{\circ} 45' 08'' WGR.$, LOCALIZADO NA EXPANSÃO MÁXIMA DA ÁREA DE SEGURANÇA DA PISTA DE POUSO DO DESTACAMENTO MILITAR DE PORTO ÍNDIO; DAI, SEGUE POR LINHA RETA ATÉ O PONTO DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS APROXIMADAS $17^{\circ} 39' 45'' S$ e $57^{\circ} 45' 33'' WGR.$, LOCALIZADO JUNTO AO CEMITÉRIO GUATÓ DE PORTO ÍNDIO, PRÓXIMO AO CANAL PEDRO II.

Proc.	0846/92
F.	267
I.	

DEIXAMOS CLARO QUE OS TRABALHOS DE VISTORIA ACIMA DESCRITOS, DESENVOLVIDOS NOS DIAS 14 E 15 DE MAIO CORRENTE, FORAM DE TOTAL CONHECIMENTO DA COMUNIDADE INDÍGENA GUATÓ, TENDO SIDO ACOMPANHADOS PELO SERVIDOR DA ADR CAMPO GRANDE: NEWTON MARCOS SAMICHE, GERENTE DA FUNAI PARA ASSUNTOS GUATÓ.

DESTA FORMA, COMO ESTAMOS DE ACORDO COM OS ESCARECIMENTOS PRESTADOS NESTA DATA, ASSINAMOS ABAIXO:

1. Zuleiro Ferrreira - Maganto
2. Alfredo Assunção
3. Dalva Maria de Souza Lima
4. Maria Madalena Soares da Costa
5. Manoel da Silva
6. Eliete Assunção Mendes
7. Augusto Patrício de Souza
8. Joaquim de Souza Ferrreira
9. Jerônimo Guilherme da Silva
10. Domingos Amador da Costa
11. João Roberto de Jesus da Conceição
12. Ariananda Correia da Costa
13. Afonso Ferrreira
14. Edson
15. João Domingos da Oliveira
16. Leocádio Mendes Azeiteiro
17. José Máximo da Costa
18. Priscila Azeiteiro Mendes
19. Amarel de Almeida da Costa
20. Euclydes de Jesus
21. Wilson Antônio de Jesus
22. Adilson Assunção
23. Elton Assunção
24. Eduardo de Silva

Proc.	0846/92
Fis.	268
Rubrica:	

- 25 ~~_____~~ Lúcia de Souza Alvarenga.
- 26 ~~_____~~ Lúcia Bacca
- 27 ~~_____~~ Edna Bargas Benites
- 28 ~~_____~~ João Carlos de Azevedo
- 29 ~~_____~~ Valmir da Costa Siqueira
- 30 ~~_____~~ Maria Beatriz da Silva
- 31 ~~_____~~ Ruteiro Roberto da Costa
- 32 ~~_____~~ Isabel Fra
- 33 ~~_____~~ Isabel Prolemine Rosa
- 34 ~~_____~~ _____
- 35 ~~_____~~ Paulina Rosa de Costa
- 36 ~~_____~~ _____
- 37 ~~_____~~ Sônia Alves da Silva
- 38 ~~_____~~ Sebastião Pedroso Alvarenga Sebastião Costa
- 39 ~~_____~~ Leopoldo André Alves da Costa
- 40 ~~_____~~ _____
- 41 ~~_____~~ _____
- 42 ~~_____~~ _____
- 43 ~~_____~~ _____
- 44 ~~_____~~ _____
- 45 ~~_____~~ _____
- 46 ~~_____~~ _____
- 47 ~~_____~~ _____
- 48 ~~_____~~ _____
- 49 ~~_____~~ _____
- 50 ~~_____~~ _____
- 51 ~~_____~~ _____
- 52 ~~_____~~ _____

Proc.	0846/97
Fls.	269
Rubrica:	

ANEXO 5

Fonte: Diário Oficial, 21 de maio de 1996. Seção 1.

PORTARIA Nº 309, DE 17 DE MAIO DE 1996

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Decreto nº 1.796, de 24 de janeiro de 1996, combinado com o Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996 e diante da proposta apresentada pela Fundação Nacional do Índio-FUNAI, objetivando a definição de limite da Terra Indígena GUATÓ, constante do processo FUNAI/BSB/Nº 0846/92;

CONSIDERANDO que a Terra Indígena GUATÓ localizada no Município de Corumbá, Estado de Mato Grosso, ficou identificada como sendo tradicionalmente ocupada pelo grupo indígena GUATÓ, nos termos do § 1º do art. 231 da Constituição Federal e inciso I do art. 17 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973;

CONSIDERANDO os termos do Resumo do Relatório (Parecer) nº 01/DID/DAF, de 14 de agosto de 1995 e Despacho do Presidente nº 86/FUNAI, de 25 de agosto de 1995, publicados no Diário Oficial da União de 30 de agosto de 1995; resolve:

Art. 1º Declarar de posse permanente dos índios, a Terra Indígena GUATÓ, com superfície aproximada de 10.900 ha (dez mil e novecentos hectares) e perímetro também aproximado de 92 km (noventa e dois quilômetros), assim delimitada ÁREA I - (9.500 ha) NORTE/LESTE: Partindo do

ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas 17°32'18" S e 57°43'10" Wgr., localizado na confluência da lagoa Uberaba com o canal pintado, segue por este até o ponto 02 de coordenadas geográficas aproximadas 17°37'35"S e 57°41'30" Wgr., localizado na confluência com o rio Paraguai; daí, segue por este, a jusante, até o ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas 17°38'14"S e 57°41'20"Wgr., localizado em sua margem esquerda. SUL - Do ponto antes descrito, segue por linha reta até o ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas 17°38'14"S e 57°41'33" Wgr., localizado junto a uma cerca de divisa da casa do Rosauro; daí, segue por linha reta até o ponto 05 de coordenadas geográficas aproximadas de 17°38'32"S e 57°41'45"Wgr., localizado no alto de uma serra, ao norte da casa do Rosauro, junto ao Gonçalo do Bugio Mucuem; daí, segue por linha reta até o ponto 06 de coordenadas aproximadas 17°39'49"S e 57°44'02"Wgr., localizado na elevação da serrinha entre os destacamentos de Porto Índio e Bela Vista do Norte; daí, segue por linha reta até o ponto 07 de coordenadas geográficas aproximadas 17°39'23"S e 57°45'08"Wgr., localizado no ponto de expansão máximo da área de segurança da pista de pouso do destacamento militar de Porto Índio; daí, segue por linha reta até o ponto 08 de coordenadas geográficas aproximadas 17°39'45"S e 57°45'33"Wgr., localizado próximo da margem esquerda do canal Pedro II, fronteira internacional Brasil/Bolívia, junto ao cemitério Guató de Porto Índio. OESTE - Do ponto antes descrito, segue a montante pelo canal Pedro II, fronteira internacional Brasil/Bolívia, até o ponto 09 - Marco de fronteira Uberaba Sul, de coordenadas geográficas 17°33'57"S e 57°45'06"Wgr., localizado nas margens da Lagoa Uberaba; daí, segue margeando a lagoa até o ponto 10 de coordenadas geográficas aproximadas 17°34'02"S e 57°44'23"Wgr., daí segue por linha reta até o ponto 11 coordenadas geográficas aproximadas 7°34'02"S e 57°44'06"Wgr., localizado nas margens da Lagoa Uberaba, junto a Ilha Ínsua ou Bela Vista do Norte; daí, segue margeando a lagoa até o ponto 01 início desta descrição. ÁREA II (1.400 ha) NORTE - Partindo do ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas 17°40'16"S e 57°42'00"Wgr., localizado na confluência da Lagoa Gaíba com o canal de vazão da Lagoa do Alegre, segue por este até o limite entre as terras firme e inundável da Ilha Ínsua ou Bela Vista do Norte; daí segue por esta divisa até o ponto 02 de coordenadas geográficas aproximadas 17°38'59"S e 57°41'03"Wgr., localizado nas margens do Rio Paraguai. LESTE - Do ponto antes descrito segue pelo Rio Paraguai, a jusante, até o ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas 17°43'05"S e 57°41'06"Wgr., localizado na confluência com a Lagoa Gaíba. SUL/NORTE - Do ponto antes descrito segue margeando a lagoa Gaíba até o ponto 01 início desta descrição

Art. 2º Determinar que a FUNAI promova a demarcação administrativa da Terra Indígena ora declarada, para posterior homologação pelo Presidente da República, nos termos do artigo 19, § 1º, da Lei nº 6.001/73 e art. 5º do Decreto nº 1.775/96.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

NELSON AZEVEDO JOBIM

ANEXO 6

Fonte: FUNAI – Coordenação de Documentação, 2005.

09620.002325 | 2002.051
(C-)
PR - COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO
Publicado na Seção
Diário Oficial de
Cópia Autenticada

11 FEV 2003

DECRETO DE 10 DE FEVEREIRO DE 2003.

Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Guató, localizada no Município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o art. 19, § 1º, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, e o art. 5º do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a demarcação administrativa, promovida pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, da terra indígena destinada à posse permanente do grupo indígena Guató, a seguir descrita: a Terra Indígena denominada Guató, com superfície de dez mil, novecentos e oitenta e quatro hectares, setenta e nove ares e quarenta e um centiares e perímetro de noventa e quatro mil, quatrocentos e noventa e dois metros e quarenta e três centímetros, situada no Município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul, circunscreve-se aos seguintes limites: GLEBA A, com superfície de nove mil, quinhentos e cinquenta hectares, trinta e dois ares e oitenta e nove centiares e perímetro de setenta e um mil, setecentos e cinquenta e quatro metros e sessenta e cinco centímetros. NORTE: partindo do ponto P-03, de coordenadas geodésicas aproximadas 17°34'26,0" S e 57°47'02,8" WGr., localizado na confluência do Canal Pedro II com a Lagoa Uberaba, na fronteira internacional Brasil/Bolívia, segue, margeando a referida lagoa, passando pelo Marco de Fronteira Uberaba Sul, até o ponto P-04, de coordenadas geodésicas aproximadas 17°34'02,6" S e 57°44'22,8" WGr.; daí segue por uma linha reta, atravessando a Lagoa Uberaba, até o ponto P-05, de coordenadas geodésicas aproximadas 17°34'02,6" S e 57°44'07,5" WGr., localizado em sua margem; daí, segue, margeando a referida lagoa, até o ponto P-01, de coordenadas geodésicas aproximadas 17°32'16,8" S e 57°43'07,0" WGr., localizado na confluência da Lagoa Uberaba com o Canal do Pintado; LESTE: do ponto antes descrito, segue pelo Canal do Pintado até o ponto P-02, de coordenadas geodésicas aproximadas 17°37'35,6" S e 57°41'30,1" WGr., localizado na sua confluência com o Rio Paraguai; daí, segue por este, a jusante, até o marco M-02, de coordenadas geodésicas 17°38'16,161" S e 57°41'21,555" WGr., localizado em sua margem direita; SUL: do ponto antes descrito, segue por uma linha reta até o marco M-01, de coordenadas geodésicas 17°38'16,543" S e 57°41'34,542" WGr.; daí, segue por uma linha reta até o marco SAT-01, de coordenadas geodésicas 17°38'18,192" S e 57°41'34,073" WGr.; daí, segue por uma linha reta até o marco M-03, de coordenadas geodésicas 17°38'34,852" S e 57°41'45,951" WGr.; daí, segue por uma linha reta até o marco M-04, de coordenadas geodésicas 17°38'51,968" S e 57°42'14,385" WGr.; daí, segue por uma linha reta até o marco M-05, de coordenadas geodésicas 17°39'09,219" S e 57°42'43,052" WGr.; daí, segue por uma linha reta até o marco M-06, de coordenadas geodésicas 17°39'26,477" S e 57°43'11,742" WGr.; daí, segue por uma linha reta até o marco M-07, de coordenadas geodésicas 17°39'55,456" S e 57°43'59,905" WGr.; daí, segue por uma linha reta até o marco M-08, de coordenadas geodésicas 17°39'43,388" S e 57°44'33,376" WGr.; daí, segue por uma linha reta até o marco M-09, de coordenadas geodésicas 17°39'31,329" S e 57°45'06,842" WGr.; daí, segue por uma linha reta até o marco M-10, de coordenadas geodésicas 17°39'56,137" S e 57°45'33,632" WGr., localizado na margem esquerda do Canal Pedro II, na fronteira internacional Brasil/Bolívia; OESTE: do marco antes descrito, segue a montante do Canal Pedro II, pela

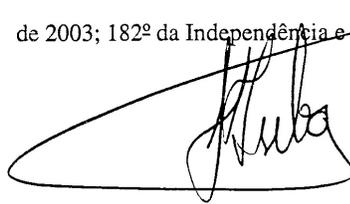
52
2

fronteira internacional Brasil/Bolívia, até o marco SAT-02, de coordenadas geodésicas 17°39'50,725" S e 57°45'36,766" WGr.; daí, segue a montante do Canal Pedro II, pela fronteira internacional Brasil/Bolívia até o ponto P-03, início da descrição deste perímetro; GLEBA B: superfície de mil, quatrocentos e trinta e quatro hectares, quarenta e seis ares e cinquenta e dois centiares e perímetro de vinte e dois mil, setecentos e trinta e sete metros e setenta e oito centímetros. NORTE: partindo do ponto P-01, de coordenadas geodésicas aproximadas 17°40'15,7" S e 57°42'04,9" WGr., localizado na confluência da Lagoa Gaíba com o Canal de Vazão da Lagoa do Alegre, segue por este até o marco SAT-04, de coordenadas geodésicas 17°39'48,328" S e 57°41'55,352" WGr., localizado no limite entre a terra firme e a inundável da Ilha Ínsua ou Bela Vista do Norte; daí, segue por este limite até o marco SAT-03, de coordenadas geodésicas 17°38'58,815" S e 57°41'01,637" WGr., localizado na margem direita do Rio Paraguai; LESTE: do ponto antes descrito, segue pela margem direita do Rio Paraguai, a jusante, até o ponto P-03, de coordenadas geodésicas aproximadas 17°43'00,6" S e 57°41'08,2" WGr., localizado na confluência com a Lagoa Gaíba; SUL/OESTE: do ponto antes descrito, segue, margeando a Lagoa Gaíba, até o ponto P-01, início da descrição deste perímetro. Base cartográfica utilizada na elaboração deste memorial descritivo: SE-21-V-D-V - Escala 1:100.000 - DSG - Ano 1977.

Art. 2º A terra indígena de que trata este Decreto, situada na faixa de fronteira, submete-se ao disposto no art. 20, § 2º, da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

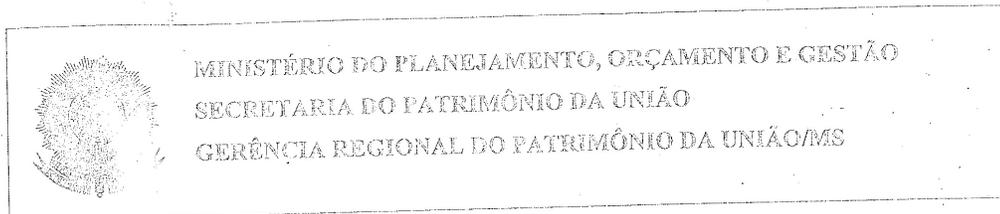
Brasília, 10 de fevereiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.



Referendado eletronicamente por: Marcio Thomaz Bastos
D-MJ 013 EM TERRA INDIGENA GUATO(L2)

ANEXO 7

Fonte: FUNAI – Coordenação de Documentação, 2005.



CERTIDÃO N.º 001/2004.

Com fulcro no art. 19, § 1º da Lei n.º 6.001/73, CERTIFICO, que encontra-se cadastrada nesta GRPU/MS sob o RIP imóvel n.º 9063.00186.500-2, a "Terra Indígena Guatú", com área total de 10.984,7941 ha (dez mil, novecentos e oitenta e quatro hectares, setenta e nove ares e quarenta e um centiares) e perímetro 94.492,43 m (noventa e quatro mil, quatrocentos e noventa e dois metros e quarenta e três centímetros), localizada no Município de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, sendo uma área denominada GLEBA 'A' - superfície de 9.550,3289 ha (nove mil, quinhentos e cinquenta hectares, trinta e dois ares e oitenta e nove centiares) perímetro de 71.754,65m (setenta e um mil, setecentos e cinquenta e quatro metros e sessenta e cinco centímetros), e outra denominada GLEBA 'B' - superfície: 1.434,4652ha (um mil, quatrocentos e trinta e quatro hectares, quarenta e seis ares e cinquenta e dois centiares) perímetro: 22.737,78 (Vinte e dois mil, setecentos e trinta e sete metros e setenta e oito centímetros). dentro dos limites e confrontações seguintes: DENOMINAÇÃO - Aldeia Indígena Guatú. GRUPOS INDÍGENAS - Guatú. LOCALIZAÇÃO-MUNICÍPIO - Corumbá. ESTADO MS. ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA REGIONAL DE CAMPO GRANDE. COORDENADAS DOS EXTREMOS - EXTREMO NORTE: LATITUDE - 17°31'51,7"S. LONGITUDE - 57°43'38,6" WGr. EXTREMO LESTE: LATITUDE - 17°40'23,5"S. LONGITUDE 57°40'07,9"WGr. EXTREMO SUL: LATITUDE 17°43'03,6"S. LONGITUDE 57°41'13,0"WGr. EXTREMO OESTE: 17°33'36,0"S. LONGITUDE 57°47'36,0"WGr. BASE CARTOGRÁFICA. NOMENCLATURA - SB-21-V-D-V. ESCALA - 1:100.000. ÓRGÃO - D.S.G. ANO - 1977. DIMENSÕES ÁREA - 10.984,7941 HÁ (Dez mil, novecentos e oitenta e quatro hectares, setenta e nove ares e quarenta e um centiares), PERÍMETRO - 94.492,43 (Noventa e quatro mil, quatrocentos e noventa e dois metros e quarenta e três centímetros). Área total constituída pelas Glebas 'A' e 'B', com as seguintes descrições perimetrais: GLEBA 'A', DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO - NORTE: partindo do ponto P-03, de coordenadas geodésicas aproximadas 17°34'26,0"S e 57°47'02,8"WGr., localizado na confluência do canal Pedro II com a Lagoa Uberaba, na fronteira internacional Brasil/Bolívia, segue margeando a referida lagoa, passando pelo Marco de Fronteira Uberaba Sul, até o ponto P-04, de coordenadas geodésicas aproximadas 17°34'02,6"S e 57°44'22,8"WGr.; daí segue por uma linha reta atravessando a Lagoa Uberaba, até o ponto P-05, de coordenadas geodésicas aproximadas 17°34'02,6"S e 57°44'07,5"WGr., localizado em sua margem; daí, segue margeando a referida lagoa até o ponto P-01, de coordenadas geodésicas aproximadas 17°32'16,8"S e 57°43'07,0"WGr., localizado na confluência da lagoa Uberaba com o Canal do Pintado. LESTE: do ponto antes descrito, segue pelo Canal do Pintado até o ponto P-02, de coordenadas geodésicas aproximadas 17°37'35,6"S e 57°41'30,1"WGr., localizado na sua confluência com o Rio Paraguai; daí segue por este, a jusante, até o marco M-02, de coordenadas geodésicas 17°38'16,161"S e 57°41'21,555"WGr., localizado em sua margem direita. SUL: do ponto antes descrito, segue por uma linha reta até o marco M-01, de coordenadas geodésicas 17°38'16,543"S e



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
GERÊNCIA REGIONAL DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/MS

57°41'34,542"WGr., daí, segue por uma linha reta até o marco SAT-01, de coordenadas geodésicas 17°38'18,192"S e 57°41'34,073"WGr.; daí, segue por uma linha reta até o marco M-03, de coordenadas geodésicas 17°38'34,852"S e 57°41'45,951"WGr., daí segue por uma linha reta até o marco M-04, de coordenadas geodésicas 17°38'51,968"S e 57°42'14,385"WGr.; daí segue por uma linha reta até o marco M-05, de coordenadas geodésicas 17°39'09,219"S e 57°42'43,052"WGr., daí segue por uma linha reta até o marco M-06, de coordenadas geodésicas 17°39'26,477"S e 57°43'11,742"WGr., daí segue por uma linha reta até o marco M-07, de coordenadas geodésicas 17°39'55,456"S e 57°43'59,905"WGr., daí segue por uma linha reta até o marco M-08, de coordenadas geodésicas 17°39'43,388"S e 57°44'33,376"WGr.; daí segue por uma linha reta até o marco M-09, de coordenadas geodésicas 17°39'31,328"S e 57°45'06,842"WGr.; daí segue por uma linha reta até o marco M-10, de coordenadas geodésicas 17°39'56,137"S e 57°45'53,632"WGr., localizado na margem esquerda do canal Pedro II, na fronteira internacional Brasil/Bolívia. OESTE: do marco antes descrito, segue a montante do canal Pedro II, pela fronteira internacional Brasil/Bolívia, até o marco SAT-02, de coordenadas geodésicas 17°39'50,725"S e 57°45'36,766"WGr.; daí segue a montante do canal Pedro II, pela fronteira internacional Brasil/Bolívia até o ponto P-03, início da descrição deste perímetro. GLEBA 'B' - DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO - NORTE: partindo do ponto P-01, de coordenadas geodésicas aproximadas 17°40'15,7"S e 57°42'04,9"WGr., localizado na confluência da Lagoa Gaíba com o Canal de Vazão da Lagoa do Alegre, segue por este até o marco SAT-04, de coordenadas geodésicas 17°39'48,328"S e 57°41'55,352"WGr., localizado no limite entre a terra firme e a inundável da Ilha Ínsua ou Bela Vista do Norte; daí segue por este limite até o marco SAT-03, de coordenadas geodésicas 17°38'58,815"S e 57°41'01,637" WGr., localizado na margem direita do Rio Paraguai. LESTE: do ponto antes descrito, segue pela margem direita do Rio Paraguai, a jusante, até o ponto P-03, de coordenadas geodésicas aproximadas 17°43'00,6"S e 57°41'08,2"WGr., localizado na confluência da Lagoa Gaíba. SUL/OESTE: do ponto antes descrito, segue margeando a Lagoa Gaíba, até o ponto P-01, início da descrição deste perímetro". Homologado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, conforme Decreto Presidencial de 10 de Fevereiro de 2003, publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 11 de fevereiro de 2003, devidamente matriculado em nome da União sob os ns.º 24.808 e 24.809, no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Corumbá(MS). Do que, para constar, eu Frank Laurence Henrique Gomes, Frank Laurence Henrique Gomes, Chefe do Serviço de Operações Negociais e Sociais - SENES da Gerência Regional do Patrimônio da União/MS - GRPU/MS, passei a presente Certidão, aos doze dias do mês de março de 2.004, a qual vai assinada pela Gerente Regional do Patrimônio da União.

VERA LÚCIA CASTELI
Gerente Regional

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, M.S, de Agosto de 2005.

MARILENE DA SILVA RIBEIRO.